

# Dependência e Superexploração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo

Pedro Marques

**ABET**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ESTUDOS DO TRABALHO

**ipea**  
Por um Brasil desenvolvido



# Dependência e Superexploração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo

Pedro Marques

**ABET**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ESTUDOS DO TRABALHO

**ipea**

## Governo Federal

### Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

## ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### Presidente

Marcelo Côrtes Neri

#### Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

#### Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

#### Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

#### Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

#### Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

#### Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

#### Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

#### Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

#### Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ESTUDOS DO TRABALHO 2011-2013

#### Direção

Presidente da ABET – UFPR  
Sílvia Maria Pereira de Araújo

1º Vice-Presidente da ABET – Fundacentro-RJ  
José Marçal Jackson Filho

2º Vice-Presidente da ABET – UNICAMP  
Magda Barros Biavaschi

1º Secretário da ABET – UFSC  
Lauro Francisco Mattei

2º Secretário da ABET – USP  
Alexandre de Freitas Barbosa

1ª Tesoureira da ABET – UFPR  
Maria Aparecida da Cruz Bridi

2ª Tesoureira da ABET – UFRJ  
Fernando Augusto Mansor de Mattos

#### Conselho Fiscal

Roberto Vêras de Oliveira – UFPA  
Francisco José da Costa Alves – UFSCar  
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo – UFF

#### Suplentes Conselho Fiscal

Marcos Alexandre dos Santos Ferraz – UFGD  
Amilton José Moretto – UNICAMP  
Cássio da Silva Calvete – UFRGS

#### Grupo de Apoio e Consultoria

Liana da Frota Carleial – UFPR  
Maria Cristina Cacciamali – USP  
José Dari Krein – UNICAMP  
Ivan Targino Moreira – UFPA  
Rosana Aparecida Ribeiro – UFU  
Márcia de Paula Leite – UNICAMP  
Roberto Alves de Lima – UFPE  
Paulo Adissi – UFPA  
Sebastião Ferreira da Cunha – UFRJ  
Ana Claudia Cardoso – DIEESE

#### Edição da Revista da ABET

Ivan Targino Moreira – UFPA  
Roberto Vêras de Oliveira – UFPA  
Amilton Moretto – UNICAMP

# Dependência e Superexploração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo

Pedro Marques

**ABET**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ESTUDOS DO TRABALHO

**ipea**

Brasília, 2013

---

Santana, Pedro Marques de  
Dependência e superexploração do trabalho no  
capitalismo contemporâneo / Pedro Marques. --  
Brasília : Ipea : ABET, 2013.  
130 p.

Prêmio Mundos do Trabalho.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7811-182-3

1. Trabalho. 2. Capitalismo. I. Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada. II. Associação Brasileira de Estudos  
do Trabalho. III. Título.

CDD 331

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO IPEA.....	7
APRESENTAÇÃO DA ABET .....	9
PREFÁCIO .....	13
RESUMO .....	15
1 INTRODUÇÃO .....	17
2 O CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA DE RUY MAURO MARINI .....	20
3 CRISES, GLOBALIZAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO .....	83
4 O CAPITALISMO E A SUA NEGAÇÃO: NOVOS PARADIGMAS TECNOLÓGICOS E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO .....	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124





## APRESENTAÇÃO DO IPEA

O processo de desenvolvimento econômico passa necessariamente pela questão do trabalho. A maior parte da renda das famílias é obtida por intermédio das relações laborais, estabelecendo-se um canal entre o mundo do trabalho, o consumo e o próprio nível de bem-estar de uma sociedade.

Portanto, faz-se necessário conhecer com detalhes esse universo. Por meio deste conhecimento, pode-se entender melhor a complexa realidade do trabalho e das relações entre trabalhadores e empregadores, o que certamente concorrerá para o desenvolvimento de políticas públicas benéficas para a sociedade.

Com o Prêmio Mundos do Trabalho, em perspectiva multidisciplinar, o Ipea, em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), objetiva estimular pesquisas sobre o tema no Brasil, através de uma abordagem que conjugue multidisciplinaridade e interdisciplinaridade.

A publicação dos livros contemplados na edição 2013 do prêmio apresenta uma importante contribuição, ao oferecer um diagnóstico mais apurado das relações de trabalho no Brasil. Espera-se, dessa forma, promover o debate entre os diferentes atores do mundo do trabalho, em um cenário de intensas mudanças, como as ocorridas nas últimas décadas.

Marcelo Côrtes Neri  
**Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos  
da Presidência da República (SAE/PR)**  
**Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**



## APRESENTAÇÃO DA ABET

### O TRABALHO NA CIÊNCIA E AS CIÊNCIAS DO TRABALHO

Para instituir o Prêmio Mundos do Trabalho em Perspectiva Multidisciplinar, inspirou-se a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) na composição múltipla das áreas de conhecimento que se debruçam sobre a questão do trabalho para compreendê-lo em sua complexidade. Poucas dimensões da realidade apresentam tão grande foco em tela de tão alta dispersão. Trabalho é algo intrínseco ao ser humano e indispensável à sociedade.

O trânsito por diferentes áreas de estudos do trabalho – da economia à psicologia, da história à saúde do trabalhador, da sociologia à engenharia, da geografia à administração, para citar algumas – abre um leque de indagações ao nos defrontar com uma realidade em plena ebulição, na qual o novo acelerado já não é mais novidade e padrões sociais antigos de ação custam a ceder lugar. Lidar com o trabalho na indústria, nos serviços, na cidade, no meio rural, numa localidade ou região, em um país ou no mundo, descortina possibilidades de pesquisa, desafios para o conhecimento: como apreendê-lo no processo mesmo de conhecer a sociedade, o entorno, as relações que se desencadeiam, o cenário que se move enquanto os atores estão em cena.

A ABET propõe-se a mais que aglutinar pesquisadores que observam a mesma realidade de diferentes vertentes. A sua existência associativa de quase um jubileu implica somar e multiplicar, verdadeira matemática social, as necessárias inter-relações de pesquisas sobre o trabalho. O contexto de mudanças captura o trabalho em plena transição da rigidez fordista à flexibilidade, da formalidade à informalidade, do eixo da cadeia produtiva às suas bordas. Esse saber ensaiado como interdisciplinar aproxima-se do saber reflexivo, desenha uma consciência capaz de pensar a si mesma e de por à mostra a crise econômico-política do nosso tempo.

Se por um lado tomamos o trabalho como ciência, por outro, vemos a ciência como trabalho, construção de leituras sobre o real. O trabalho de produção de conhecimento da realidade social em movimento histórico significa admitir serem lábeis também as referências e, frágeis, as possíveis soluções. No trabalho feito ciência, chegamos a resultados e encontramos contradições, respeitando a historicidade de confrontos entre o trabalho e o capital no renovado processo de acumulação.

Num esforço de estimular a interdisciplinaridade que tão bem se adequa às questões do trabalho humano, o Prêmio ABET 2013 acontece em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com afinidades,

as duas instituições promoveram um certame nacional para fazer aflorar a produção intelectual sobre o trabalho. Desafiadas, as duas instituições encontraram estudos primorosos, dissertações de mestrado e teses de doutorado ávidas em apreender e compreender o que se passa no mundo do trabalho e das relações que criam e retiram espaços sociais no âmbito do mercado das empresas e das instituições.

Não ultrapassamos os limites da multidisciplinaridade, tarefa muito difícil de ser executada, se levadas em conta as fronteiras ainda estabelecidas entre as ciências e a solidão que muitas vezes assola o pesquisador. Mas estimulamos relações de aliança e complementação no trabalho intelectual, retirando véus da realidade na descoberta de contradições; descobrimos nexos metodológicos comuns a partir de premissas teóricas diversas sobre o trabalho e reconhecemos a pluralidade de saberes parciais como pontes e convergência de concepções, de métodos, de conceitos, de teorias e de resultados.

Será negando a divisão do trabalho intelectual, embora ele guarde muito de acúmulo do não compartilhar, que superaremos princípios e áreas delimitadas de saber, cujo apego serve, na maioria das vezes, mais como arrimo ao pesquisador que arremesso para a ciência. Essa é, por natureza, especulativa e propositiva, pede-nos mais do que somos capazes de dar e produzir. Daí a sensação inacabada do trabalho científico, intelectual, literário: o reescrever humilde, quase infundável.

O escrever exige, hoje, abordagens teórico-metodológicas claras e concisas, além de posicionamento frente à realidade escancarada pelo conhecimento produzido. Não é esta uma questão de aplicação, pragmática ou de ordenamento social, mas um “fazer avançar” as ideias em relação aos fenômenos históricos, pois os cientistas precisam estar conscientes das implicações de seus produtos intelectuais. E elas são de natureza ética, sobretudo. Estamos no âmbito da política, da correlação de forças sociais às quais não podemos nos omitir, mas expressar o quanto o conhecer pode corroborar para mudanças, restabelecendo direitos e respeito no relacionamento social.

São as explicações, as interpretações dos produtores de ideias sobre o real que fornecem os instrumentos para que o mundo seja transformado, recriado em novas bases. Demonstrar os elos de responsabilidade entre a ciência e a política pode nos devolver a consciência da dimensão social da produção intelectual. Há responsabilidade no tornar público e conhecido os resultados da pesquisa científica, que, não sendo neutra, nem imparcial, cumpre, por sua vez, o importante papel social de poder subsidiar políticas públicas.

Vivemos e somos testemunhas de mudanças paradigmáticas ainda não totalmente percebidas e identificadas, porque incompletas e precárias. Na ciência moderna, coexistem paradigmas clássicos tradicionais e outros que vão surgindo pela simultaneidade dos acontecimentos em todos os campos do saber, já constatada por Einstein.

Vivemos uma era paradoxal no sentido de o discurso dizer algo e negá-lo ao mesmo tempo, expresso na crise que assola a sociedade dividida entre uma modernidade galopante sem poder recusar e as tradições que a negam. Enfim, não há desenvolvimento avançado de países, segmentos sociais ou setores econômicos sem que outros desenvolvimentos não se concretizem. Há reversibilidade das partes e do todo, do sujeito à sociedade e da sociedade ao sujeito, do local e do global, do individual e do coletivo.

Transitamos em perplexidades, insatisfeitos com explicações que tomam só um lado, pendem para a ideologia dominante, seja na concretude do acontecer ou do pensar sobre ele, também esse, um acontecimento, uma intervenção, uma promessa de transformação, de emancipação talvez para alguns. As contribuições que vêm ao público nesta edição ABET-Ipea, em parceria, tomam a realidade do trabalho assalariado ou por conta própria, formal ou informal, precário ou em condições da dignidade humana e a apresentam em forma de interpretações que buscam uma síntese e maior compreensão acerca da complexidade do trabalho. Uma produtiva leitura, leitor deste quarto livro da Coleção Mundos do Trabalho, de autoria de Pedro Marques, *Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo!*

Curitiba, inverno de 2013.

Silvia Maria de Araújo

**Universidade Federal do Paraná (UFPR)**  
**Presidente da ABET – Biênio 2011-2013**



## PREFÁCIO

Nestes últimos anos recrudescu o vigor das discussões em torno dos impactos que a atual dinâmica do capitalismo contemporâneo infligiu à possibilidade de desenvolvimento dos países. A incapacidade explicativa da teoria econômica considerada convencional, ou que dela se aproxima, parece cada vez mais evidente, ao passo que cresce a busca por métodos de análise mais próximos da realidade e, nesse sentido, fazer a releitura de interpretações que não coadunam com o pensamento vigente apresenta-se como razoável, principalmente quando a argumentação científica escapa aos modelos abstratos de explicação das desigualdades sociais, de renda e entre regiões.

A América Latina como um todo e o Brasil, em particular, por sua industrialização tardia e por sua inserção periférica, enfrentam, permanentemente, dificuldades para construir políticas autônomas, ainda que com aumento da presença de certos aspectos democráticos. Em grande parte pelas discrepâncias nas relações extremamente desiguais entre países, em parte pela própria forma como se reproduz a estrutura da economia mundial, seja internamente às nações ou nos movimentos dos capitais globais. Como demonstra a realidade, a dependência não é resultado de acaso fortuito, mas do próprio desenvolvimento das forças capitalistas.

Como centro nervoso desta dinâmica, a reorganização mundial de grandes empresas e o rearranjo na organização da produção e nas relações entre capital e trabalho apontam para novas e desastrosas configurações. Cada vez mais, e com maior voracidade, a concentração e a centralização de capitais organizam os conglomerados na forma de oligopólios e monopólios, que se expandem em redes mundiais e que exigem rendimentos cada vez maiores no curto prazo. O desencadeamento destes processos são a ampliação do exército industrial de reserva e exigências cada vez maiores sobre aqueles que permanecem empregados.

É em meio a estas questões que o esforço teórico empreendido por Pedro Marques de Santana insere reflexões cruciais que auxiliam no diagnóstico dos eixos de toda esta trama, ou pelo menos naquilo que ela tem de essencial. O autor faz um resgate da Teoria Marxista da Dependência a partir da contribuição de Ruy Mauro Marini, por muito tempo relegada, deliberadamente, ao ostracismo, e apresenta uma interpretação do papel que cumpre a “superexploração do trabalho” como categoria central na compreensão da dinâmica do capitalismo periférico e da dependência como condição imanente à dinâmica. Pedro aponta para uma tendência de generalização dos mecanismos que convergem para esta superexploração como padrão presente nas formas de extração de

mais-valia não somente em países como o Brasil e nos movimentos das grandes empresas mundializadas, mas também nas nações desenvolvidas.

A utilização do arsenal marxista e a exploração das criações de Marini, diferentemente do que ocorre com a vertente weberiana da Teoria da Dependência, permitiram ao autor identificar que as relações entre capital e trabalho constituem elemento central para codificar a inserção subordinada da América Latina nas relações econômicas internacionais, como demonstrado no capítulo dois. Ali também são explicitadas as contradições entre os mecanismos de superexploração para a acumulação e o problema da realização, associando transferência de lucros para o núcleo do sistema com consumo de capitalistas e dos trabalhadores e a necessidade premente de exportação.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas nesta obra é a de lidar com ambientes de análise díspares sem perder de vista a necessidade de mediação entre os diferentes graus de abstração e as configurações da práxis. O enfrentamento é feito, por exemplo, a partir do olhar histórico, como demonstram os capítulos terceiro e quarto, ao discutir a mundialização do capital e os avanços das chamadas políticas neoliberais, em suas relações com os meandros dos processos de acumulação, e ao explicitar os significados do aumento do desemprego em escala global, da flexibilização, da desregulamentação, enfim, das mudanças nas relações e condições de trabalho, para a busca perene por maior capacidade de obtenção de mais valor.

Os debates sobre as questões relacionadas ao mundo do trabalho têm nesta obra de Pedro um olhar e uma contribuição que vem ao encontro dos motivos que permeiam as iniciativas da ABET de fomento à pesquisa. Apesar do enfoque claramente próximo do arsenal da teoria econômica, vislumbra-se neste livro temas e abordagens que transitam para além deste ramo da ciência, como a sociologia, a história e a filosofia. Nesse sentido, contempla um quesito relevante, o da multidisciplinaridade. Ao mesmo tempo, demonstra, em vários momentos, originalidade, intensidade e iniciativas metodológicas louváveis, como a tentativa de trazer para o centro de análise sobre as transformações no mundo do trabalho os elementos que explicam as causas das desigualdades entre centro e periferia, e vice-versa. Aos navegantes cabe o aviso de que o trivial não permeia esta obra e que a viagem compensa a incursão no inabitual.

Rio de Janeiro, agosto de 2013.

Sebastião Ferreira da Cunha  
**Professor do Departamento  
de Ciências Econômicas e Exatas da  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**



## RESUMO

A obra de Ruy Mauro Marini durante muito tempo ficou negligenciada em seu próprio país de origem. Entretanto, a vitalidade de seus trabalhos, no contexto da formação da Teoria Marxista da Dependência, parece resistir à prova do tempo; caso contrário, não despertaria o interesse crescente de estudantes e pesquisadores, nem se multiplicaria o volume de trabalhos científicos que transitam pela sua complexa produção teórica. O objetivo deste trabalho é discutir, sem pretender esgotar, obviamente, questões relacionadas à categoria da superexploração da força de trabalho, originalmente desenvolvida por Marini e concebida como núcleo de sua interpretação do desenvolvimento capitalista dependente. O trabalho está dividido em outros três capítulos. No segundo capítulo, busca-se apresentar uma discussão a respeito das principais determinações teóricas em torno da construção do conceito da superexploração do trabalho e das contradições que ele visa representar. Nos dois capítulos seguintes, é abordada a questão da atualidade dessa categoria no tocante ao que denomina-se hipótese da tendência à generalização da superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo, proposta por Marini, como efeito dos avanços nos processos de internacionalização do capital a partir dos anos 80 e 90 do século XX.



## 1 INTRODUÇÃO

Quatro décadas se passaram desde a publicação de *Dialética da Dependência*, obra escrita pelo sociólogo marxista brasileiro Ruy Mauro Marini. Texto-síntese, espécie de *Manifesto Comunista* dos trópicos, essa obra foi tema de calorosas discussões e polêmicas ao longo dos anos 1970 no seio do pensamento crítico latino-americano. Analogamente ao texto produzido por Marx e Engels, conclamava o proletariado, neste caso latino-americano, à práxis revolucionária, objetivando suprimir o capitalismo na sua expressão dependente e periférica. Diferentemente do caráter mais acentuadamente político e propagandístico do *Manifesto*, a *Dialética da Dependência* propunha uma interpretação rigorosa, ainda que em nível de abstração elevado, da condição subdesenvolvida e dependente do capitalismo latino-americano. Esse texto representa, como afirma Osorio (2004), um “divisor de águas” na economia política da dependência ao desenvolver conceitos como o da superexploração do trabalho e o do subimperialismo.

Entrando em polêmica direta com as teses da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e com as linhagens dogmáticas dos Partidos Comunistas da região – sob forte influência do stalinismo e das concepções da III Internacional –, Ruy Mauro Marini, em companhia de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank, deu os passos iniciais para o surgimento da corrente de pensamento que ficou conhecida, entre as décadas de 60 e 70 do século XX, como a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

A TMD colocava em relevo o caráter *sui generis* do subdesenvolvimento, que, sendo produto singular da expansão do modo de produção capitalista em escala mundial, não podia ser compreendido simplesmente como ausência de desenvolvimento. Disso decorre a crítica empreendida pelos autores às concepções desenvolvimentistas que pressupunham um processo linear de evolução das sociedades rumo às formas mais avançadas de capitalismo. Nesse quadro teórico-analítico, a categoria da superexploração do trabalho constitui-se em peça-chave do aporte marxista a uma visão dialética do processo de constituição das formações sociais latino-americanas, tornando-se uma das mais importantes contribuições teóricas ao pensamento social do subcontinente. Trata-se de uma categoria originalmente concebida por Ruy Mauro Marini a partir da economia política marxista, que a consagrou como núcleo de sua interpretação teórica acerca da gênese e do desenvolvimento do capitalismo dependente.

O enfoque teórico de Ruy Mauro Marini, em particular, terminou sendo alvo de críticas em várias direções, inclusive dentro do próprio campo do marxismo. As formulações do ex-presidente brasileiro e sociólogo Fernando Henrique Cardoso alcançaram certa hegemonia entre círculos intelectuais e políticos nativos no tocante à compreensão das teses fundamentais da TMD e, sobretudo,

dos trabalhos teóricos de Marini. Este, por sua vez, tendo desenvolvido grande parte de sua obra no exílio, principalmente no Chile e no México, viu sua obra ser pouco difundida em território nacional. A recepção dela no Brasil é um curioso e estranho capítulo da história intelectual do país, uma vez que, mesmo após a “abertura democrática”, o silêncio e o ocultamento de suas ideias perpetuaram certo obscurantismo em torno de suas análises, inclusive entre os círculos socialistas. Portanto, é forçoso observar que nem de longe, dentro de seu país natal, Marini encontrou a receptividade, o reconhecimento e o prestígio intelectual que alcançara em outras partes da América Latina.

O ofuscamento de sua obra no Brasil deu-se, sobretudo, por conta de interpretações muitas vezes equivocadas e distorcidas de suas teses principais. Destaque para a polêmica que travou com Fernando Henrique Cardoso em meados dos anos 1970 e que culminou com a publicação por parte deste último do texto intitulado *Desventuras da dialética da dependência* (1978), escrito em parceria com José Serra. Nunca é demais lembrar que a divulgação desse trabalho no Brasil foi realizada sem a devida resposta de Ruy Mauro Marini. A réplica foi somente traduzida e publicada no país mais de duas décadas depois. Certamente que nenhum autor de uma obra intelectual “ambiciosa” deve estar isento de formulações e posições equivocadas; porém, é dever da crítica pressupor a honestidade intelectual, o cuidado e o rigor nas interpretações para não criar falsos dilemas ou distorcer os argumentos do objeto criticado. No entanto, esse parece ter sido o destino dos trabalhos de Marini no Brasil, tendo sido objetos de uma crítica, em muitos sentidos, infundada e, aparentemente, mesclada com desavenças pessoais.

A leitura atenta da *Dialética da Dependência*, juntamente com outros artigos de sua autoria, como *O ciclo do capital nas economias dependentes* (1979) e *Acumulação de capital e mais-valia extraordinária* (1979), além do texto de resposta à crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, intitulado *As razões do neodesenvolvimentismo* (1978), contudo, mostram mais precisamente quais eram suas intenções, sobretudo quanto à utilização do conceito de superexploração do trabalho como eixo de sua concepção crítica e dialética do desenvolvimento do capitalismo dependente. Nesses três últimos trabalhos citados, escritos posteriormente à publicação da *Dialética da Dependência*, a categoria da superexploração do trabalho, como chave compreensiva para entender o padrão de acumulação e de desenvolvimento capitalista que se consolida na periferia do sistema mundial, ganha contornos de maior precisão, dirimindo equívocos que possam persistir a partir da leitura isolada de seus textos.

O presente trabalho tem por objetivo, portanto, tratar de maneira ampla e aprofundada, embora sem a pretensão de exaurir o assunto, as principais questões que envolvem a elaboração dessa categoria, que teve em Ruy Mauro Marini sua

formulação original e mais acabada, ao mesmo tempo visando alertar para os equívocos de interpretação a que foi submetida. Pretende-se também ampliar seu escopo analítico, passo este que o próprio Marini havia iniciado para dar conta de um suposto processo de generalização da superexploração do trabalho em curso nas economias capitalistas desenvolvidas, a partir da conjugação de fatores estruturais, como a globalização, a recomposição do exército industrial de reserva, a ascensão do neoliberalismo e a reestruturação das forças produtivas do capital. Com isso, este trabalho procura inserir-se num certo movimento de retomada do interesse pela obra e trajetória política de um dos mais importantes teóricos do pensamento crítico latino-americano.

Esse interesse renovado se manifesta no crescente conjunto de trabalhos acadêmicos e publicações que vêm recuperando aspectos essenciais da totalidade da obra de Marini, tornando-a mais conhecida no Brasil. Possivelmente, uma das razões para o despertar desse interesse decorre das transformações operadas no capitalismo contemporâneo e nas suas regiões periféricas, que se tornaram ainda mais heterogêneas em suas características econômicas e sociais, ao tempo em que são aprofundados certos traços do desenvolvimento capitalista subordinado.

O livro que o leitor tem em mãos está estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações ao final do trabalho. O segundo capítulo realiza uma discussão sobre as bases teóricas do conceito de superexploração do trabalho: sua fundamentação na teoria marxista do valor, sua elaboração e desdobramentos originais realizados por Ruy Mauro Marini e o papel central dessa categoria na construção da TMD. A partir do terceiro capítulo, a intenção será aprofundar o entendimento sobre o processo, anteriormente mencionado, de generalização dos mecanismos que constituem a situação de superexploração do trabalho mesmo para as esferas avançadas do sistema capitalista mundial.

Ressalve-se que, historicamente, nas sociedades capitalistas desenvolvidas, essa categoria assume papel relevante, muito embora de forma conjuntural, ao contrário das economias periféricas, onde, de acordo com a vertente marxista da teoria da dependência, ela refletiria um aspecto estrutural de formação dessas sociedades. Nas últimas décadas, a poderosa ofensiva do capital sobre as condições laborais e de existência das classes trabalhadoras redundou em bruscas quedas reais dos rendimentos do trabalho e aumento do desemprego e das desigualdades sociais, inclusive nos países desenvolvidos. Seguindo a linha de argumentação, isso leva a constatar um recrudescimento conjuntural da superexploração do trabalho nas economias centrais, cujas consequências para o futuro do capitalismo e da luta de classes são completamente imprevisíveis.

Em consonância com essa perspectiva, no quarto capítulo são avaliados os impactos da reestruturação capitalista da produção sobre a reconfiguração do

mundo do trabalho, a fim de discutir como as mudanças dos paradigmas produtivos – destacando o papel acentuado da aplicação tecnológica da ciência – têm efeitos que vão além dos aumentos da produtividade do trabalho. No contexto de uma crise orgânica de longa duração, o capital recorre à superexploração do trabalho, combinando mecanismos de extração mais-valia absoluta e de mais-valia relativa para aumentar o grau de exploração sobre a força de trabalho.

## 2 O CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA DE RUY MAURO MARINI

O objetivo deste capítulo é definir, em linhas gerais, o “esquema teórico” presente na obra de Ruy Mauro Marini, tomando como referência o conceito de superexploração do trabalho desenvolvido por esse autor. O ponto de partida será a sua *Dialética da Dependência*, obra publicada durante exílio na Cidade do México, em 1973. Toma-se esse livro como referencial principal, tendo em vista seu caráter seminal para a construção de uma crítica marxista ao desenvolvimento capitalista e dado que nela o autor condensa suas principais linhas de pesquisa e antecipa conceitos e hipóteses que virá a desenvolver posteriormente. Essa postura, no entanto, não impedirá de fazer referências a outros textos do autor para tentar esclarecer aspectos significativos de sua construção teórica.

Buscar-se-á, então, nas próximas seções, realizar a desafiadora tarefa de sintetizar uma obra e pensamento tão complexos e prolíficos quanto o desse importante intelectual marxista brasileiro. Sendo o objeto de estudo deste trabalho definido pela categoria da superexploração do trabalho, serão pincelados os elementos teóricos fundamentais de sua elaboração até atingir uma visão de conjunto do sistema teórico, no qual essa categoria é peça-chave. Esta seção iniciará, então, por uma breve digressão sobre a gênese da categoria em questão.

### 2.1 As bases marxistas do conceito de superexploração do trabalho

Marini (2000) encerra seu pequeno ensaio intitulado *Em torno da dialética da dependência* afirmando que a superexploração do trabalho é o fundamento da dependência. Devido à tamanha importância dada a essa categoria no seu esquema teórico-analítico, faz-se necessária uma explicitação acerca de suas origens e fundamentos teóricos. A ausência de uma formulação sistemática desta categoria entre os primeiros textos marxistas e nos debates iniciais em torno da dinâmica do capitalismo pode suscitar certas dificuldades à sua apreensão. No entanto, baseando-se na teoria do valor do próprio Marx, Ruy Mauro Marini, em meados da década de 1960, inicia o uso desse conceito em um de seus principais textos teóricos, intitulado *Subdesarrollo y revolución* (1967). Ele introduz, dessa forma, a categoria da superexploração do trabalho no pensamento marxista, em especial no marxismo latino-americano, de forma pioneira e original, buscando tirar dela

todas as consequências teóricas e práticas.<sup>1</sup>

Não existe, por certo, nos textos “econômicos” de Karl Marx, seja nos *Grundrisse*, em *O Capital* ou ainda nas *Teorias sobre a Mais-Valia*, a utilização conceitualmente precisa desse termo. Porém, pode-se vislumbrar, sobretudo em *O Capital*, a existência de certas premissas metodológicas para um possível desenvolvimento posterior do conceito de superexploração do trabalho, como, por exemplo, quando Marx identifica situações em que a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor assume relevância teórica para a compreensão da dinâmica do sistema. A preocupação em analisar o modo de produção capitalista em sua totalidade e em sua pureza obrigou-o a adotar um grau elevado de abstração, não permitindo sua incursão sobre certos fenômenos de natureza mais concreta, a que faz alusão em passagens importantes de sua obra magna. Durante boa parte de sua análise, sob o pressuposto do capital em geral, como bem frisou, Marx adota o suposto segundo o qual as mercadorias são trocadas por seus equivalentes em valor. Assim, sob condições normais, todas as mercadorias, inclusive a força de trabalho, seriam transacionadas pelos seus respectivos valores de troca.<sup>2</sup>

O processo de mediação das categorias teóricas para situações históricas mais concretas estaria, conforme o plano inicial de sua extensa crítica da economia política, exaustivamente reelaborado, reservado para os livros posteriores, os quais, por razões mais ou menos conhecidas, não foram redigidos. No capítulo XIV de *O Capital*, do terceiro tomo, por exemplo, Marx admitiu ser a compressão do salário abaixo de seu valor uma das forças contrariantes à lei tendencial da queda da taxa de lucro mais significativas. Porém, ressalva que

isso se cita aqui empiricamente, já que, de fato, como várias outras coisas, que deveriam ser mencionadas aqui, nada tem a ver com a análise geral do capital, mas pertence à exposição sobre a concorrência, que não é tratada nesta obra. Mesmo assim, é uma das causas mais significativas de contenção da tendência à queda da taxa de lucro (MARX, 1984, p. 179).

---

1. A incursão de Marini no debate teórico de seu tempo tem objetivos não apenas intelectuais e acadêmicos, mas também políticos. Além de ativo cientista social com vasta formação cultural, destacou-se como militante e dirigente político de organizações da esquerda socialista, a exemplo da POLOP, no Brasil, e do MIR, no Chile. Sua elaboração teórica está intimamente articulada ao processo de luta de classes vigente no Brasil e na América Latina, sendo, ao mesmo tempo, reflexo e tentativa de intervenção nesse processo. É importante ter em mente essa dimensão para uma avaliação mais precisa de seus escritos, imersos que estavam nos debates em torno da dependência e do subdesenvolvimento como manifestações particulares do desenvolvimento capitalista mundial.

2. “O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. A massa desses meios de subsistência, ainda que sua forma possa variar, em determinadas época de determinada sociedade, é dada, podendo, portanto, ser tratada como uma grandeza constante. O que muda é o valor dessa massa. (...) Suponhamos 1) que as mercadorias sejam vendidas por seu valor, 2) que o preço da força de trabalho suba ocasionalmente acima de seu valor, porém jamais caia abaixo dele” (MARX, 1985, p. 113).

Vê-se que até mesmo no livro III, no qual leva em consideração a pluralidade de capitais e as diferenças entre valores de troca, preços de produção e preços de mercado, o problema não deveria ser senão apenas “citado empiricamente”. Osorio (2009) destaca que o nível de abstração no qual operou a investigação do modo de produção capitalista, em seu “estado puro”, tomando como modelo sua gênese e desenvolvimento na Inglaterra, seria a principal razão pela qual o filósofo prussiano não teria extraído todas as consequências da importância da compressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho para o movimento de contenção da tendência declinante da taxa média de lucro.<sup>3</sup> Segundo aquele autor, somente com a passagem para níveis mais concretos de análise poder-se-ia levar em conta situações que, não obstante desempenhem papéis significativos na reprodução do sistema, não cumpririam o pressuposto do qual partira.

Coube, então, aos continuadores de sua obra o desdobramento daquela problemática e sua aplicação em análises específicas do desenvolvimento contraditório do capitalismo, tomado em seu conjunto. A principal obra de Ruy Mauro Marini, ou talvez a mais conhecida, sua *Dialética da Dependência*, é que demarca a relevância teórica do conceito de superexploração do trabalho para o estudo das leis específicas do desenvolvimento capitalista na periferia do seu sistema mundial, em particular na América Latina.<sup>4</sup> Esse estudo representa um marco teórico-metodológico importante nas ciências sociais latino-americanas, pois lançou as bases para um conjunto mais ou menos coerente de teses e análises interdisciplinares acerca das contradições do desenvolvimento capitalista latino-americano.

A categoria da superexploração do trabalho é compreendida como a representação de “uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho” (OSORIO, 2009), aumentando o produto excedente através de mecanismos que possam afetar de maneira direta ou indireta o desgaste mental e físico do trabalhador. A este respeito, seria elucidativa a consideração feita por Marx no Livro I, capítulo XIV, de *O Capital*, em que, ao analisar as possibilidades de variação da grandeza do preço da força de trabalho e da mais-valia, supondo constantes a força produtiva e a intensidade do trabalho, e variando a jornada de trabalho, chega à seguinte conclusão:

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou mesmo suba. É que o valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre

3. A apropriação de parte da remuneração do trabalhador (preço da força de trabalho) pelo capital, convertida em fundo de acumulação deste, resulta no aumento da taxa de mais-valia ( $m/v$ ), ou seja, do valor excedente ( $m$ ) em detrimento do capital variável ( $v$ ). Dessa forma, a recorrência da superexploração do trabalho se apresenta como uma força contrária ao declínio da taxa de lucro objetivado no aumento da composição orgânica do capital ( $c/v$ ).

4. Segundo Osorio (2004, p. 141): “(...) la superexplotación es la piedra angular para comprender la especificidad del capitalismo latino-americano, en tanto da cuenta de las formas particulares en que se asienta la producción de plusvalía, como es explotada la fuerza de trabajo y las tendencias que de ello se derivan hacia la circulación y la distribución”.



sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado por maior restauração. *Além desse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica e ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser comensuráveis* (MARX, 1985, p. 118, grifos nossos).

Nota-se que nessa passagem é vislumbrada a possibilidade de que o desgaste provocado pela duração excessiva da jornada de trabalho, além dos limites normais, possa comprometer a reprodução da força de trabalho. Ainda na mesma citação, vê-se também que Marx define o cálculo do valor diário da força de trabalho com base no seu valor total; ou seja, sobre a duração média ou normal do tempo de vida do trabalhador. Ele remete, assim, ao efeito que o prolongamento da jornada de trabalho pode implicar em termos de um desgaste acelerado, em “progressão geométrica”, da força de trabalho, para além da sua capacidade de restauração. Há um limite físico (humano) para a extensão da jornada de trabalho delimitado pelo ponto além do qual “todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas” (*op. cit.*, 1985). Marx destaca, portanto, a possibilidade de queda do preço da força de trabalho abaixo de seu valor, através de uma jornada de trabalho mais prolongada, de modo que o seu desgaste acelerado não possa ser compensado por uma maior restauração, mesmo quando o seu valor nominal permaneça constante ou até mesmo venha a subir.

O valor total da força de trabalho, do ponto de vista do capital, leva em consideração não só o tempo de vida útil do trabalhador, ou seja, o total de dias que o possuidor da força de trabalho pode vendê-la em boas condições no mercado de trabalho, assim como o tempo de aposentadoria, em que o trabalhador não participará da produção. O valor total (tempo de vida útil e de vida média total) é que determina o valor diário da força de trabalho, apresentando como parâmetros as condições históricas e morais existentes na época. O salário que corresponde ao pagamento diário da força de trabalho e respeita o valor desta deve permitir ao indivíduo que trabalha a reposição do desgaste de seu período produtivo e não produtivo, de acordo com o tempo médio de sua vida. Essa é a maneira como atua a lei do valor sobre a força de trabalho, sob as “condições normais” de exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista.

Seguindo os fios condutores da análise marxiana, Marini (2000a) esboça uma teorização do conceito de superexploração do trabalho, na qual destaca, basicamente, três modalidades de apropriação do tempo de trabalho excedente por parte dos capitalistas, que podem ocorrer pela via da redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor: 1) o prolongamento da jornada de trabalho;

2) o aumento da intensidade do trabalho e 3) a conversão do fundo de consumo necessário do operário em fundo de acumulação do capital. A conjugação de uma ou mais dessas modalidades tornaria o salário (preço da força de trabalho) insuficiente para compensar um processo de trabalho que exija um desgaste físico e mental além do normal, o que implicaria a violação da lei do valor da força de trabalho e a reprodução atrofiada<sup>5</sup> desta. Nesse caso, o capital, ao encurtar o tempo de vida útil e de vida total do trabalhador, apropria-se, no presente, dos anos futuros de trabalho.

Podem-se produzir processos de trabalho que aumentem a jornada ou que a intensifiquem a tal ponto que – apesar dos pagamentos de hora extra ou de elevação do salário por aumento nas mercadorias produzidas – acabam reduzindo a vida útil e a vida total do trabalhador. Acontece assim porque, ainda que se possa atingir quantidade necessária (e inclusive maior) de bens que conformam os meios de vida para assegurar a reprodução do trabalhador, este não pode alcançar as horas e os dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas. Quando isso ocorre, *o salário extra só compensa uma parte dos anos futuros de que o capital se apropria* com jornadas extenuantes ou de trabalho redobrado (OSÓRIO, 2009, p. 177).

Com isso, parece plausível afirmar que, mesmo não tendo desenvolvido suficientemente o tema ou não o tendo abordado e formulado de forma mais sistemática nesses termos, em vários momentos Marx apresenta exemplos de situações em que a exploração do trabalho pelo capital ultrapassa as condições normais e atrofia a reprodução do trabalhador.<sup>6</sup> É a respeito disso, no final das contas, que trata a noção de superexploração do trabalho.

## 2.2 Algumas considerações sobre a determinação do valor da força de trabalho

O processo de valorização do capital pressupõe a existência de uma mercadoria específica, cuja peculiaridade reside na sua capacidade de, ao ser consumida, criar um valor adicional. A mercadoria com tais características é a força de trabalho, cujo valor de uso é a fonte (substância) de valor da produção mercantil-capitalista, na medida em que seu consumo, no contexto das relações sociais de produção capitalistas, é objetivação de trabalho humano em geral (trabalho abstrato). A capacidade de trabalho de um indivíduo é o que Marx apreende como o

5. Vê-se em Rosdolsky, ao discutir a teoria marxiana do salário, a seguinte afirmação: “É claro que a soma dos ‘meios de vida necessários’ deve ser suficiente, em qualquer caso, para ‘manter o indivíduo trabalhador como tal, em sua condição normal de vida’; conforme a feliz terminologia de Otto Bauer, devemos distinguir entre as energias necessárias ao mero ‘processo vital’ do trabalhador e as energias gastas no ‘processo de trabalho’. (Se só se substituem as primeiras, se não se compensa o gasto adicional de energia que a própria ação laborativa acarreta – ou se isso é feito insuficientemente – ocorrerá uma *reprodução atrofiada* da força de trabalho, e o preço da força de trabalho estará abaixo de seu valor)” (ROSDOLSKY, 2001, p. 237-238).

6. O uso de farta documentação empírica sobre as condições de trabalho e de vida das famílias trabalhadoras, bem como a sinalização teórica de como o preço da força de trabalho poderia cair abaixo de seu valor, parece indicar, sem exageros, a relevância que Marx atribuía a essa questão dentro de seu corpo teórico.

“conjunto das faculdades físicas e espirituais que existam na corporeidade, na personalidade viva de um homem, e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1988, p. 135).

As condições para que o possuidor de dinheiro encontre essa mercadoria num mercado especificamente organizado para tal devem reproduzir alguns requisitos históricos fundamentais: 1) que o proprietário da força de trabalho possa ofertá-la como uma pessoa livre, colocando-a de forma provisória, por prazo determinado, à disposição do comprador e sem renunciar à sua propriedade; 2) que o trabalhador esteja não apenas formalmente, mas também efetivamente separado dos meios materiais de produção e de subsistência e 3) a de que seu possuidor venda não os produtos objetivados de seu trabalho, mas ofereça sua própria força de trabalho. Essas condições garantem a reprodução permanente da relação social básica que subjaz à toda a produção capitalista, qual seja a reprodução da subordinação formal e real do trabalhador assalariado ao proprietário capitalista ou “personificação” do capital.

A mercadoria em questão, é bom frisar, não é o trabalho enquanto tal, mas a força de trabalho que o põe em ação. O salário remunera o trabalhador pelos gastos que ele incorre em produzir, ao longo da jornada de trabalho, os bens e serviços necessários à sua manutenção e à de sua prole. Na sociedade capitalista, a aquisição desses bens só é possível porque o operário despende um tempo de trabalho superior ao que trabalha para si mesmo em troca de um salário. O mais trabalho, que se expressa na produção de mais-valia, é que dá todo o sentido à produção capitalista e, portanto, ao emprego da força de trabalho mediante o assalariamento. A relação fundamental na sociedade burguesa é aquela que separa os indivíduos entre os que trabalham na produção e na circulação da riqueza e aqueles que se apropriam desta. Na reprodução global da sociedade, ainda se realiza a distinção, sempre do ponto de vista do capital, entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. O primeiro se identifica com a produção direta ou indireta do valor excedente; o segundo, com as condições gerais de funcionamento da sociedade e que interferem na reprodução global do sistema.

De qualquer modo, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução dela. O valor da força de trabalho representa determinado quantum de trabalho social médio objetivado nas mercadorias que compõem a cesta de bens e serviços úteis à restituição física e psicológica das capacidades exigidas do trabalhador (da formação e manutenção do grau médio de suas habilidades). Para o capital, que visa perpetuar a classe que faz multiplicar suas riquezas, o custo de reprodução da força de trabalho deve pressupor a existência do indivíduo que põe seu trabalho em ação, assim como a manutenção de sua prole, através de “certa soma de meios de subsistência”.

O tempo de trabalho necessário à produção desses “meios de subsistência” determina, portanto, o valor da força de trabalho. Fica explícito na análise marxiana dessa questão o fato de que tais meios devem atender não somente às necessidades físicas, biológicas ou naturais do indivíduo, como aquelas que atendem a certas determinações de caráter histórico e moral.

(...) A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. *Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres.* Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência é dado (MARX, 1988, p. 137, grifos nossos).

Para se apresentar continuamente ao mercado, o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se pela “procriação”, logo, a soma de meios de subsistência deve suprir as necessidades de sua prole. Um erro não pouco comum tem sido atribuir a Marx uma teoria do empobrecimento absoluto da classe trabalhadora, que procura inferir de sua teoria o rebaixamento dos salários a um mínimo fisiológico ou de subsistência. A teoria de Marx é uma teoria do aumento do salário real, e não da sua diminuição. Essa evolução salarial reflete, a longo prazo, a produtividade crescente dos meios de produção. Portanto, não há em Marx uma teoria da pauperização absoluta, e sim uma do empobrecimento relativo da classe trabalhadora.

Observemos um pouco o problema da reprodução da força de trabalho ou, o que dá no mesmo, da determinação do seu valor. O trabalhador vai ao mercado com algo de que dispõe para negociar em troca de uma remuneração. O capitalismo desenvolveu o assalariamento através de um longo e histórico processo de exclusão de camponeses e artesãos da posse e propriedade dos seus meios de trabalho e de subsistência. Esse processo se repete cotidianamente, a cada ato renovado de valorização de uma massa de valor preexistente e, se assim não fosse, não haveria continuidade do ciclo de reprodução do capital. Se todos fossem proprietários de seus próprios meios de produção, não haveria capitalismo e tampouco exploração.

Não obstante a crescente tendência à universalização do capital nas sociedades contemporâneas, observa-se na realidade concreta das formações sociais uma complexa articulação entre o modo de produção capitalista e modos de produção não capitalistas, sob a dominância do primeiro. São diversas as formas de apropriação (pequena propriedade familiar, cooperativas, propriedade pública ou

semipública etc.) que subsistem, e não sem envolverem muitos conflitos ou até mesmo laços de reciprocidade com a propriedade privada tipicamente capitalista. No âmbito desta, a separação regular daquele que trabalha e daquele que detém os direitos sobre o produto do trabalho é a sua forma clássica e original. Todavia, com o progresso da acumulação, a propriedade privada do capital se transforma, à medida que o empresário individual cede lugar aos gestores e aos acionistas na participação das decisões e na repartição dos lucros. O próprio crescimento da massa de valor concentrada e centralizada e a necessidade premente de gerenciar esses grandes estoques de capital fixo e circulante e de força de trabalho impuseram uma complexificação das funções no que tange à propriedade e à gestão das grandes corporações modernas.

No outro pólo da unidade contraditória que conforma a relação capital, situam-se aqueles que são permanentemente afastados da apropriação direta ou mesmo indireta dos resultados de seu trabalho, tendo, por isso, que se submeter a uma relação de exploração. O indivíduo que trabalha põe à disposição da empresa capitalista parte do tempo de vida de que dispõe, durante o qual mobiliza seus conhecimentos, habilidades e afetos. A evolução dos processos de trabalho capitalistas tende, de um modo geral, à simplificação crescente das operações e das capacidades cognitivas exigidas do indivíduo trabalhador, mesmo com a tendência crescente à aplicação tecnológica da ciência aos processos produtivos. Como qualquer outra característica do capitalismo, essa evolução ocorre senão de forma contraditória, pois, se bem que o desenvolvimento científico e tecnológico da produção social é acompanhado de uma racionalização do processo de trabalho (com simplificação e abstração de tarefas), este abre novos espaços de acumulação ou modifica processos produtivos já existentes, exigindo uma mão de obra com níveis mais elevados de qualificação.

A simplificação ou desqualificação do trabalho, tendo em vista o peso crescente das tecnologias nos processos de trabalho e no cotidiano das sociedades, é sempre relativa, pois supõe uma elevação do nível de conhecimento geral (essa possibilidade já havia sido antecipada por Marx em seus *Grundrisse*, captada pela noção de *general intellect*). Mas as capacidades intelectuais exigidas da grande maioria dos trabalhadores estão sempre alguns passos atrás da evolução tecnológica, uma vez que, na prática (da lógica da produção capitalista), a introdução do progresso técnico e o aumento da produtividade do trabalho sobre bases capitalistas tende a ser acompanhada do aumento da intensidade do trabalho e de sua racionalização, visando reduzir custos de produção.

Ademais, a incorporação à força de trabalho dos novos conhecimentos (qualificação) é cada vez mais um processo individualizado, que depende de oportunidades que não estão disponíveis para todos em iguais condições. Nesse ambiente

de uma suposta (tal como fazem crer os teóricos pós-modernos) intelectualização geral das tarefas produtivas, o custo de treinamento e aprendizado recai, em grande medida, sobre as costas do trabalhador, segregando aqueles mais aptos daqueles menos aptos, do ponto de vista do capital, a tarefas mais complexas e com melhor remuneração.<sup>7</sup>

O valor da mercadoria força de trabalho pode subir caso o valor dos meios de subsistência exigidos para sua reprodução subam, ou descer quando o valor desses mesmos bens cai. No entanto, o pagamento que o trabalhador efetivamente recebe pelo uso de sua capacidade de trabalho oscila em torno daquele valor. A forma salário, que aparece no âmbito da circulação mercantil, corresponde ao *preço da força de trabalho* negociado no seu mercado específico, a forma aparente e reificada do tempo de trabalho socialmente necessário à reposição do desgaste do trabalhador. Logo, preço e valor da força de trabalho representam fenômenos substancialmente diferentes. Um refere-se à circulação, enquanto outro remonta às condições de produção.

O trabalhador livre e assalariado precisa negociar sua força de trabalho como uma mercadoria comum, suscetível às intempéries do mercado de trabalho. O salário é o pagamento realizado pelo capitalista ao trabalhador em função do valor da sua força de trabalho. Sendo mercadoria, a capacidade de trabalho que o indivíduo possui carrega consigo a tensão própria da forma valor e sua unidade antitética de valor de uso e valor de troca. Como valor de uso, ela tem qualidades específicas para executar um certo tipo de trabalho. Já como valor de troca, ela tem um preço, que fica à mercê das oscilações do mercado e das características da acumulação de capital no ramo de produção em que atua.

Na superfície (reificada) da sociedade capitalista, o trabalho aparece como uma mercadoria a mais entre outras, porém, uma mercadoria que destoa das demais por ser inseparável de seu proprietário, de sua vontade e inteligência,

7. "(...) a automação no capitalismo tardio, prisioneira da valorização do capital, gera a longo prazo uma *desqualificação relativa do trabalho*, e não uma desqualificação absoluta. Em outras palavras, as qualificações requeridas pela indústria tenderão cada vez mais a se situar *abaixo* do que é técnica e cientificamente *possível*, ainda que em média permaneçam *acima* dos níveis anteriores exigidos pelo capitalismo. É necessário salientar, de qualquer modo, que a transformação radical do trabalho e do processo de produção implícita na terceira revolução tecnológica, com a aceleração da semi-automatização (*sic*) e da automação, implica não apenas uma mudança na maquinaria utilizada pelo capitalismo, mas também uma alteração nas habilidades e nas aptidões do trabalho vivo – ambas relacionadas às modificações no equipamento e às dificuldades crescentes na valorização do capital. Pelo menos nas fábricas plenamente automatizadas, o declínio das habilidades tradicionais é acompanhado pela maior mobilidade e plasticidade da força de trabalho dentro das instalações de produção. Em princípio, isso torna possível uma percepção e um controle inteligente do processo global de produção por parte dos produtores, que haviam desaparecido em larga medida nas fábricas baseadas na linha de montagem e no trabalho fragmentado. *No entanto, sob o capitalismo, o nível médio ampliado de habilitação do 'trabalhador coletivo' assume a forma de um leve acréscimo na habilitação média de cada trabalhador, combinando com um aumento substancial na habilitação de uma pequena minoria de produtores altamente qualificados (trabalhadores encarregados de consertos e técnicos polyvalentes)*" (MANDEL, 1982, p. 189, grifos nossos).

o que lhe confere um estatuto diferenciado. O valor da mercadoria força de trabalho, determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção e reprodução,<sup>8</sup> varia conforme as “condições morais e históricas” da sociedade. Já o seu preço é regulado pela maior ou menor extensão do exército industrial de reserva, ou seja, pela população excedente às necessidades do capital, que responde ao seu ciclo de acumulação. Ao lado do exército ativo de trabalhadores, o capital precisa dessa mão de obra ociosa para “preservar um mercado de trabalho abundante que não oponha limites à acumulação de capital” (MIGLIOLI, 1993). A essa população que excede às necessidades do capital, Marx denominou de superpopulação relativa, destacando a necessidade desta enquanto “alavanca da acumulação” e “condição de existência do modo capitalista de produção”.

O exame mais detalhado desse conceito será feito na próxima seção. Por fim, destaca-se que numa sociabilidade marcada pela mercantilização geral da existência, as classes trabalhadoras veem-se permanentemente ameaçadas pelo espectro de uma insegurança cada vez maior. A “insegurança da existência” é tão mais intensa quanto mais profunda é a crise do capital.<sup>9</sup> No capitalismo contemporâneo, essa “insegurança da existência” torna-se não apenas um traço esporádico das economias avançadas, mas também cada vez mais um marco estrutural destas, e não apenas do mundo subdesenvolvido.

### 2.3 A lei geral da acumulação capitalista segundo Marx – um breve estudo do conceito de exército industrial de reserva

A existência de amplo exército industrial de reserva é uma condição fundamental para a regulação do preço da força de trabalho em qualquer economia capitalista. No caso das economias dependentes, a disponibilidade de mão de obra excedente

---

8. “O capital precisa repor a retirada da força de trabalho do mercado, por desgaste ou por morte, por uma oferta contínua da força de trabalho. Logo, a soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho deve incluir os custos de manutenção dos trabalhadores e seus substitutos, sua prole, a fim de que esta raça peculiar de proprietários de mercadoria possa perpetuar seu aparecimento no mercado” (MARX *apud* MIGLIOLI, 1993, p. 84).

9. Bastante precisa e atual parece, portanto, a seguinte afirmação de Rosdolsky: “É o que diz Engels em 1881. Dez anos mais tarde, em resposta a uma frase do Projeto de programa de Erfurt [‘O número dos proletários, bem como sua miséria, torna-se cada vez maior’], ele voltou a dizer: ‘A organização dos trabalhadores e sua resistência sempre crescente podem operar como um dique de contenção contra o aumento da miséria. O que, com certeza, aumenta é a insegurança da existência’. É uma formulação que podemos e devemos voltar a usar hoje em dia. Pois em uma parte do mundo capitalista efetivamente construiu-se ‘um dique de contenção’ à miséria física dos trabalhadores. Um observador que contemplasse a realidade através de lentes cor-de-rosa talvez pudesse concluir que, ao contrário do que dizia o *Manifesto do Partido Comunista*, a burguesia dos principais países capitalistas está em condições de ‘assegurar a existência de seus escravos, dentro de sua escravidão’, e por isso a dominação do capital estaria definitivamente consolidada. Mas a atenuação e até mesmo a eliminação da miséria física não é tudo. O que ameaça a classe trabalhadora, inclusive dos países capitalistas mais avançados, é antes de tudo – mais do que nunca – a incerteza de sua existência, o fato de viver à sombra de crises devastadoras; o capitalismo não descobriu nenhum remédio contra essa efemeridade...” (ROSDOLSKY, 2001, p. 254).

possibilita que as classes proprietárias imponham os mecanismos<sup>10</sup> já mencionados de compressão dos níveis de consumo das classes assalariadas. Esse é o resultado da lei geral da acumulação capitalista, que conduz a uma extensão redobrada do exército industrial de reserva, e que serve como base para a superexploração da força de trabalho dessas economias. A pressão que a superpopulação relativa exerce sobre os trabalhadores latino-americanos é um dos principais fatores que contribuem para a dinâmica salarial da região.

Sabe-se, desde Marx, que o aumento da população trabalhadora independe do crescimento natural (demográfico) da população. A abordagem teórica que será desenvolvida nesta seção explícita, de forma sumária, os mecanismos de concentração e centralização envolvidos no processo de acumulação capitalista e seus efeitos sobre a demanda e a oferta da força de trabalho. Com isso, busca-se antecipar algumas conclusões acerca do conceito marxiano de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, cuja discussão é de fundamental importância para o desenvolvimento da problemática tratada neste livro, porque entende-se que o processo de formação do que Marx denominou de exército industrial de reserva se constitui num referencial teórico de extrema importância para compreender as contradições da dinâmica do mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo.

No capítulo XXIII do primeiro tomo de *O Capital*, Marx trata das consequências da reprodução ampliada do capital sobre a situação dos trabalhadores. Supondo a composição técnica do capital inalterada ao longo do tempo, a inversão de capital adicional faz crescer na mesma proporção a massa de meios de produção e de força de trabalho empregados. Dessa forma, o progresso da acumulação provoca o incremento do capital variável e da demanda por trabalho correspondente. Tendo em vista tais supostos, essa tendência criaria futuros estrangulamentos à acumulação de capital, uma vez que seu progresso estaria limitado pelo crescimento absoluto da população trabalhadora. Ou seja, o incremento natural da oferta de força de trabalho não seria suficiente para acompanhar o ritmo de expansão da produção capitalista. Na realidade, porém, o avanço da produção e da acumulação capitalista se faz acompanhar do progresso da força produtiva social do trabalho. A produção em larga escala de mercadorias está baseada no desenvolvimento da produtividade social do trabalho, como afirma Marx (1985, p. 194):

Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação.

---

10. "A importância relativa de cada um destes três mecanismos depende das formas históricas que assume a acumulação capitalista internacional, correspondendo à maior vinculação da superexploração ao aumento da jornada de trabalho e à intensificação do trabalho uma maior capacidade de expansão do mercado interno para o setor popular. Outras variáveis de dinamização do mercado de bens de consumo necessário são a expansão do assalariamento da população e o aumento da qualificação da força de trabalho, que elevaria o valor da mesma, percurso este, no entanto, que é restringido pela superexploração, que prioriza a violação dos preços da força de trabalho e não a valorização desta" (MARTINS; VALENCIA, 1998, p. 424).



O desenvolvimento da força produtiva do trabalho social implica a utilização de um volume maior de meios de produção relativamente à força de trabalho absorvida por eles. Portanto, a expansão do capital social global é acompanhada pela constante modificação da composição técnica e orgânica do capital, quer dizer, pela ampliação do capital constante em comparação com o capital variável. Conforme Marx (1985, p. 194) explicita:

Mas, condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos.

A acumulação dos diversos capitais individuais da sociedade é ao mesmo tempo concentração de meios de produção e comando sobre uma massa determinada de força de trabalho. O processo de concentração do capital que acompanha a acumulação dos capitais individuais dispersos entre as diferentes esferas da produção é alimentado “pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos” (*op. cit.*, p.196). O progresso da acumulação capitalista, entretanto, não depende apenas da concentração de capital, que está condicionada pelo crescimento absoluto da riqueza social, mas também do processo de centralização dos capitais existentes na sociedade, que é um fator acelerador do desenvolvimento da acumulação, na medida em que possibilita a ampliação da escala de produção e o aperfeiçoamento técnico correspondente. Os mecanismos de centralização dos capitais que acompanham a evolução da produção capitalista reforçam e aceleram os efeitos da acumulação sobre as modificações na composição orgânica do capital. Dessa forma, ao potencializar o incremento da produtividade social do trabalho, reproduz de forma ampliada a redundância de parcelas crescentes da classe trabalhadora. Note-se o que Marx (1985, p. 198) diz a esse respeito:

E enquanto a centralização reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho. (...) Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele.

Pode-se até agora observar como o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista provoca a formação de uma população trabalhadora excessiva às exigências do processo de valorização do capital. Os mecanismos da acumulação de capital pressupõem a existência permanente de um exército de

reserva de força de trabalho, cujo maior ou menor volume depende das necessidades de seu ciclo de valorização. Essencialmente, a formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva está fundada no crescimento da composição-valor ou orgânica do capital, que reflete o desenvolvimento da produtividade social do trabalho e a redução proporcional de capital variável em relação ao capital social total. Com isso, o capital cria para si uma reserva de força de trabalho disponível às suas necessidades de valorização e que funciona como reguladora de salários. Segundo observa Marx (1985, p. 200):

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional.

Os mecanismos dessa tendência são intrínsecos ao próprio processo de reprodução ampliada ou acumulação de capital, uma vez que a evolução desta depende da reconstituição permanente de uma reserva de trabalho, para regular salários e dispor o capital de um estoque de mão de obra. Isso remete a contradição peculiar à forma mercadoria, a saber, a relação contraditória entre valor de uso e valor de troca. Sendo a força de trabalho uma mercadoria, ela também não pode prescindir desse conflito, que se manifesta na forma abstrata que assume o trabalho, enquanto trabalho socialmente necessário, “cristalização” de trabalho humano geral e indiferenciado, gerador de valor. Submetido ao capital na produção de mercadorias, o contingente de força de trabalho empregado é determinado não pelas necessidades propriamente humanas, mas pelos requerimentos da acumulação de capital, sob a orientação das taxas médias de lucro. Assim, uma parcela da população trabalhadora encontra-se diretamente ou indiretamente ligada à produção e à circulação de mercadorias, enquanto outra se transforma permanentemente em estoque disponível de mão de obra.

A difusão das técnicas modernas de produção pelos setores da economia que atendem as necessidades de consumo dos trabalhadores ocasiona uma redução no valor desses bens e serviços que compõem os meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho (à sobrevivência do trabalhador e da sua família). Desse modo, o valor da força de trabalho tende a baixar, em decorrência da redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos bens-salário, mesmo que uma fração do aumento da produtividade do trabalho se incorpore aos salários (“preço do trabalho”), elevando-os em termos reais – o poder aquisitivo dos salários. O maior volume de trabalho objetivado que entra nas esferas da

produção e circulação de mercadorias requer um contingente menor, em termos relativos, de trabalho vivo. Ou seja, os próprios trabalhadores criam as condições materiais de sua redundância, conforme expõe Marx em *O Capital*.

Quanto mais o capital se valoriza, mais a força de trabalho tende a ser desvalorizada, muito embora, em determinadas circunstâncias, o preço da força de trabalho possa se situar acima do seu valor. Uma correlação de forças entre capital e trabalho na sociedade mais favorável a este último, por exemplo, pode traduzir-se em aumento real da renda dos trabalhadores. Entretanto, um dos mecanismos vitais à produção capitalista – a mais-valia relativa – implica o rebaixamento do tempo de trabalho socialmente necessário ao trabalhador para reproduzir sua força de trabalho. O desenvolvimento da produtividade do trabalho representa uma maior apropriação de trabalho excedente (não pago) pelo capital em relação ao trabalho necessário (pago), ou seja, uma expansão na taxa de mais-valia, que coloca os capitalistas numa posição social relativa sempre melhor em comparação aos trabalhadores assalariados.

Impelidos pela concorrência e pelos processos de luta de classes no âmbito da produção e da valorização do capital, os capitalistas são obrigado a revolucionar constantemente as bases materiais e técnicas da produção social. Com isso, a relação entre capital constante e variável, ou a composição orgânica do capital social e setorialmente, altera-se em favor do dispêndio maior com meios de produção à custa do trabalho ou do “fundo de consumo da sociedade” (salários). Dessa forma, a parcela do capital global que é convertida em força de trabalho tende a decrescer proporcionalmente ao ritmo e volume da acumulação. Ou seja, o capital adicional empregado pelos capitalistas na expansão da produção demanda uma quantidade absoluta ou relativa cada vez menor de trabalhadores para movimentar uma massa maior de meios de produção.

Disso resulta a formação da superpopulação trabalhadora que excede às necessidades imediatas do processo de valorização do capital.

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1985, p. 199).

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem. *Les deux sont bipes*. O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a

demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalho mediante sua liberação, enquanto ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei de demanda e de oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital (*op. cit.*, p. 206).

A superpopulação relativa apresenta-se, segundo Marx, sob as formas líquida, latente e estagnada. A superpopulação fluente ou líquida é constituída por aqueles trabalhadores liberados da atividade industrial pela introdução de máquinas e pelo desenvolvimento da moderna divisão do trabalho. São trabalhadores regularmente demitidos quando “ultrapassam a juventude”, “ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala de produção” (MARX, 1985, p. 207). Na caracterização dessa forma de existência da superpopulação relativa, destaca inclusive o movimento de substituição de trabalhadores em “idade adulta” por aqueles em “idade jovem”:

Que o acréscimo natural da massa trabalhadora não satisfaça as necessidades de acumulação de capital e, ainda assim, simultaneamente as ultrapasse é uma contradição de seu próprio movimento. Ele precisa de massas maiores de trabalhadores em idade jovem, de massas menores em idade adulta (*op. cit.*, p. 207).

Essas “massas maiores de trabalhadores em idade jovem”, porém, se defrontam também com um nível decrescente de expansão do emprego. Os recém-chegados ao mercado de trabalho têm ainda que concorrer com os desempregados. Muito embora no processo de acumulação capitalista haja a tendência à substituição da geração de trabalhadores mais maduros, “regularmente demitidos”, por trabalhadores mais jovens, essa absorção deve ocorrer de forma completa uma vez que o capital adicional empregado na contratação da força de trabalho não é capaz de suprir com postos de trabalho toda a oferta de trabalhadores juvenis. Essa pode ser uma das possíveis explicações para o persistente aumento estrutural do desemprego entre jovens em quase todas as economias.

Outra categoria da superpopulação relativa é a latente, que se forma a partir da mecanização da produção agrícola. A demanda de população trabalhadora no meio rural cai à medida que a agricultura se moderniza e passa a existir como ramo da indústria, e, por conseguinte, da acumulação de capital. Essa população tende a migrar para os centros industriais urbanos, onde se torna fonte de mão de obra barata. No meio rural, sob o impacto da agricultura capitalista, existe sempre uma superpopulação latente, na iminência de migrar para as cidades em busca de emprego. As relações entre cidade e campo reforçam o crescimento da população excedente nas áreas urbanas e industriais.

A terceira categoria é a estagnada, “que constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular” (MARX, 1985, p. 208). Caracteriza-se pelo máximo de tempo de serviço e mínimo de salário, absorve os redundantes da grande indústria e da agricultura à medida que a acumulação avança na “produção de redundância”. Em síntese:

Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que da população produtiva expressa-se, capitalisticamente (*sic*), portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (*op. cit.*, 209).

O aumento da produtividade do trabalho *pari passu* à constituição do excedente populacional confere ao capital flexibilidade de ação no espaço e de regulação do preço da força de trabalho conforme os imperativos do ciclo de valorização e de recomposição das taxas de lucro. No espaço global dos dias atuais, o capital se beneficia dos bolsões de mão de obra barata que lhe garantem a continuidade dos processos de reprodução ampliada. Apesar da relativamente baixa mobilidade internacional da força de trabalho, constrangida por uma série de fatores institucionais, a facilidade de deslocamento do capital produtivo e financeiro sobre o território mundial constitui-se num permanente pesadelo para populações trabalhadoras de várias regiões, inclusive dos países desenvolvidos, e um poder de barganha inaudito para as corporações transnacionais. Essa é a base sobre a qual pode-se conceber uma generalização das formas de superexploração do trabalho no capitalismo global contemporâneo, questão que será discutida mais adiante.

#### **2.4 A categoria da superexploração do trabalho como eixo da economia política da dependência**

O território no qual veio a se constituir a América Latina foi integrado aos fluxos de capitais europeus como resultado da expansão comercial e marítima dos países ibéricos entre fins do século XV e o século XVI. Esse fato marcaria profundamente os destinos da região nos séculos seguintes. A herança histórica da economia colonial, controlada por metrópoles ainda dominadas por instituições feudais, como as monarquias absolutistas, constituídas na fase embrionária do processo de acumulação de capital, teria efeitos duradouros sobre os movimentos subsequentes de desenvolvimento da região.

A passagem para uma economia agromineroexportadora e, posteriormente, a configuração de uma base industrial constituiriam processos históricos de formação de uma região economicamente subordinada e dependente da dinâmica dos centros capitalistas mais avançados. O subcontinente latino-americano integrou-se às relações comerciais – com uma Europa em fase de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista – como colônia produtora e exportadora de alguns poucos gêneros agrícolas e de metais preciosos,

com base na abundância de terras, de recursos naturais, no esmagamento e exploração das organizações sociais preexistentes, bem como no trabalho compulsório de africanos e populações nativas. Essas formas de trabalho, por sua vez, possibilitavam a extração e a apropriação de parte do excedente econômico pelas metrópoles espanhola e portuguesa através do monopólio da propriedade fundiária e do comércio da região.

Não obstante seu nascimento traumático, gestado pela incursão de seu território no mercado mundial, a América Latina terminou por contribuir para o desenvolvimento econômico do ocidente europeu através do aumento dos fluxos comerciais e da expansão dos meios de pagamentos, processos esses que Marx definiu como componentes da chamada acumulação primitiva de capitais. O acúmulo dessas riquezas no velho continente, canalizadas, a partir de certo momento, sobretudo, para a Inglaterra, que vivia um estágio mais avançado de transição para o modo de produção capitalista, ajudou a criar as bases materiais para mudanças qualitativas fundamentais no seu processo de desenvolvimento, quais sejam: *i*) a constituição de uma classe de trabalhadores assalariados e *ii*) a progressiva subsunção real do trabalho ao capital, através da produção industrial mecanizada.

Como isto se deu? A partir da Revolução Industrial, a América Latina, ao especializar-se na produção de gêneros alimentícios e de matérias-primas, passaria ao papel de coadjuvante do processo de transição da organização manufatureira do trabalho para a de uma economia baseada na grande indústria e na maquinaria. Ao tornar-se a nação hegemônica, a Inglaterra, mediante uma determinada divisão internacional do trabalho, colocou na órbita de sua dominação um conjunto de nações, algumas recém-independentes do jugo colonial, cujo desenvolvimento socioeconômico, porém, estava diretamente subordinado aos laços que mantinham com o mercado mundial.<sup>11</sup>

Dessa forma, as nações latino-americanas contribuíram para outro processo dinâmico que tem lugar no núcleo do capitalismo avançado: o da transição e deslocamento do eixo da acumulação de capital do âmbito da produção da mais-valia absoluta para o da mais-valia relativa. Garantindo parte da oferta dos elementos do capital variável (alimentos) e do capital constante (matérias-primas) às economias centrais, a especialização das economias primário-exportadoras ajuda a baratear os custos de reposição do capital circulante, nele incluso os custos de reprodução do valor da força de trabalho. E, além

---

11. "Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinava seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição. Chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana" (MARINI, 2000a, p. 132).

disso, contribuiu para a viabilização da crescente especialização da Inglaterra como uma economia industrial, o que resultou no barateamento do valor dos elementos do capital variável, dessa maneira assegurando o rebaixamento do valor da força de trabalho e a progressiva incorporação da classe operária local ao mercado interno de consumo.

O trabalho excedente, ou a mais-valia, que constitui a base do lucro do capital, passa, então, a depender fundamentalmente mais do aumento da produtividade do trabalho. Como se sabe, o crescimento da produtividade do trabalho é acompanhado da redução do trabalho necessário à reposição do valor da força de trabalho, enquanto, ao mesmo tempo, se expande o tempo de trabalho cedido gratuitamente à medida que a produtividade mais elevada é difundida para os setores que produzem bens de consumo para os assalariados. Portanto, ultrapassada a fase de predomínio da manufatura, o processo ordinário da acumulação de capital apoia-se, então, predominantemente, na produção da mais-valia relativa, que se baseia na elevação da capacidade produtiva do trabalho através da incorporação do progresso científico e tecnológico aos meios materiais de produção e às mercadorias de um modo geral.

Do ponto de vista das economias exportadoras, a oferta de mercadorias, cuja realização depende de mercados externos, gera um fluxo de renda interno para as classes proprietárias que se materializa em demanda por produtos dos centros industriais, tais como equipamentos e bens manufaturados de consumo. Esse intercâmbio será notadamente desvantajoso para as economias dependentes em razão das diferenças significativas entre seus sistemas produtivos e os das economias centrais no que diz respeito ao desenvolvimento das relações sociais de produção e das forças produtivas. As relações de intercâmbio entre as economias primário-exportadoras latino-americanas e as economias europeias em processo de industrialização, ao refletirem níveis desiguais de composição técnica e orgânica de capital, darão lugar à evasão de excedentes na forma de transferência de mais-valia em favor das últimas.

A pauta do comércio externo latino-americano, ao concentrar-se, em função das próprias exigências e pressões advindas da divisão internacional do trabalho e dos interesses das classes proprietárias internas, na exportação de algumas poucas mercadorias agrícolas e minerais, produzidas a baixos níveis de produtividade do trabalho e de composição orgânica do capital, tende a resultar, via formação de uma taxa média de lucro internacional, na apropriação estrangeira de uma parte considerável do excedente em valor gerado por essas economias. Deste modo, uma questão fundamental se coloca: como pode ocorrer, então, essa transferência de valor entre subsistemas econômicos nacionais e/ou regionais, se as leis de intercâmbio mercantil-capitalistas determinam como norma a troca de equivalentes?

A resposta já não se encontra na esfera da circulação; ela nos impele a sair da “esfera barulhenta” do mercado e penetrar no plano da produção, mais precisamente no da composição técnica e orgânica dos capitais em competição.

Supondo-se que o comércio internacional exprima a troca de equivalentes e que os bens e serviços transacionados tenham seus respectivos valores de troca fundados no tempo de trabalho médio socialmente necessário para produzi-los, expressão do grau de destreza e habilidade do trabalhador, ao mesmo tempo, porém, tal fluxo comercial oculta mecanismos de transferência de valor entre capitais e, por analogia, entre nações, em função do processo de equalização da taxa de lucro e formação dos preços de produção e de mercado que resultam na apropriação desigual da mais-valia por certos segmentos do capital. O processo de formação da taxa média (geral) de lucro e dos preços de produção, como se sabe, regula a repartição da mais-valia global de acordo com a composição-valor dos capitais distintos e explica, por isso mesmo, a distribuição (repartição) desigual do excedente entre empresas, setores, ramos, nações ou regiões. O assim chamado intercâmbio desigual, que na linguagem cepalina corresponde à deterioração dos termos de troca, desfavorável aos países primário-exportadores, é a manifestação, no âmbito da concorrência entre capitais, das diferentes condições sociais e técnicas de produção, ou seja, dos níveis de produtividade média dos diversos setores produtivos.

Na esfera da concorrência entre sistemas produtivos de nações onde operam relações capitalistas desenvolvidas, a maior produtividade do trabalho de uma se expressa em produtos cujos preços de produção sejam mais baixos, sem que faça necessariamente cair o preço de mercado, garantindo-lhe, assim, um ganho extraordinário. Esse ganho extraordinário desaparece tão logo os requisitos para uma maior produtividade do trabalho (inovações técnicas e/ou organizacionais) sejam assimilados pelos concorrentes. A transferência de valor que ocorre por meio desse mecanismo normalmente acontece entre empresas, setores, países e/ou regiões que produzem produtos similares, industriais ou primários, com base nas relações capitalistas de produção. Um segundo mecanismo pode operar no âmbito mesmo da circulação das mercadorias e corresponde a uma “transgressão” às leis capitalistas de intercâmbio. No comércio entre países que produzem diferentes tipos de mercadorias, é possível que uns vendam a outros produtos a preços superiores ao seu valor/preço de produção, simplesmente devido ao monopólio da produção de determinado bem. As nações desfavorecidas, portanto, cedem gratuitamente parcelas de seu valor excedente àquelas que detenham o controle da produção.

Em resumo, dois mecanismos de transferência de valor podem agir no campo das relações internacionais de mercado: o diferencial de produtividade do trabalho e o monopólio da produção – ambos resultando num jogo de perdas



e ganhos de parte da mais-valia gerada por esferas produtivas diferenciadas.<sup>12</sup> A economia dependente, na fase primário-exportadora, enquadra-se no segundo mecanismo, uma vez que nela não estão plenamente desenvolvidas as bases da produção capitalista e, por isso, estão mais vulneráveis à violação das leis de intercâmbio por parte dos capitais mais avançados. A classe proprietária dessa economia busca, então, compensar essa perda de recursos via transações de comércio, pagamento de juros, amortizações etc., recorrendo ao incremento da massa de valor produzida e realizada, a fim de neutralizar, total ou parcialmente, seus efeitos.

Não podendo concorrer com base no avanço tecnológico da produtividade do trabalho, os proprietários locais submetem os trabalhadores a jornadas de trabalho mais intensas, impelindo-os a produzir uma quantidade maior de mercadorias sem a devida reposição do desgaste físico adicional. A transferência de valor ao exterior, que provoca a queda da taxa de mais-valia da nação dependente, resulta, simultaneamente, no incremento da taxa de mais-valia e do lucro das nações centrais. Como resposta, o mecanismo de compensação, que opera no âmbito das economias dependentes, atua ao nível da produção interna, buscando aumentar a massa de valor intercambiado e, ao mesmo tempo, baratear os custos de reprodução da força de trabalho por intermédio da compressão dos salários.<sup>13</sup>

Nesse caso, a ampliação da escala de produção pressupõe o uso mais extensivo e intensivo da força de trabalho, incluindo, também, a adição de novos trabalhadores ao processo produtivo, em detrimento do incremento da capacidade produtiva do trabalho, e/ou a sofisticação dos elementos materiais do capital constante. Por sua vez, isso possibilita a diminuição da composição-valor do capital social empregado na produção, elevando simultaneamente a taxa de mais-valia e a taxa de lucro do setor exportador. Dessa forma, o incremento do valor intercambiado pela nação desfavorecida se expressa num aumento da massa de valor realizada, logo, num montante mais elevado da sua forma monetária, o que permite neutralizar, ao menos em parte, a perda do excedente.

Fernando Henrique Cardoso e José Serra criticaram Marini por derivar sua teoria da superexploração do trabalho diretamente do fenômeno do intercâmbio desigual ao nível das relações internacionais de mercado. No entanto, Marini advertiu que o que a troca desigual promove é a agudização, no âmbito da sociedade

---

12. A rigor, o termo troca ou intercâmbio desigual é utilizado por Marini (1979a; 2000a) para designar o segundo mecanismo, o da transgressão das leis do valor. O autor trata este fato como sinônimo de "elisão" da norma mercantil-capitalista da troca de equivalentes. Ainda mais, ele considera essa a forma predominante nas relações da troca entre economias dependentes e economias imperialistas, ou entre setores e ramos da produção marcados por fortes desníveis tecnológicos. Dessa forma, a transferência de valor iria mais além daquela determinada pela equalização das taxas de lucro.

13. "(...) o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, areação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção" (MARINI, 2000a, p. 123).

economicamente mais atrasada, dos métodos de extração do sobretabalho. Para ele, o processo mesmo de vinculação ao mercado mundial dessas sociedades, “desatando o elã” da busca desenfreada pelo lucro, é que aciona as formas de extração da mais-valia com base na superexploração do trabalho, como explica na seguinte passagem:

(...) não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a funcionar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a conseqüente conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca que isso implica têm como resultado imediato desatar um elã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente (...). O efeito do intercâmbio desigual é – na medida em que lhe coloca obstáculos à sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente (MARINI, 2000a, p. 125).

Seria mais coerente supor, de acordo com sua concepção dialética da dependência, que

(...) a superexploração do trabalho é incentivada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma *superpopulação relativa*. Porém, uma vez posto em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, se põe em marcha um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada ao apelar a economia dependente para o aumento da produtividade, mediante o desenvolvimento tecnológico (MARINI, 2000b, p. 177).<sup>14</sup>

Logicamente, o ciclo do capital na economia exportadora tende a romper os nexos entre a circulação e a produção interna, uma vez que o consumo individual do trabalhador, seja ele o escravo africano ou indígena, seja a força de trabalho camponesa ou urbana “semi-assalariada”, não interfere na realização do valor do produto do setor mais dinâmico da economia. Essa realização ocorre no mercado externo por meio da demanda das economias capitalistas de maior renda.

Por outro lado, nos países industrializados a demanda constituída pelo consumo operário participa da realização do produto como importante componente da demanda global, enquanto na economia agromíneroexportadora o consumo

14. A rigor, seguindo a interpretação de Marini, o que difere a economia dependente da economia avançada não é de *per se* a exclusividade na existência da superexploração do trabalho, mas o fato desta ter, nela, um caráter estrutural. A troca desigual, no sentido de transferência de valores, pode existir entre economias dinâmicas, dado o desenvolvimento desigual e combinado de seus setores produtivos, o que não implica necessariamente a existência da superexploração. Nas economias avançadas, ao menos quando Marini escrevia sua obra máxima, em meados dos anos 1970, a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor podia surgir de forma conjuntural. Hoje em dia, como resultado de três décadas de políticas neoliberais e da crise vivenciadas pelas economias desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos, os sinais de pauperização absoluta e relativa, as altas taxas de desemprego e precarização da força de trabalho podem fazer crer que uma parcela significativa da população trabalhadora desses países convive com o espectro da superexploração do trabalho. Ao contrário, nas economias periféricas do sistema capitalista mundial, a violação do valor da força de trabalho existia e persiste ainda de maneira estrutural. No Brasil, por exemplo, segundo dados do censo 2010, cerca de 85,4% dos ocupados recebem até dois salários mínimos (DIEESE, 2012).

do trabalhador não participa diretamente da realização da produção interna, situação que introduz a possibilidade de um mecanismo de contração do consumo dos assalariados de modo a aumentar os lucros do setor exportador.<sup>15</sup> Sendo assim, o mercado interno escassamente dinâmico da economia dependente é abastecido através de dois canais: *i*) pelo setor produtivo doméstico da agricultura de subsistência e pela comercialização de pequenos excedentes da pecuária extensiva e da pequena produção artesanal e manufatureira, atividades de baixa produtividade e pequeno poder de encadeamento e de dinamização do mercado nacional e *ii*) pelo mercado de importação de equipamentos e de artigos manufaturados de consumo voltado para as classes dominantes, complementando o ciclo de reprodução do capital na economia dependente. A estrutura produtiva extrovertida dessa economia está na raiz da elevada concentração de renda e da desproporção que o “setor externo” nela assume.

Esses traços gerais da estrutura de funcionamento da economia primário-exportadora deixarão marcas profundas no desenvolvimento posterior do capitalismo latino-americano, quando do processo de implantação e consolidação de uma base industrial na região, no período entre guerras e, sobretudo, no pós-Segunda Guerra Mundial. O capitalismo latino-americano, não obstante seu desenvolvimento industrial e sua progressiva supressão de modos de produção pré-capitalistas, pautará sua organização econômica, tal como no período precedente, com base na superexploração de amplas massas da população trabalhadora.

Quando, chegado o sistema capitalista mundial a um certo grau de seu desenvolvimento, a América Latina ingressar na etapa da industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação. A profunda contradição que haverá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente (MARINI, 2000a, p. 135).

Chegada à fase da industrialização tardia – do transplante das forças produtivas criadas nas economias centrais –, o ciclo do capital da economia dependente se internaliza. No entanto, as contradições estruturais herdadas da economia primário-exportadora, baseada na superexploração da força de trabalho, irão se aprofundar, em vez de serem superadas. O ciclo do capital internalizado tenderá a reproduzir, apesar disso, o padrão de circulação novamente distendido entre a esfera alta, que corresponde ao consumo dos capitalistas e das camadas médias a

---

15. “(...) Opera-se assim, do ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias –, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2000a, p. 132). “(...) a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que esta a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo” (*op. cit.*, p. 134).

eles ligadas, e a baixa, que corresponde ao consumo popular. Devido à estrutura concentradora de renda e à elevada reserva de força de trabalho, o consumo operário torna-se limitado pelos baixos salários, o que restringe, por sua vez, as possibilidades de alargamento do mercado interno.

A tendência à compressão dos salários, reduzindo a parcela do capital variável em favor da mais-valia, encontra limites nos níveis de consumo já extremamente baixos e na reprodução atrofiada das massas trabalhadoras, não podendo, assim, alimentar a expansão permanente da demanda solvente das classes mais abastadas. A saída para o sistema será, então, a crescente participação do consumo estatal e do mercado externo na realização dessas mercadorias e na alocação dos capitais sobreacumulados.

O esquema analítico proposto por Ruy Mauro Marini para interpretar as especificidades do desenvolvimento do capitalismo dependente segue, em linhas gerais, as formulações apresentadas nesta seção. Nos tópicos seguintes, buscar-se-á aprofundar os desdobramentos das questões levantadas acima, iniciando com a discussão de alguns problemas relativos aos aspectos metodológicos que devem ser considerados no esforço de compreensão da realidade do capitalismo dependente e da superexploração do trabalho.

#### 2.4.1 Algumas observações metodológicas

Interessa, agora, fazer um breve parêntese para realçar observações de caráter metodológico. Em primeiro lugar, esclarece-se que o emprego de categorias que operam no capitalismo plenamente constituído, tais como trabalhador/operário, mais-valia, taxa de mais-valia etc., para situações históricas distintas, em cujos marcos os regimes de trabalho se diferenciam do regime assalariado livre, é feito no espírito daquilo que Marx afirma quando escreve que a anatomia do homem seria a chave compreensiva da anatomia do macaco. O uso de categorias que exprimem as formas mais complexas lança luz sobre as formas mais simples, permitindo o entendimento de seu desdobramento, sem que isso implique num certo determinismo de caráter teleológico.

Essa é a forma como o método dialético opera na compreensão dos fenômenos históricos de mais longa duração, sem querer apagar ou negar as especificidades de cada situação. Para efeito das conclusões, acredita-se não existir maiores problemas em reunir na mesma categoria de trabalhador o escravo, o parceiro ou meeiro e o operário assalariado. Não obstante as diferenças entre essas formas de exploração, elas têm em comum a submissão desses sujeitos a uma maior compressão de seus níveis de consumo para ampliação da margem de excedente produzido em circunstâncias histórico-econômicas peculiares às formações latino-americanas.

Outra questão metodológica pertinente à presente discussão diz respeito às ponderações que Silva (2007) realiza no que tange à correta caracterização do processo que culmina com a própria formação do modo de produção capitalista. A autora faz um balanço da historiografia econômica marxista, no que diz respeito ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo na Europa, destacando a importância desse debate para uma precisa caracterização da economia europeia na Época Moderna e seus laços com as economias coloniais.

A noção de capitalismo comercial, utilizada por alguns autores marxistas para enquadrar os séculos que vão desde a era mercantilista ao surgimento da indústria, segundo a autora, superestima a importância do capital mercantil (esfera da circulação de mercadorias), em detrimento das transformações na organização da produção rural e urbana, na origem do modo de produção capitalista. Sua crítica apoia-se em Maurice Dobb, que, por sua vez, partira das considerações feitas por Marx no livro III de *O Capital*. Segundo ele, o capital mercantil, por si só, independente do grau de sua generalização, não é capaz de promover a transição de um modo de produção pré-capitalista para o modo de produção propriamente capitalista.

No mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital mercantil sempre resultaram em economia escravista. (...) Entretanto, no mundo moderno, resultam no modo capitalista de produção. Segue-se que este resultado é efeito de outras circunstâncias que não o desenvolvimento do capital mercantil (SILVA, 2007 *apud*. MARX, p. 65).

A crítica da autora não chega a ser uma “censura” ao uso da terminologia, mas sim um alerta para a “conveniência de se utilizar como ponto de partida para o estudo das colônias ibero-americanas as conclusões a que chegaram os estudos sobre a transição do feudalismo para o capitalismo” (*op. cit.*, p. 62).

O fato de sublinhar o caráter não capitalista do regime de propriedade da terra e sua associação com o escravismo como forma predominante do trabalho não implica em diminuir o papel do capital mercantil na organização da economia colonial. Muito pelo contrário, o desenvolvimento, o comércio e a acumulação de capital mercantil são inegavelmente aspectos fundamentais da economia da Época Moderna. (...) Em síntese, esses estudos reafirmam o fato histórico, destacado por Marx, de que não só o desenvolvimento das relações mercantis é insuficiente para dissolver as relações servis, mas que, mesmo quando o capital mercantil participa da organização da produção, faz isso apelando para formas conhecidas de exploração da mão de obra, sem revolucionar as relações de produção, na verdade piorando as condições de trabalho dos produtores diretos (*op. cit.*, p. 62).

Pretende-se, com isso, assinalar a importância dessa discussão, também, para uma correta caracterização do processo de integração das nações latino-americanas no movimento de expansão do capitalismo em escala mundial. No entanto, esse debate foge ao escopo deste trabalho; por isso, deixa-se registrado, apenas,

que a historiografia econômica marxista pode oferecer importantes contribuições à compreensão desses processos, que devem ser incorporadas a qualquer esforço de reflexão crítica e original sobre o desenvolvimento do capitalismo em geral e, em particular, nas formações sociais latino-americanas.

Convém esclarecer, por outro lado, os pressupostos implícitos na periodização histórica que ora foi apresentada: não se deve sugerir uma sucessão mecânica de estágios do capitalismo latino-americano, como se fossem resultados de leis inexoráveis do desenvolvimento capitalista. Como já foi mencionado acima, a essência do método dialético faz coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico. Quando aplicado ao modo de produção capitalista, por exemplo, ele deve captar as transformações operadas na produção mercantil simples, passando por suas mediações, até que ela alcance o caráter de produção mercantil generalizada ou capitalista. Acredita-se que este tenha sido o procedimento adotado por Marx em *O Capital*, ao partir da análise da circulação para, em seguida, adentrar a esfera da produção e, novamente, empreender o estudo da circulação,<sup>16</sup> sem perder, contudo, o sentido da unidade do ciclo do capital.

Assim, do ponto de vista histórico, as etapas que se sucedem ou mesmo as distintas fases da dependência são, simultaneamente, causa e efeito do acúmulo de forças contraditórias, seja no plano interno, seja no plano externo de cada formação social particular, que conduzirão o capitalismo dependente numa ou noutra direção. Entre outras, as causas principais são a correlação de forças entre classes e grupos sociais existentes na sociedade e o conflito básico entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas.

Quando a economia dependente incorpora sua “fase de circulação”, constituindo-se em “centro produtor de capital”, é a partir daí que nela se manifestam plenamente as leis gerais que regem o conjunto do sistema capitalista. Os problemas de realização que ela passa a enfrentar desde então se referem ao ciclo de capital próprio à sua acumulação interna, agora como nação dotada de um segmento industrial importante, e não mais “inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais” (MARINI, 2000a). A este respeito, lê-se o seguinte em Marini:

Não insistimos aqui na ênfase que os estudos tradicionais sobre a dependência dão ao papel que desempenha nela o mercado mundial ou, para usar a linguagem desenvolvimentista, o setor externo. Destaquemos na realidade o que constitui um

---

16. Esse é também o ponto de partida do estudo que Marini empreende em sua *Dialética da Dependência*: “(...) O que pretendemos é apenas fixar a pauta em que se deverá levar a cabo este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação. Porque é típico do capital criar seu próprio modo de circulação e disto depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista” (MARINI, 2000a, p. 131).

dos temas centrais do ensaio: no começo de seu desenvolvimento, a economia dependente se acha inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais, a tal ponto que é em função da tendência da baixa de lucros nestes, ou seja, da maneira como se expressa ali a acumulação de capital, que esse desenvolvimento pode ser explicado. Só à medida que a economia dependente vai se convertendo de fato em um verdadeiro centro produtor de capital, que traz incorporada sua fase de circulação – o que traz incorporada sua maturidade ao se constituir ali um setor industrial –, é que se manifestam plenamente nela suas leis de desenvolvimento, que representam sempre uma expressão particular das leis gerais que regem ao sistema em seu conjunto. A partir desse momento, os fenômenos de circulação que se apresentam na economia dependente deixam de corresponder primariamente a *problemas de realização da nação industrial a que ela está subordinada* para tornar-se cada vez mais *problemas de realização referidos a seu próprio ciclo de capital* (*op. cit.*, p. 154).

A “base real” sobre a qual a dependência se desenvolve radica-se nos “laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial” (MARINI, 2000a). Porém, a acumulação interna de capital, fundada na superexploração da força de trabalho, é o que constitui o fundamento ou a essência da dependência latino-americana. Por sua vez, a economia dependente revela sua essência interna agudizando até o limite as contradições inerentes ao modo de produção capitalista (MARINI, 1979a; 1979b).

A teoria marxista da dependência parte do pressuposto metodológico básico de que a compreensão teórica do capitalismo está vinculada ao conceito de totalidade, no sentido de um sistema econômico cujas relações de produção, circulação e distribuição de riquezas se verificam numa escala mundial.<sup>17</sup> Seu ponto de partida é o estudo das leis de desenvolvimento capitalista nas sociedades que se inserem de forma subordinada ou dependente na estrutura dinâmica e hierarquizada do mercado mundial. As leis tendenciais (de movimento) do modo de reprodução do capital, em particular sua lei geral da acumulação, incidem de forma diversa na periferia do capitalismo em razão das especificidades históricas das formações nacionais que a compõem.

---

17. “Na visão de Marini, o capitalismo surge na sua globalidade; isto é, como um modo de produção e de circulação de mercadorias. Primeiramente, ele analisa o dinamismo tecnológico capitalista no interior da concorrência e considera a produtividade do trabalho e a maior exploração do trabalho como pólos associados, que expressam a presença da produção e da apropriação de mais-valia na acumulação internacional capitalista, para depois verificar em que medida a elevação da composição técnica e orgânica do capital resulta em maior exploração do trabalho e superexploração ou, inversamente, no aumento da produtividade do trabalho para um capital particular. A obra de Marini descreve e associa teoricamente dois movimentos, que não ocorrem separadamente: a) um, de elevação da composição técnica do capital e consequente desvalorização de mercadorias, que direcionado à produção de bens de consumo necessários é capaz de expandir a massa de mais-valia e b) outro, concorrencial, em que os diferenciais da composição técnica fundamentam a apropriação da mais-valia de uma determinada estrutura capitalista por outra. Quando o segundo movimento predomina sobre o primeiro, estão estabelecidas as condições para a superexploração do trabalho” (MARTINS, 2009, p. 203).

Desde sua gênese, no seio da estrutura social inglesa dos séculos XVIII e XIX, o modo de produção especificamente capitalista se reproduz em dimensões ampliadas de forma desigual não só entre os departamentos e ramos da produção, como também entre os diferentes espaços políticos (territórios) nacionais em que se desenvolve. A TMD tratou de captar a extensão contraditória das forças produtivas e das relações sociais de produção capitalistas aos países latino-americanos, perseguindo as especificidades do movimento real de formação do capitalismo dependente (MARINI, 2000a).

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente. Isto supõe, naturalmente, colocar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os *graus intermediários* mediante os quais essas leis vão sendo especificadas. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida (*op. cit.*, p. 164).

A situação de dependência remete a um grau de hierarquização da divisão internacional (imperialista) do trabalho, em que o desenvolvimento e expansão de algumas economias condicionam o modo de funcionamento das demais. Trata-se de um processo historicamente observável, cuja explicação teórica depende de um complexo jogo de variáveis internas e externas a cada formação social em particular. Mas, de um modo geral, o caráter dependente e subordinado do desenvolvimento de nações e/ou espaços geográficos mais ampliados é resultado do desenvolvimento imperialista do capitalismo. De modo que uma formação social, cuja estrutura de funcionamento esteja condicionada pela lógica do desenvolvimento e expansão do capital de outras formações, encontrará sérias dificuldades para empreender um processo autônomo de desenvolvimento científico e tecnológico, logo, de aumento da capacidade produtiva do trabalho.<sup>18</sup>

Esta realidade demonstra, em certo sentido (na aparência), uma “deformação” no modo de regulação que as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo desempenham. Porém, tomando o modo de produção capitalista em sua totalidade, como sistema capitalista mundial, compreende-se que, na essência, os fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento são produtos e expressões de uma mesma lógica de reprodução ampliada do capital em escala global.

---

18. “(...) sua [do modo de produção capitalista] marca fundamental é a desigualdade entre as várias unidades nacionais que o compõe. Desigualdade combinada revelada como um quadro capitalista permeado pela heterogeneidade e pela hierarquização entre as forças nacionais dominantes e dominadas e por uma escala entre centros e periferias. Mesmo assim, são corpos de uma mesma estrutura, já que todos são obrigatoriamente inter-relacionados dentro do mecanismo da lei do valor operando internacionalmente, isto é, no plano de um mercado mundial. Mesmo constatando-se a enorme diferença entre o grau de desenvolvimento econômico entre os vários países, sem sombra de dúvidas, trata-se, em termos lógicos, já desde o final do século XIX, de um sistema completo. Mas, em outras palavras, sob outra perspectiva, apresenta-se como um sistema historicamente inacabado, que se reproduz dentro de si mesmo, preservando essa desigualdade indispensável enquanto se desenvolve espacialmente” (BALANCO, 2007, p. 6).



Na estrutura hierárquica que configura a existência do mercado mundial, as economias centrais hegemônicas se expandem e se desenvolvem de forma interdependente, porém, com mais autonomia, e seus efeitos repercutem de forma positiva ou negativa sobre os ciclos econômicos e o desenvolvimento das economias subordinadas. O desenvolvimento capitalista dependente ou periférico não é, apenas, induzido e condicionado por impulsos externos suscitados pelas transformações operadas no âmbito da divisão mundial do trabalho, mas é também transformado e orientado pela dinâmica interna de sua estrutura produtiva e pela luta de classes em cada sociedade, pela forma como se resolvem nestas os conflitos das frações das classes dominantes entre si e destas com as classes subordinadas.<sup>19</sup> Trata-se de uma subordinação externa, mas com manifestações internas por meio de arranjos sociais, políticos e ideológicos (CARCANHOLO, 2009), resultando no organismo social de uma complexa trama dialética de relações. A situação de dependência se configura, portanto, numa

(...) relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000a, p. 109).

Historicamente, a concentração de capital em determinadas áreas do planeta, em detrimento de outras, possibilitou o surgimento e reprodução de relações de hegemonia e dependência entre espaços político-econômicos distintos. Com a extensão das relações mercantil-capitalistas a áreas remotas, a lei do valor assume uma abrangência de atuação de tamanha força que põe em seu raio de ação a totalidade do território mundial. A lei do valor e as contradições do modo de produção capitalista tendem a ultrapassar as fronteiras nacionais, transbordando sobre estruturas desiguais de acumulação de capital no espaço econômico mundial.<sup>20</sup> O subdesenvolvimento não representa, portanto, um estágio primitivo de evolução rumo a uma moderna economia industrial avançada, mas, na sua multiplicidade de formas de concreção – quer dizer, na sua heterogeneidade econômica, social, cultural e política – manifesta uma forma singular e possível de expansão e reprodução ampliada do capital na sua forma dependente.

---

19. "Por dependência entendemos uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, as ações e os interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. O resultado é que estas sociedades se definem de acordo com esta *situação condicionante*, que estabelece o marco para o seu desenvolvimento e para as respostas diferenciadas que elas oferecem, sempre submetidas aos estímulos produzidos pela economia e sociedade dominantes. Entretanto, em última instância, elas não estão *determinadas* por esta situação condicionantes, e sim pelas forças que a compõem. É o caráter dessas forças internas que explica a sua situação dependente e também a sua capacidade de enfreitamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam" (DOS SANTOS, 1995, p. 15-16).

20. "A reprodução do capitalismo, seja no plano nacional ou em sua amplitude internacional, somente acontece mediante um determinado princípio, ou lei econômica, conhecida entre os marxistas como *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Não é possível a este sistema operar mediante uma diretriz de desenvolvimento homogêneo entre os espaços onde suas relações penetram. Ao contrário, sempre, o sistema capitalista incorpora em seu interior, simultaneamente desenvolvimento e subdesenvolvimento" (BALANCO, 2007, p. 1).

Ao concentrar suas análises no capitalismo latino-americano, Marini observou que o regime de superexploração do trabalho constitui o núcleo da reprodução do capital nos países da região, agravando a forma extrema como as leis de movimento do capital nela atuam.<sup>21</sup> A elaboração do conceito de superexploração, logo, visa a lançar luz sobre a “legalidade específica” do modo como a produção e a circulação de capitais se configuram nas formações sociais latino-americanas, em contraposição às formas de funcionamento do modo de produção capitalista nas economias centrais.<sup>22</sup>

A superexploração do trabalho corresponde a uma modalidade de acumulação que recorre de maneira estrutural à violação do valor da força de trabalho, aspecto este que é central ao processo de reprodução do capital nessas economias. Consequentemente, a estrutura social destas torna-se perversamente marcada pela forte concentração de renda e polarização da riqueza social, pelas altas taxas de desemprego, pelas diversas formas de subemprego e pelo crescimento de uma “economia subterrânea”. O conceito de superexploração do trabalho está, dessa forma, umbilicalmente ligado à noção de dependência, conforme conclui Marini (2000a): *o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho.*

De maneira geral, observa-se que poucas nações tornaram-se hegemônicas no plano internacional (Estados Unidos, Canadá, Japão e vários países da Europa Ocidental), formando os centros dinâmicos de acumulação imperialista, cujo padrão de reprodução do capital se dá com base na liderança e no desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, no aumento da capacidade produtiva do trabalho e na produção predominante de mais-valia relativa; de outro, uma enorme e heterogênea periferia, com graus mais ou menos variados de industrialização, que responde à pressão competitiva internacional agravando ainda mais a condição de dependência financeira e tecnológica com relação às economias dominantes.

A “gravitação” dessa constelação de nações em torno dos centros dinâmicos de acumulação resulta da extensão geográfica do raio de ação da lei do valor, expressando-se no desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas – na capacidade quase residual de geração de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo das economias dependentes.

---

21. “(...) mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2000a, p. 106).

22. “O conceito da superexploração do trabalho é dos mais complexos dentro da economia política marxista. Para além das encruzilhadas políticas que deslinda – o que torna as discussões algumas vezes ideológicas e passionais –, sua compreensão exige a articulação dos níveis da produção e da circulação para identificar os efeitos produzidos pela concorrência na economia global capitalista e em seus diversos rincões” (MARTINS, 2009, p. 211).

#### 2.4.2 Superexploração do trabalho e consumo popular: a estratificação no mercado interno das economias dependentes

A adoção dos mecanismos que configuram o processo de superexploração do trabalho numa formação social dependente está condicionada, de um lado, pela concorrência externa, em função da inserção subordinada ao mercado mundial; de outro, pela concorrência que se dá no plano interno entre capitais, setores e/ou ramos produtivos da economia dependente, sobretudo quando essa economia diversifica sua base produtiva, incorporando a indústria (num sentido amplo do termo) como eixo de sua acumulação.<sup>23</sup>

A passagem da economia exportadora para a economia de base urbano-industrial muda qualitativamente a forma de inserção subordinada, não eliminando, por sua vez, o recurso aos “mecanismos de compensação”, agora também empregados no âmbito da concorrência entre os ramos da sua produção industrial interna. A internalização do ciclo do capital na economia dependente estrutura-se de tal modo que não apenas as transferências de valor ocorrem via intercâmbio desigual, remessa de lucros, serviços da dívida externa etc., mas também pelo desenvolvimento de uma estrutura industrial marcada pela heterogeneidade no tocante à produtividade do trabalho.

Com o processo de industrialização, o que torna crucial entender é que não apenas o caráter extrovertido da economia dependente vai fazer com que os capitalistas locais (nacionais e/ou estrangeiros), dispendo de um imenso exército industrial de reserva, recorram aos métodos de superexploração do trabalho. Outro fator também atua nesse sentido, qual seja o problema da apropriação interna da mais-valia, mediada pela concorrência entre capitais dos mesmos ramos de atividade ou dos ramos entre si, com diferentes níveis de composição orgânica do capital, para o qual concorre, com peso crescente, o ingresso de capital estrangeiro. A circulação do capital na economia dependente torna-se, desse modo, marcada pela estratificação do seu mercado interno. A estrutura produtiva, por seu turno, apresenta um crescimento desproporcional entre os ramos da produção, favorecendo o departamento produtor de bens de consumo para os capitalistas (bens de consumo suntuários ou de luxo) e seus correlatos do departamento produtor dos meios de produção, em detrimento da produção de bens de consumo ordinários (os chamados bens-salário).

---

23. “Ela [a superexploração do trabalho] se estabelece, a partir do desenvolvimento da produtividade do trabalho, naquelas empresas, ramos ou regiões capitalistas que sofrem depreciação do valor de suas mercadorias, em razão da introdução, em seu espaço de circulação, de progresso técnico realizado por outras empresas, ramos ou regiões. Isto ocorre quando a maior parte do crescimento da produtividade, nesse âmbito, se origina de inovações tecnológicas produzidas em outras empresas, setores ou regiões, não podendo as primeiras compensar com a geração endógena de progresso técnico, o movimento de apropriação de mais-valia que sofrem” (MARTINS, 2011, p. 282).

Esse processo contraditório de internalização do ciclo do capital associado a uma exploração mais extensiva e intensiva da força de trabalho, que implicam em baixas remunerações dos trabalhadores, são responsáveis pelo que denominamos “estreiteza do mercado interno” das economias dependentes. No entanto, essa característica estrutural não significa uma barreira absoluta ao desenvolvimento e expansão do capitalismo periférico, pois, como já foi mencionado, outras variáveis da demanda global do sistema, como o consumo produtivo e improdutivo dos capitalistas, o consumo das camadas médias e dos operários qualificados, bem como consumo estatal, além dos mercados externos, atuam como fatores dinâmicos da realização da produção local. No entanto, a tendência para a sobreacumulação de capitais, recorrente em qualquer economia capitalista, conduz a economia dependente a reproduzir sua dependência externa.

A estreiteza do mercado doméstico e sua estratificação limitam a incorporação de novos bens ao padrão de consumo da grande massa dos trabalhadores assalariados, de modo que a acumulação de capital prossegue sob o predomínio da produção de mais-valia absoluta sobre a mais-valia relativa. Podendo ocorrer periodicamente excesso de mercadorias produzidas e problemas de realização, devido ao baixo consumo popular das economias dependentes, quando comparado com os mercados domésticos dos países avançados, isso não quer dizer que haja necessariamente uma tendência de estagnação ou bloqueio às possibilidades de crescimento desse mercado.<sup>24</sup>

O capitalismo dependente está sujeito, tanto quanto as economias avançadas, a crises e flutuações de suas taxas de acumulação e problemas de realização da produção social. O que diferencia as economias periféricas das economias centrais é que o maior grau de desigualdade e de concentração da renda restringe o raio de amplitude da mais-valia relativa. Entre outros efeitos, portanto, a superexploração do trabalho implica a restrição do consumo da classe operária, o baixo dinamismo dos mercados domésticos e uma estreita difusão do progresso técnico-científico de uma forma mais homogênea aos ramos e setores de atividade econômica.

O crescimento desproporcional dos ramos produtores de bens de consumo suntuários e dos bens de capital correlatos,<sup>25</sup> em relação aos ramos de produção

---

24. Não parece correta a inclusão de Ruy Mauro Marini entre os adeptos das teses subconsumistas, uma vez que o autor tinha plena consciência de que a insuficiência de demanda da classe operária não determinaria, isoladamente, os problemas de realização da mais-valia, como tampouco não seria a sua causa fundamental. É justo reconhecer, também, que Marini não esteve vinculado ao chamado circulacionismo, pois, na verdade, estava interessado em compreender o ciclo de reprodução do capital em sua totalidade, nas economias dependentes, em fases distintas de seu desenvolvimento. Impossível esgotar esse assunto nesta nota; porém, uma abordagem mais detida dessas questões será feita no último item desta quarta seção, quando tratar-se-á das principais críticas às suas teses.

25. “(...) o capitalismo dependente, baseado na superexploração, divorcia o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas, agravando assim uma tendência geral do modo de produção capitalista; isto se expressa, a nível da (*sic*) diversificação do aparelho produtivo, no crescimento monstruoso da produção suntuária, em relação ao setor de produção de bens necessários e, em consequência, na distorção equivalente que registra o setor de produção de bens de capital” (MARINI, 2000b, p. 192).

de bens necessários, é alimentado pela alta concentração da renda com que se vê às voltas a reprodução do capital nessas economias. O desnível tecnológico (heterogeneidade) entre os ramos de atividade econômica reforça a tendência para que, sobretudo aqueles com baixa produtividade, recorram à superexploração da força de trabalho empregada, como forma de reação às leis coercitivas da concorrência. A industrialização desses países não foi capaz de gerar, automaticamente, um processo orgânico de acumulação de capital, capaz de superar sua condição de subdesenvolvimento (tal como defenderiam as correntes estruturalistas de ontem e de hoje). Ao contrário, não obstante a maturidade e o relativo grau de industrialização que algumas economias dependentes tenham alcançado, elas não fizeram senão reproduzir numa escala ampliada o padrão de acumulação baseado na superexploração da força de trabalho.

Nas economias dependentes, inclusive o progresso técnico e os ganhos de produtividade repousam paradoxalmente sobre uma exploração mais intensiva de maior parcela da população trabalhadora. O atraso relativo, perante o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, combinado a uma estrutura social marcada pela acentuada desigualdade na distribuição de propriedade e de renda, tende a consolidar uma estrutura ocupacional notadamente heterogênea e a formação de um proletariado submetido a formas abertas e disfarçadas de desemprego.

A acumulação do capital segue dependendo, fundamentalmente, nessas sociedades, mais do aumento da extração de mais-valia absoluta, portanto da massa de mais-valia, do que da taxa de mais-valia através da expansão da mais-valia relativa. Quando comparado às economias imperialistas, o padrão de acumulação do capitalismo dependente é o principal entrave ao processo de transição para o predomínio da mais-valia relativa, já que combina o dinamismo dos ramos da produção de bens de consumo suntuários e de bens de capital com baixos níveis de remuneração do trabalho. Marini adverte, porém, que:

(...) o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outro lado, a conversão de parte do fundo de salário em fundo de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, dado que afeta simultaneamente os tempos de trabalho no interior da jornada laboral e não só ao tempo de trabalho excedente, como acontece com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, superexploração da força de trabalho se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real (MARINI, 2000a, p. 159).

Nas nações pioneiras do processo de industrialização, tendeu-se a efetivar uma correspondência mais estreita entre o ritmo da acumulação e a expansão do mercado interno. O trabalhador assalariado, separado da apropriação direta

dos seus meios de subsistência, tornou-se, por conseguinte, um consumidor. A incorporação deste ao mercado de consumo de bens industriais constituiu-se como base para a ampliação da extração da mais-valia relativa, portanto, do aumento do grau de exploração expresso pela taxa de mais-valia. A produção de bens que inicialmente se destinavam ao consumo individual dos capitalistas, cuja realização dependia da demanda gerada pela mais-valia não acumulada, foi sendo gradualmente convertida em esfera do consumo popular, à medida que o aumento da produtividade do trabalho se generalizava entre os ramos do departamento produtor de bens de consumo, permitindo baratear seus custos de reprodução.

A acumulação que se desenvolve com base na mais-valia relativa tende a acelerar a criação de demanda adicional, a partir da mais-valia não acumulada. Dessa forma, a esfera da circulação que corresponde ao consumo individual dos capitalistas se expande e impulsiona, por sua vez, a produção de bens de consumo, sobretudo os de consumo suntuário. Como o equilíbrio entre oferta e demanda não está garantido *a priori*, há sempre a possibilidade de sobreacumulação nesses setores. Supondo que haja limitações do mercado externo em absorver a totalidade da produção excedente, os artigos de consumo suntuário devem “mudar de caráter” e converter-se em consumo assalariado no interior da própria economia industrial.

Logo, as condições “morais e históricas” das necessidades sociais se modificam, alterando-se os parâmetros de determinação do valor da força de trabalho, num processo que implica sua desvalorização, ao mesmo tempo em que amplia quantitativa e qualitativamente os valores de uso que compõem a reprodução de seu valor. O aumento da produtividade do trabalho e sua generalização no sistema econômico são que permitem, gradativamente, que tais bens sejam incorporados ao custo de reprodução do valor da força de trabalho. A relativa homogeneização da base tecnológica nos países centrais permite às empresas do setor de bens de consumo necessários responder tecnologicamente às inovações introduzidas nos segmentos ligados à produção de artigos suntuários, o que possibilita a criação de um mercado de consumo de massa mais amplo e diversificado.

A criação de um mercado interno nas economias dependentes de industrialização tardia foi, portanto, um processo substancialmente diferente daquele realizado pelas economias industriais pioneiras.

A reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicava já num mecanismo específico de criação do mercado interno radicalmente distinto do que havia atuado na economia clássica e que teria graves repercussões na forma que assumiria a economia industrial dependente (MARINI, 2000a, p. 137).

No processo de industrialização tardia, a clivagem mais acentuada entre o consumo individual fundado no salário e aquele fundado na mais-valia não acumulada deu origem a um mercado interno estratificado, onde se desenvolve uma

profunda cisão do processo de circulação nas esferas “alta” e “baixa”<sup>26</sup> (MARINI, 2000a). Em virtude da superexploração do trabalho, a grande massa de mercadorias introduzidas por inovações de processos e produtos destina-se ao consumo suntuário e só lentamente é incorporado ao padrão de consumo ordinário dos trabalhadores. Como já foi assinalado, essa condição não impede o crescimento do mercado interno das economias dependentes, mas tende a direcioná-lo sobretudo para o mercado de bens de consumo suntuário e de bens de capital correlatos.

#### 2.4.3 A industrialização tardia e o aprofundamento da dependência

A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial aceleraram o processo de industrialização de algumas formações latino-americanas, como México, Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. As dificuldades de realização externa dos bens primários (agrícolas e minerais), bem como a oferta interrompida de certos bens manufaturados importados, impulsionaram um movimento de substituição de importações na região, movimento esse que ganharia maior fôlego no pós-guerra. O setor industrial, até então basicamente artesanal, voltado para o mercado interno de consumo, constituiu-se como atividade complementar e, ao mesmo tempo, subordinada à dinâmica da produção primário-exportadora. Em função da crise mundial, cujas raízes remontavam às contradições das economias imperialistas, ampliou-se a necessidade de responder aos chamados estrangulamentos externos e produzir na região alguns dos meios de consumo e de produção até então importados.

O pós-Segunda Guerra Mundial será, também, marcado pela acelerada penetração do capital estrangeiro na economia latino-americana, sobretudo no seu setor manufatureiro. Alguns autores enxergaram nisso um processo de internacionalização do mercado interno dessas economias (FURTADO, 1999; CARDOSO; FALLETO, 2004). Entre as décadas de 1920 e 1940, a atividade industrial havia conquistado um peso importante na estrutura produtiva, expressando a primeira fase do processo de substituição de importações, permitindo o aumento da produção nacional em um mercado já constituído com caráter internacionalizado. Nas décadas seguintes, por sua vez, ocorrerá o que Marini (1977) denominou de “reconquista desse mercado pelo capital estrangeiro”, não através do comércio, mas da produção. Por isso, para o autor, tratou-se menos de um processo de internacionalização do mercado interno do que da internacionalização

---

26. Esta cisão é ainda mais acentuada na economia primário-exportadora, quando o mercado interno de consumo, urbano, de massa das economias dependentes ainda é muito incipiente: “A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá, então, origem a uma estratificação do mercado interno, que é também uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera ‘baixa’, em que participam os trabalhadores – que o sistema se esforça para restringir –, se baseia na produção interna, a esfera ‘alta’ de circulação, própria dos não trabalhadores – que é a que o sistema tende a ampliar –, se encontra com a produção externa, através do comércio de importação” (MARINI, 2000a, p. 135). A industrialização e a crescente urbanização dessas economias tendem a criar mercados domésticos mais ou menos dinâmicos, embora reproduzam no seu seio as clivagens da estrutura distributiva regressiva da renda.

(desnacionalização da propriedade) do sistema produtivo nacional, integrado à economia capitalista mundial.

O avanço da industrialização na América Latina tende a produzir, dessa forma, uma alteração na composição de suas importações, ao fazer cair o peso dos itens relativos aos bens de consumo, em favor dos meios de produção, dos produtos semi-elaborados e de maquinaria. No entanto, a crise permanente do setor externo, que se expressa notadamente em seus balanços de pagamentos, não permite a satisfação plena das necessidades por elementos materiais do capital constante pela via exclusiva do comércio exterior. Nesse contexto, é que adquire importância crescente a importação de capital estrangeiro, seja pelo financiamento, seja pelo investimento direto na indústria. Dada a nova configuração da economia internacional e sua reorganização hegemônica pelos EUA, a América Latina não encontra dificuldades em recorrer à importação de capitais, em virtude da avançada concentração de capital em escala mundial. O excesso de recursos nas mãos das grandes corporações imperialistas buscando aplicações no exterior permite orientar, preferencialmente, o fluxo de capital para o setor industrial da periferia.

O desenvolvimento industrial latino-americano, como sabe-se, tendeu a apoiar-se, sobretudo, na expansão do mercado doméstico constituído pelos grupos de rendas altas e médias, “divorciando-se das necessidades de consumo das massas” (MARINI, 1977; MARINI, 2000a). A concentração extrema da renda termina por tornar ainda mais indispensável a intervenção direta do Estado na criação de demanda, na supressão dos obstáculos à realização da produção e no incentivo a esta última, até mesmo artificialmente, absorvendo parte de seus custos. Ademais, a acumulação de capital na periferia, tendo em vista as limitações estruturais para ampliar de forma acelerada seu mercado doméstico, buscará abrir-se ao mercado externo, convertendo, a partir de certo momento, a exportação de manufaturas no lema do grande capital estrangeiro e nacional (MARINI, 1977).

Nunca é demais lembrar que o período de desorganização da economia mundial favoreceu o desenvolvimento das bases industriais de certas economias periféricas, que ofereciam, graças à superexploração do trabalho, possibilidades atraentes de lucro. Verifica-se, também, no mesmo período, o grande desenvolvimento do setor de bens de capital das economias centrais, cuja produção excedente de equipamentos mais sofisticados poderia ser aplicada na indústria dos países periféricos. As economias centrais têm, portanto, interesse em impulsionar o processo de industrialização das economias dependentes, diante não apenas da necessidade de criar mercado para suas indústrias pesadas, como também de exportar equipamentos tornados obsoletos antes mesmo de sua amortização, dado o ritmo acelerado do progresso técnico e de redução do prazo de reposição do capital fixo (MARINI, 2000a; MANDEL, 1982).



O processo de industrialização latino-americano corresponde, portanto, a uma nova divisão internacional do trabalho que se configurava a partir da transferência de etapas inferiores da produção industrial para as formações sociais dependentes, reservando aos centros imperialistas as etapas mais avançadas da indústria e o monopólio tecnológico. Dessa maneira, a economia mundial esboça uma nova hierarquização que reflete a posição relativa dos novos e antigos países industriais em seu interior. Apesar do avanço da industrialização em algumas economias periféricas, estas não conseguem superar sua condição dependente, uma vez que a introdução do progresso técnico não cria as condições para converter o padrão de reprodução do capital baseado na superexploração do trabalho em um padrão fundado, predominantemente, no aumento da capacidade produtiva do trabalho.

Não obstante o desenvolvimento das forças produtivas que a industrialização representa, aumentando a produtividade do trabalho, tornando mais complexa a divisão social do trabalho e estendendo as relações de assalariamento, isto não resulta na superação do subdesenvolvimento. Não traz consigo a condição suficiente para as transformações estruturais econômicas, políticas e sociais capazes de gerar um desenvolvimento capitalista autônomo, por analogia ao das economias avançadas. Mais uma vez, essa contradição define o caráter da singularidade do desenvolvimento capitalista dependente. Sendo a estrutura do sistema capitalista, já a partir do final do século XIX, notadamente imperialista, tenderão a reproduzir-se em seu seio as desigualdades engendradas pelo capital na sua expansão geográfica e política, construindo um espaço de circulação e de divisão do trabalho cada vez mais internacionalizado.<sup>27</sup>

Mandel (1982), por exemplo, não acredita numa tendência de universalização do modo de produção capitalista que venha a convergir para uma homogeneização da economia mundial. Ele se refere às transformações em curso, no período em que denomina de capitalismo tardio, da seguinte forma:

Esse novo curso na estrutura da economia mundial representaria, finalmente, uma tendência no sentido de uma industrialização sistemática do Terceiro Mundo, uma universalização do modo de produção capitalista, e a eventual homogeneização da economia mundial? De maneira alguma. Significa, simplesmente, uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Mais corretamente, estão emergindo novos níveis diferenciados de acumulação de capital, produtividade e extração de excedente – e estes, embora de natureza diversa, mostram-se ainda mais pronunciados que os da época do imperialismo “clássico” (MANDEL, 1982, p. 43).

---

27. “(...) Isso não é o equivalente à constatação óbvia, e quase tautológica, da interdependência entre diversas economias no cenário mundial. Quando essa interdependência implica, no país dominante, expandir-se (crescer) auto-sustentadamente (*sic*), enquanto os outros só o fazem como reflexo dessa expansão, tendo efeitos positivos e negativos no seu desenvolvimento, define-se a condição de dependência” (CARCANHOLLO, 2009, p. 253).

Nesse ínterim, o autor destaca o papel acentuado que desempenha o “escoamento” do valor dos países subdesenvolvidos para os países centrais na etapa do capitalismo tardio. Esse processo de “transferência líquida de valor” nas relações econômicas internacionais, segundo o autor, é agravado ainda mais pelo intercâmbio desigual.

No que diz respeito a diferenças no nível de acumulação de capital, deve-se salientar, de início, que a maior parte do investimento de capital imperialista no mundo subdesenvolvido não provém da exportação de capitais, mas do reinvestimento de lucros ali realizados, da dominação crescente do mercado local de capital e da absorção cada vez maior da mais-valia e do produto agrícola excedente, gerados nos próprios países subdesenvolvidos. Principalmente no caso da América Latina, dispomos de dados bastante precisos para esse processo. Mais ainda, o ‘escoamento’ ou vazão líquida de valor para os países metropolitanos, à custa dos economicamente dependentes em relação a eles, continua a operar de maneira imperturbável. Pode-se afirmar, sem exagero, que essa transferência líquida de valor é ainda maior hoje em dia do que no passado, não só devido à transferência de dividendos, juros e ordenados pagos aos diretores das *grandes companhias* imperialistas e aos débitos *crecientes* dos países subdesenvolvidos, mas também pelo agravamento da *troca desigual* (*op. cit.*, p. 43-44).

Mandel (1982) vê no intercâmbio desigual uma tendência das relações no mercado mundial, estruturado sobre um conjunto de países com diferentes níveis médios de produtividade do trabalho e de composição orgânica do capital. Porém, o autor não vê isso como resultado da formação de uma taxa média de lucro estabelecida em âmbito mundial, duvidando de sua possibilidade de efetivação, senão sob condições muito especiais identificadas com a completa “homogeneização da economia capitalista” e a formação de um “único estado mundial”. Somente assim, a lei do valor levaria à formação internacional dos preços de produção e à repartição da mais-valia entre os capitalistas dos diversos ramos produtivos em diferentes países.

(...) A lei do valor só resultaria em preços uniformes por todo o mundo se ocorresse uma igualização internacional geral da taxa de lucro, em resultado da completa mobilidade internacional do capital e da distribuição de capital por todas as partes do mundo, independentemente da nacionalidade ou origem de seus possuidores. Em outras palavras, somente se existisse, na prática, uma economia mundial capitalista homogeneizada, com um único estado mundial capitalista (MANDEL, 1982, p. 47).

Sendo assim, entende-se que o trotskista belga não segue as próprias indicações de Marx sobre a questão. Marx não tratou da igualação da taxa de lucro apenas na economia nacional, mas no capitalismo como um todo. Os preços de produção (custos de produção mais taxa média de lucro) se estabelecem também na economia mundial. Não obstante as barreiras que os espaços nacionais criam à livre mobilidade do capital e da força de trabalho,

a competição no mercado internacional ocorre via preços de produção, colocando, com efeito, a economia periférica em desvantagem, em função do nível mais baixo de composição-valor de seu capital social. As transferências de valor, como já foi dito, ocorrem via equalização internacional da taxa de lucro e formação dos preços de produção e de mercado que se afirmam na economia mundial. A competição no mercado mundial tende a “penalizar” os setores ou economias com níveis relativamente mais baixos de produtividade com a perda de parte de seu excedente para ramos e economias mais avançadas. O nivelamento das taxas de lucro em âmbito internacional beneficia os capitais de maior composição orgânica, pois o diferencial nos níveis médios de produtividade do trabalho entre nações é que vai determinar a direção de parte do excedente gerado na economia doméstica.

Mandel (1982) também procurou explicar a razão pela qual, apesar do aumento provocado pela industrialização na produtividade social média do trabalho, possibilitando uma queda significativa dos custos de reprodução da força de trabalho, isso não se exprime no preço monetário desta. O desenvolvimento da capacidade produtiva da economia subdesenvolvida, argumenta ele, não “conduz a um crescimento do custo moral e histórico” da reprodução da força de trabalho, ao contrário do que ocorre na economia capitalista avançada. As novas necessidades que o desenvolvimento das forças produtivas é capaz de satisfazer e/ou criar tendem a ser incorporadas aos salários de forma lenta e bastante limitada. Esclarecer as razões dessa tendência na economia dependente é uma importante contribuição teórica ao entendimento de sua dinâmica contraditória.

O autor atribui, então, esse fenômeno a dois fatores principais relacionados, sobretudo, ao papel desempenhado pela importação de capital estrangeiro: *i*) a pressão exercida pelo crescimento do exército industrial de reserva<sup>28</sup> e *ii*) ligado a isso, a correlação desfavorável de forças no mercado de trabalho.<sup>29</sup>

---

28. “Em primeiro lugar, o fenômeno pode ser atribuído ao fato de que a tendência secular, nas semicônias, é no sentido do crescimento do exército industrial de reserva, porque o vagaroso início da industrialização mostra-se incapaz de seguir o ritmo, cada vez mais acelerado, de afastamento dos camponeses pobres de suas terras. O desvio gradativo do capital estrangeiro para a produção de bens acabados reforça ainda mais essa tendência, pois esta última é capital-intensivo (“poupadora de trabalho”), enquanto a produção de matérias-primas era relativamente trabalho-intensivo (“poupadora de capital”). Assim, a participação da mão-de-obra assalariada na população trabalhadora da América Latina permaneceu constante, em 14%, entre 1952/63, enquanto o percentual da produção industrial no produto nacional bruto dobrava: de 11% para 23%” (MANDEL, 1982, p. 45).

29. “Em segundo lugar, uma relação de forças desfavorável no mercado de trabalho, devido a um exército industrial de reserva cada vez maior, pode tornar efetivamente impossível a organização em massa do proletariado industrial e mineiro em sindicatos. Como resultado, a mercadoria força de trabalho não só é vendida ao seu valor decrescente, mas mesmo abaixo desse valor. Assim, torna-se possível que o capital, dadas condições políticas razoavelmente favoráveis, compense qualquer tendência no declínio da taxa de lucro ao assegurar um acréscimo ainda maior na taxa de mais valia, através de uma redução significativa nos salários reais. Isso aconteceu na Argentina em 1956/60, no Brasil em 1964/66 e na Indonésia em 1966/67” (*op. cit.*, p. 45).

Em resumo, se possível sintetizar a argumentação proposta nesta seção, utiliza-se o corolário a que Marini (2000a) chega, segundo a qual o fruto da dependência só pode ser mais dependência. O capitalismo dependente periférico, em particular o latino-americano, não obstante as nuances e características particulares de cada formação social, encontra sérias dificuldades em superar sua condição de subdesenvolvimento, mesmo com o avanço de suas forças produtivas.

#### 2.4.4 O papel da mais-valia extraordinária: superexploração e progresso tecnológico

A existência de uma abundante reserva de força de trabalho (superpopulação relativa criada pelo capital) é uma condição necessária para que os mecanismos da superexploração sejam postos em ação. Em função das características histórico-estruturais de seu processo de desenvolvimento e inserção no sistema capitalista mundial, essa condição é, de um modo geral, verificada nas diferentes fases que atravessam as economias latino-americanas em seu desenvolvimento, sendo acentuada pela introdução do progresso técnico originário das economias centrais e pelo correspondente crescimento da composição orgânica do seu capital social.

O progresso tecnológico aplicado à produção social se caracteriza pela economia da força de trabalho, em termos de tempo e/ou de esforço que o operário deve despende na produção de certa massa de mercadorias. A produtividade do trabalho, uma vez acrescida, permite ao capitalista obter uma quantidade maior de valores de uso numa mesma jornada de trabalho, o que leva a uma redução do valor individual de sua mercadoria. O capitalista que produz sob condições mais vantajosas que a média do setor no qual atua apropria-se de uma mais-valia extraordinária, quando da realização da massa de valor produzida, em razão de possuir custos de produção inferiores ao dos demais concorrentes. Por sua vez, a redução do tempo total de trabalho que o operário necessita para produção de certa quantidade de mercadorias permite ao capital, sem reduzir a jornada legal de trabalho (e eventualmente reduzindo), exigir do trabalhador mais tempo de trabalho efetivo, obtendo, dessa forma, uma massa superior de valor de troca.

Portanto, como Marx já havia apontado, a tendência ao aumento da exploração do trabalhador ocorre de maneira concomitante ao incremento quantitativo e qualitativo das forças produtivas. Essa contradição, de fato, só pode existir num modo de produção voltado para a acumulação de riqueza obtida através da exploração do trabalho assalariado. Do ponto de vista dos capitalistas em seu conjunto, a redução do tempo de trabalho produtivo com relação ao tempo total disponível para a produção se manifesta através da diminuição da população operária, paralelamente ao crescimento da população que se dedica às chamadas atividades não produtivas (como serviços, administração pública etc.) e das camadas parasitárias (MARINI, 2000a). Esse é um dos efeitos do aumento da composição orgânica do capital, que acompanha o processo de concentração e centralização

do capital e libera o trabalho vivo da produção direta de mercadorias, cada vez mais intensiva em capital constante, para as atividades improdutivas, do ponto de vista do capital, ou para engrossar as fileiras do exército industrial de reserva.

Ademais, a redução dos custos de produção dos elementos do capital constante, através da redução do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução destes, é uma importante força que contrapõe à baixa tendencial da taxa média de lucro, pois permite baixar a composição orgânica do capital, ao mesmo tempo em que aumenta sua composição técnica. Sua importância reside na capacidade que confere ao modo de produção capitalista reduzir substancialmente sua dependência em relação ao trabalho vivo, minimizando os custos com o trabalho. Esse efeito é tanto mais efetivo quanto maior for a difusão do progresso técnico e seu encadeamento pelos diversos ramos e setores da atividade econômica.

Para os trabalhadores, no entanto, as consequências de sua redundância são desastrosas, vendo-se lançados periodicamente no desemprego e ameaçados permanentemente pelo espectro da pobreza. Para os que permanecem empregados, a introdução de inovações técnicas, ao invés de aliviar, tende a elevar, paradoxalmente, a intensidade do trabalho. Nas economias dependentes, como foi demonstrado por Marini (2000a), a introdução de novas tecnologias e de novos modos de organização dos processos de trabalho produz como um dos resultados mais notáveis o agravamento da superexploração da força de trabalho doméstica.<sup>30</sup>

O trabalho redundante produzido e liberado pelo aumento da produtividade em certos setores pressiona para baixo os salários neste e em outros ramos de atividade, o que pode inibir o capitalista a introduzir inovações técnicas aos seus processos produtivos. Pela existência de oferta de trabalho abundante nas economias periféricas, reproduzida pelo próprio progresso da acumulação de capital, o custo de oportunidade do capital investido no desenvolvimento tecnológico torna-se elevado. Marx explicou como a queda do preço da força de trabalho abaixo de seu valor pode inibir o uso da maquinaria em certos ramos produtivos.

(...) A própria máquina, em países há mais tempo desenvolvidos, produz, por sua aplicação em alguns ramos de atividade, tal excesso de trabalho (*redundancy of*

---

30. O aumento da produtividade do trabalho, sobre a base da superexploração, tende a acelerar o crescimento do exército industrial de reserva, viabilizando, com isso, a pressão do capital sobre as condições de trabalho e a remuneração dos trabalhadores: "(...) incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior ao seu valor real. Para isso, concorreu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção a ramos industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a converter-se em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhum suposto nas sociedades dependentes. (...) Nesta medida, dado que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses ramos de produção não pôde traduzir-se em maiores lucros através da elevação da taxa de mais-valia, mas tão somente mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente avançará então paralelamente com uma maior exploração do trabalhador precisamente porque a *acumulação segue dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – em consequência de mais-valia – do que da taxa de mais-valia*" (MARINI, 2000a, p. 147-148).

*labour*, diz Ricardo), em outros ramos, que aí a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede o uso da maquinaria e torna-o supérfluo, frequentemente impossível, do ponto de vista do capital, cujo lucro surge de qualquer modo não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago (MARX, 1985, p. 22).

A introdução do progresso técnico nos países dependentes é condicionada pela “dinâmica objetiva da acumulação de capital em escala mundial” (MARINI, 2000a). Neste contexto de industrialização retardatária, a inovação tecnológica tende a se concentrar em ramos produtores de bens de consumo suntuários, destinados às esferas mais altas de consumo. As formações sociais em situação de dependência não dispõem de capacidade de gerar, de forma autônoma, seu próprio progresso técnico-científico, estando estruturalmente impossibilitadas de elevar a produtividade geral de sua economia sem deixar recorrer, ao menos parcialmente, à importação de tecnologia. A perseguição da mais-valia extraordinária é um dos mais importantes impulsionadores da concorrência capitalista sobre a base da superexploração do trabalho e terá certas características estruturais na forma que assume no capitalismo dependente.<sup>31</sup>

No artigo *Acumulação de capital e mais-valia extraordinária*, escrito em 1979,<sup>32</sup> Marini parte dos esquemas de reprodução de Marx, apresentados na terceira parte do livro II de *O Capital*, para analisar as economias dependentes e discutir o “peso que nelas assume a produção de mais-valia extraordinária” (OSORIO, 2004). Nesse trabalho, Marini “relaxa” as hipóteses adotadas por Marx, entendendo que o uso dos esquemas para analisar uma realidade concreta exige que sejam modificados os três supostos que Marx utilizou na sua

31. “O problema de fundo que a teoria da dependência deve enfrentar: o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia capitalista dependente tendem a obstruir seu trânsito da produção de mais-valia absoluta à de mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre o capital e o trabalho. A projeção desproporcional que assume no sistema dependente a *mais-valia extraordinária* é um resultado disto e corresponde à *expansão do exército industrial de reserva* e ao estrangulamento relativo da capacidade de realização da produção. (...) estes fenômenos são manifestações da maneira particular como incide na economia dependente a *lei geral da acumulação de capital*. Em última instância, é de novo à superexploração do trabalho que temos que nos referir para analisá-los” (MARINI, 2000a, p. 165).

32. Nas suas memórias, Marini diz o seguinte sobre o referido ensaio: “O texto que daí resultou – publicado, por *Cuadernos Políticos*, como ‘*Plusvalía extraordinária y acumulación de capital*’ – está dividido em três seções. Na primeira, exponho os esquemas e, entrando na polêmica que eles suscitam em diferentes momentos da história do marxismo, busco mostrar a finalidade específica que cumprem na construção teórica de Marx – a demonstração da necessária compatibilização das magnitudes de valor produzidas nos distintos departamentos da economia – e analiso as três premissas que tanta discussão causaram: a) a exclusão do mercado mundial; b) a existência de apenas duas classes e c) a consideração do grau de exploração como fator constante. Na segunda, parto da variação deste último fator, examinando os efeitos de mudanças na jornada de trabalho, na intensidade e na produtividade sobre a relação valor de uso-valor e sobre a distribuição. Na terceira seção, verifico o uso dos esquemas por três autores: Maria da Conceição Tavares, s/d., Francisco de Oliveira e Mazzuchelli, 1977, e Gilberto Mathias, 1977, mostrando que a primeira, além de não romper de fato com o esquema tradicional Cepalino (agricultura – indústria - Estado) confunde valor de uso e valor; os segundos, captando com agudeza a contradição moeda nacional-dinheiro mundial, acabam por se fixar apenas no movimento da circulação; e o terceiro, que nos brinda com uma brilhante análise sobre o papel do Estado na determinação da taxa de lucro, se esquece de considerar a relação lucro - mais-valia (...). Esse ensaio – provavelmente, o menos conhecido dos meus escritos – é um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, na medida em que expressa o resultado das investigações, que eu começara no Chile, sobre o efeito da superexploração do trabalho na fixação da mais-valia extraordinária” (MARINI, 2007, p. 117-118).

investigação, quais sejam os da produtividade e intensidade constantes e a da inversão da mais-valia no próprio setor. Assim, o autor visa dar conta das características singulares da economia dependente. Marini chega à conclusão de que, numa economia dependente, somente o subsetor IIb (do ramo produtor de bens de consumo suntuários) está, do ponto de vista da concorrência intersectorial, em condições de realizar sustentadamente uma mais-valia extraordinária.

Sempre partindo dos pressupostos da economia política marxista, Marini (1979a) afirma que as mudanças na produtividade e na intensidade do trabalho modificam a taxa de mais-valia, porém, de maneira desigual, quer se trate do capital individual ou dos ramos de produção capitalistas considerados em seu conjunto. No caso do capital individual, ambos os métodos de extração de mais-valia se traduzem em mais-valia extraordinária e implicam, por isso, mudanças na relação básica de distribuição do produto excedente entre mais-valia e salário, que corresponde ao grau de exploração do trabalho ( $m/v$ ). Quando se trata do aumento da produtividade do trabalho, tal mudança se processa sem que, necessariamente, ocorra a superexploração da força de trabalho; ao passo que o aumento da intensidade do trabalho, ao fazer subir o valor da força de trabalho, tende a resultar na produção da superexploração dessa força.

No caso dos ramos de produção, o aumento da taxa de mais-valia, através do aumento da produtividade, somente se expressaria em mais-valia extraordinária se esses ramos pertencessem ao subsetor IIb e aos ramos do departamento I (produtor de meios de produção) correspondentes, deixando inalterada a relação de distribuição ( $m/v$ ), mesmo que a fixação da mais-valia extraordinária possa alterar a distribuição da mais-valia na economia em seu conjunto. Por seu turno, se o aumento da taxa de mais-valia se deve à intensificação do trabalho, existe a possibilidade de apropriação de mais-valia extraordinária por qualquer ramo de produção e de seus subsetores. A relação de distribuição entre salários e mais-valia se modificará em toda a economia se o aumento da produtividade ou da intensidade do trabalho afetar o departamento I e o subsetor IIa (produtor de bens de consumo dos trabalhadores), generalizando, dessa forma, a mudança na taxa de mais-valia, ou seja, a passagem da mais-valia extraordinária à mais-valia relativa.

A mais-valia extraordinária é apenas um suposto para a apropriação de lucro extraordinário, cuja apropriação depende da concorrência. A variação da taxa de mais-valia em função de mudanças na produção faz variar no mesmo sentido a massa de valores de uso produzida, mas sua expressão em valor social está sujeita à validação social sobre tal massa de mercadorias. O jogo entre demanda e oferta estabelecerá se o nível e a magnitude de valor expressa nessa massa de mercadorias ficarão iguais, acima ou por baixo das condições médias de produção, mesmo que, em todo caso, a massa de valores de uso produzida esteja sendo realizada.

Embora as relações de distribuição sejam determinadas pelas relações de produção, elas repercutem sobre estas últimas na medida em que se transformam em determinações da demanda. Em seu nível básico, a demanda depende de como o produto excedente se distribui entre mais-valia e salários; já em nível derivado, ela gira em torno da maneira como a mais-valia se distribui entre acumulação e consumo. Tendo em vista estas considerações, Marini (1979a) passa a analisar como as mudanças na produção afetam as relações intersetoriais. Partindo de uma situação de equilíbrio, o aumento da mais-valia no setor I devido a mudanças na produtividade e/ou intensidade implica em acréscimo na massa de valores de uso, que se expressa numa massa proporcionalmente superior de valor de troca, caso não haja modificação de seu valor no mercado. Uma vez realizado o intercâmbio intersetorial, haverá a ampliação da escala de acumulação e, conseqüentemente, o aumento do valor do capital constante em IIa e IIb, assim como do capital variável (não necessariamente na mesma proporção), tendo como resultado o aumento da massa de valor das mercadorias que esses subsectores lançam ao mercado.

O mercado para o departamento II deve se expandir, sob pena de que a massa de valor realizada seja inferior àquela produzida, seja porque parte das mercadorias não são vendidas ou porque seus preços caem. Caso isso ocorra, a massa de mais-valia criada nos dois subsectores se traduziria em uma massa menor de lucro e, ainda que esta seja igual à que cabia anteriormente ao departamento II, cairia sua taxa de lucro ao elevarem-se os custos de produção. Desse modo, a demanda criada por IIa e IIb ficaria reduzida, forçando a queda dos preços do capital constante (c) produzido por I ou, alternativamente, os capitais dos dois subsectores migrariam para I, como capitais excedentes, em função das limitações de mercado e/ou atraídos pela taxa de lucro mais alta daquele departamento. A equalização da taxa de lucro em I e II se imporá em ambos os casos, desaparecendo o lucro extraordinário de I.

Argumenta Marini (1979a) que isto não ocorreria se o mercado para II crescesse; porém, uma vez que o capital variável (v) permaneça, no melhor dos casos, constante em I, a expansão do mercado somente poderia ser realmente importante para IIb, graças à conversão da mais-valia extraordinária de I, ou parte dela, em consumo individual dos capitalistas. Sendo assim, o lucro extraordinário de I se traduziria em elevação da taxa de lucro em IIb e nos ramos de I que produzem para este. À medida que os lucros mais altos de I e IIb dão lugar à ampliação da escala de acumulação, IIa e os ramos correlatos de I poderiam, com atraso e de forma subordinada, integrar-se ao movimento expansivo iniciado em I.

Marini (1979a) observa que, podendo a mais-valia ser acumulada em qualquer setor, o incremento desta em I pode ser destinada à acumulação em II, assegurando a realização do produto c, podendo ser compensada, ao menos teoricamente, a redução relativa de v em I, através do aumento de v em II.



Esse movimento ocorreria apenas se a mais-valia incrementada, ao converter-se em capital excedente no setor I, pressiona a taxa de lucro para baixo e a nivela com a do setor II. A partir dessa migração de capitais, percebe-se que a alteração na relação básica de distribuição em I exige a extensão da escala de acumulação de toda a economia para assegurar a expansão do mercado e, com ela, a realização da massa de mercadorias produzida e da mais-valia incorporada. Na medida em que opera a tendência à igualação da taxa de lucro, elimina-se a mais-valia extraordinária em I, o que supõe a emigração prévia de capitais de II a I ou uma crise de superprodução neste.

O aumento da mais-valia, quando verificado no segmento IIa, será acompanhado, como sabe-se, de uma massa maior de mercadorias. Se o valor individual destas não for modificado, a demanda por parte de I e IIb não poderá aumentar, já que  $v$  se manteria constante nesses setores; além do mais, a demanda própria criada por IIa sofreria uma redução, já que a participação de  $v$  em seu produto, ainda que mantenha seu valor absoluto, cairia. Para resolver o impasse, seria necessário, como no caso de I, ou baixar o valor individual (e do preço) das mercadorias de IIa ou haver o deslocamento de capitais de I e IIb para IIa ou, ainda, deste para os demais, com a conseqüente nivelção da taxa de lucro. Esse deslocamento de mais-valia entre IIa e I ou IIb remonta às condições anteriormente descritas para o caso do departamento I, trazendo como corolário o fato de que, do ponto de vista do mercado, IIa, ainda menos que I, não esteja em condições de fixar, sustentadamente, uma mais-valia extraordinária.

Marini (1979a) prossegue analisando a situação em que se aumentam a mais-valia e o produto mercantil em IIb. O valor individual de suas mercadorias pode ser mantido, pois a demanda sobre estas é derivada, exclusivamente, da mais-valia não acumulada. Isto confere uma maior elasticidade à demanda para os produtos IIb, uma vez que os aumentos de mais-valia nos demais setores, além de se traduzirem numa escala de acumulação ampliada, também promovem o aumento relativo e absoluto da mais-valia não acumulada. Dessa forma, a possibilidade de conversão da mais-valia extraordinária de IIb em lucro extraordinário não se vê limitada, em princípio, pelo mercado, mas sim pela competição entre os capitais e sua mobilidade entre os ramos.

Como os capitais migrantes movem-se de um ramo a outro com o objetivo de aproveitar-se do lucro extra, somente as pressões que se exerçam sobre o mercado (escala de acumulação rapidamente ascendente que freia a expansão do consumo individual criado pela mais-valia, atrativos excepcionais à poupança e crises setoriais em I ou IIa etc.) podem eliminar em IIb o lucro extraordinário, independentemente de que esta se veja reduzida pela concorrência entre os capitais. A explicação do lucro extra de IIb deve-se buscar, portanto, na dinâmica

mesma do mercado, mais que em outros fatores, tais como as estruturas monopólicas que ali se possam dar, já que estas se dão igualmente em I e inclusive em II, sem produzir o mesmo efeito.

A demanda criada pela mais-valia não acumulada se faz à margem do ciclo do capital produtivo e, por conseguinte, a determinação do valor social nessa esfera da circulação não afeta a valorização do capital em I e IIa, senão tão somente a taxa de acumulação (na medida em que influi na maneira como a mais-valia se reparte em mais-valia acumulada e não acumulada). É, pois, compreensível que, quanto mais aumente a mais-valia na economia, maior seja a elasticidade dessa demanda. Por outro lado, dado que dita demanda não entra na circulação do capital, senão que configura um caso de circulação geral de mercadorias, é natural que o valor de uso adquira ali uma importância mais decisiva na realização do produto; daí a maior diferenciação dos artigos produzidos pelo subsetor IIb e os desvios mais frequentes com respeito à lei do valor (como a superestimação da produção artesanal com relação à produção fabril) etc.

Os aumentos de produtividade do subsetor IIb são transferidos aos preços em menor medida do que em I e IIa, estabelecendo, por isso, uma relação com estes que implica uma transferência intersetorial de mais-valia, via preços.<sup>33</sup> Ainda que os ramos de I que produzem fundamentalmente para IIb possam ser compensados, recorrendo, também, à mais-valia extraordinária, isso não impede a redução da massa de lucro que cabe a I e IIa pressione para baixo suas taxas de lucro. O setor IIb exerce um efeito depressivo sobre a taxa geral de lucro, como contrapartida do lucro extraordinário que nele se verifica.

Marini (1979a) observa, por fim, que a especificidade de IIb, no que diz respeito à produção de mais-valia extraordinária e à sua conversão em lucro extra, é acentuada, necessariamente, onde regem os mecanismos de superexploração do trabalho, situação na qual prevalecem os baixos salários e os lucros elevados. Como em qualquer outro campo observado, também aqui a economia dependente, baseada na superexploração do trabalho, sofre de maneira amplificada as leis gerais do regime capitalista de produção. O pouco dinamismo que se apresenta na baixa esfera da circulação, criada pelos primeiros, contrasta com a esfera alta, gerada pelas segundas e que tende a inflar-se. O subsetor IIb, por isso, tende ao crescimento desproporcional com relação aos demais, acentuando, no plano do mercado, a subordinação do setor I em relação ao subsetor IIb, mais que ao subsetor IIa.

---

33. Segundo Marini, essa transferência de mais-valia intersetorial vai mais além da que corresponderia estritamente aos mecanismos de nivelção da taxa de lucro e que bem mais os violam; em outros termos, configura-se uma situação similar à que alude à noção de intercâmbio desigual na economia internacional (MARINI, 1979a).

#### 2.4.5 Ciclo do capital nas economias dependentes

O ensaio intitulado *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979) expressa a preocupação de Marini (1979b) em investigar os aspectos característicos que o circuito do capital apresenta numa economia dependente, supondo que nela já esteja configurada uma base industrial de produção voltada para o mercado interno e assumindo o papel hegemônico na sua dinâmica. Essa situação é bastante diferente daquela que enfrentava a economia exportadora latino-americana, que se constituía como um sistema de produção complementar ao das economias centrais, que determinavam, desde fora, o seu ciclo de capital. Devido à importância deste estudo, ir-se-á seguir os passos de Marini no seu entendimento da estrutura do padrão de reprodução da economia dependente.

Seguindo a exposição de Marx apresentada no livro II de *O Capital*, o ciclo do capital se expressa na fórmula  $D - M... P... M' - D'$ , composto por três fases que alternam a circulação, a produção e, novamente, a circulação. Essa é a descrição do movimento pelo qual o dinheiro assume a forma de mercadorias (meios de produção e força de trabalho), que corresponde à primeira fase de circulação ( $D - M$ ), para em seguida dar curso a um processo de produção, do qual resultarão mercadorias que, por sua vez, deverão passar pela segunda fase de circulação, a fim de recuperar, mais uma vez, a forma dinheiro. A fase da produção corresponde ao processo de valorização, ou seja, de criação de um novo valor através da ação da força de trabalho sobre os meios de produção (instalações, maquinaria, matérias-primas etc.). Nesse processo, ela é capaz de transferir o valor contido no capital constante ( $c$ ) para os produtos finais, além de dar forma a um valor adicional que: 1) repõe o valor equivalente ao que foi antecipado na forma de capital variável ( $v$ ) e 2) cria um valor novo, que excede ao capital inicial ( $c + v$ ), na forma de mais-valia ( $m$ ). Esses valores distintos, que se encontram englobados no valor total das mercadorias ( $c + v + m$ ), uma vez terminado o processo de produção, precisam ser realizados, mediante a venda ( $M' - D'$ ), para completar o processo.<sup>34</sup>

A primeira tarefa na análise do ciclo do capital na economia latino-americana, argumentou Marini (1979b), é determinar a origem do capital dinheiro que se apresenta no início do ciclo e que provém, basicamente, de três fontes: a) do capital interno privado; b) da inversão pública e c) do capital estrangeiro. A inversão privada interna corresponde à acumulação na forma de meios de produção e força de trabalho, a partir da mais-valia gerada internamente (deduzidos

34. O dinheiro tem importância crucial no processo de valorização, pois sob esta forma é que o capital aparece, tanto no início como no fim deste movimento, para que venha ocorrer um novo ciclo. A importância da fase de produção é fundamental, pois é durante a ação do capital produtivo que efetivamente se dá sua valorização, mediante a produção da mais-valia, da qual derivam todas as formas de remuneração do capital: o lucro industrial, o lucro comercial, os juros e a renda da terra. Ademais, sendo processo objetivo de criação de mais-valia, a produção assenta suas bases na exploração do trabalho pelo capital: o que para um significa valorização, para o outro significa exploração.

os gastos improdutivos do capital), sendo indiferente o fato de que esse capital seja, juridicamente, de propriedade nacional ou estrangeira.<sup>35</sup>

A inversão pública tem origem nos gastos estatais, cujas fontes são diversas: parte dela tem origem na mais-valia produzida internamente, mediante a transferência ao Estado por meio de impostos diretos aplicados ao capital e aos salários, bem como mediante impostos indiretos sobre as formas de rendimentos (lucros, salários etc.); também pode provir da ação direta de exploração do Estado como agente capitalista, através de suas empresas, que funcionam como capitais privados, resultando na produção da mais-valia. Esta forma de mediação do Estado permite a ele se apropriar diretamente da mais-valia produzida no sistema econômico.

Obviamente que nem todo gasto estatal é produtivo, já que não é todo utilizado para dar início a um processo de acumulação de capital. Esta depende da proporção em que o gasto público é destinado ao capital, seja na forma de inversões propriamente estatais, ou através de transferências de mais-valia ao capital privado para estimular ou alimentar sua acumulação, orientadas para a criação de condições gerais de produção, como as de infraestrutura, que tornem as inversões privadas mais rentáveis – bem como as subvenções diretas ou indiretas ao capital privado, como as isenções fiscais e a manipulação de preços. O investimento público depende, portanto, da proporção em que se divide o gasto público entre recursos alocados para o investimento produtivo e aqueles destinados aos gastos improdutivos.

A rubrica de gastos improdutivos também pode conter transferências estatais com objetivos produtivos ou gastos sociais com educação e saúde, que contribuem para a reprodução e qualificação da força de trabalho, imprescindíveis para a valorização do capital. Os gastos realmente improdutivos (não obstante sua importância na manutenção do sistema) são aqueles que o Estado realiza com sua própria burocracia civil, policial e militar. A consideração da importância do Estado no ciclo do capital deve levar em conta sua capacidade de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, de produzir ele próprio mais-valia e de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. É o que explica, historicamente, o peso do investimento estatal na economia dependente, sobretudo sua participação na formação de capital fixo (instalações, máquinas e equipamentos), que nos auge da era desenvolvimentista chegou a alcançar proporções extremamente elevadas.<sup>36</sup>

---

35. Ao considerar apenas a parte da mais-valia que se acumula, está-se deduzindo a parte remetida da economia nacional, sob a forma de remessa de lucros, pagamentos de juros, amortizações, royalties etc. Do ponto de vista da análise do funcionamento da economia, a mais-valia gerada e acumulada internamente é uma inversão nacional, embora, do ponto de vista das contas nacionais, estando nas mãos de estrangeiros, será contabilizada como reinversão de capital estrangeiro.

36. Marini (1979b) calcula que no Brasil, por exemplo, esta participação chegou à ordem de 60% contra 40% do capital privado. Porém, atualmente, apesar da ainda marcante presença do Estado na economia, sua participação no processo de formação de capital fixo, após as reformas neoliberais, muito provavelmente declinou para cifras inferiores.

O capital estrangeiro, por sua vez, se apresenta, basicamente, sob duas formas: *i)* inversão direta e *ii)* inversão indireta. A primeira se efetiva quando o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, de maneira exclusiva ou associada, apropriando-se total ou parcialmente da mais-valia gerada. Na inversão indireta, o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas locais (nacionais ou estrangeiros), sob a forma de empréstimos ou financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra à sua própria inversão<sup>37</sup> (MARINI, 1979b).

O capital estrangeiro constitui, portanto, um elemento que intervém na formação da massa de capital dinheiro que põe em marcha o processo de acumulação. Esse capital, ao se integrar no ciclo do capital da economia dependente, joga um papel complementar à inversão interna e cobra sua restituição, drenando parcela do excedente dessa economia. O ciclo de produção, com o qual contribuiu para a produção de mais-valia, uma vez concluído, dá-lhe o direito de requisitar uma parte dela sob a forma de lucros ou juros, transferindo mais-valia para o exterior.

*Así, se puede observar que en el período de 1960-1967, la mayor parte de la inversión directa norteamericana no se dirigió a los países dependientes, sino que, en un 70%, se destino a los países desarrollados, particularmente los de Europa Occidental y Canadá. Sin embargo, en ese período en el que sólo recibieron el 30% de la inversión directa norteamericana, los países dependientes aportaron a Estados Unidos el 60% de total de ingresos que éstos recibieron del exterior por concepto de ganancias, intereses y regalías (MARINI, 1979b, p. 43).*

Verifica-se, portanto, que, nessa primeira fase da circulação do capital, da qual depende o processo de acumulação da economia dependente, atua um fator externo, fora de seu controle: o capital estrangeiro, o qual, uma vez internalizado e incorporado, constitui-se em fator determinante de sua reprodução. O ato de compra indicado nessa fase é o processo pelo qual o capital dinheiro, através do intercâmbio, assume a forma de meios de produção e de força de trabalho. Esta última, de maneira geral, é constituída pelos trabalhadores nacionais, mas também incorpora a força de trabalho estrangeira que para ali afluí, seja ela mão de obra altamente qualificada ou correntes de migração de mão de obra pouco qualificada.

---

37. "En América Latina, durante el largo período de la postguerra, hasta la década de 1960, la forma predominante de la inversión extranjera fu ella inversión directa. Sin embargo, desde fines de esa década y e el curso de la presente [década de 1970], aunque la inversión directa haya seguido creciendo, su proporción em la inversión extranjera total há tenido a disminuir (en términos relativos). (...), en particular en los países de mayor desarrollo relativo como México o Brasil, la forma predominante del capital financiero tende a ser la de la inversión indirecta. El tipo de remuneración que obtiene cambia en este caso: a diferencia de la ganancia o beneficio industrial, el capital extranjero, además de las cuotas de amortización, cobra tasas de interés que se deducen de la plusvalía generada por la inversión productiva que él contribuyó a generar, sin haber assumido, sin embargo, los riesgos de la producción y realización de esta plusvalía" (op. cit., p. 42).

Do ponto de vista dos meios de produção, a origem externa de parte destes é mais notável. Embora meios de produção como terra, materiais de produção, boa parte das matérias-primas e parte dos equipamentos tenham origem interna, outra grande parte de maquinarias, matérias-primas e equipamentos vêm do exterior. Do capital estrangeiro que entra para inversão na economia dependente, uma parcela dele sai imediatamente para ser trocado por meios de produção adquiridos no exterior ou é diretamente posta no país dependente na forma de máquinas e equipamentos sem a intermediação do capital dinheiro.

A aquisição de meios de produção no mercado mundial não é uma característica exclusiva da economia dependente, embora nela essa característica assuma, como diz Marini (1979b), uma forma mais aguda, que corresponde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação. A prévia oferta externa de meios de produção, particularmente equipamentos e maquinarias, permite às nações latino-americanas avançar na produção de bens de consumo necessários e suntuários sem construir a base própria de um setor dinâmico de bens de capital. A indústria manufatureira dos países dependentes se torna dependente materialmente, no que concerne aos meios de produção, e tecnologicamente, quanto ao conhecimento embutido nestes, utilizados para operá-los e, eventualmente, fabricá-los.

Isso implica que as relações financeiras com o exterior imponham uma transferência de mais-valia a título de pagamentos por *royalties*, patentes, assistência técnica etc. Sendo assim, do ponto de vista da determinação dos aspectos característicos do ciclo do capital na economia dependente, nessa primeira fase da circulação, observa-se que ela depende do fluxo externo do capital dinheiro e dos meios de produção. Nessa primeira fase de circulação, ela é duplamente articulada e dependente com relação ao exterior, encontrando-se parcialmente centrada na “oferta” externa de capital dinheiro e de capital mercadoria (MARINI, 1979b).

A segunda fase do ciclo é o da acumulação e da produção propriamente ditas, para a qual não importa a origem dos proprietários do dinheiro ou dos meios de produção, mas a capacidade da força de trabalho em criar novos valores de uso e novos valores de troca ao atuar sobre o capital constante (matérias-primas, equipamentos, maquinarias, instalações etc.). A produção é condicionada pela fase anterior da circulação, dando-lhe característica própria, em função dos níveis distintos de desenvolvimento tecnológico entre países avançados e dependentes, o que obriga estes últimos a utilizar uma tecnologia mais sofisticada ou mesmo inexistente neles.

*Por su conexión con el exterior, o mediante la vinculación más estrecha que se da en la fase de circulación entre el capital extranjero bajo la forma dinero y bajo la forma mercancías, la tendencia es que sean las empresas extranjeras que operan en la economía dependiente, o las que corresponden a asociaciones de capital interno y extranjero, las que tengan acceso más directo a la tecnología implícita en esos medios de producción (MARINI, 1979b, p. 47).*

Marini (1979b) utiliza um modelo simples para ilustrar e analisar o efeito da introdução de tecnologia estrangeira no país dependente. Tomando dois capitais individuais A e B, supõe que A representa um capitalista estrangeiro operando no ramo da produção de sapatos e que B represente um capital interno do mesmo ramo. O capitalista B produz em condições tecnológicas médias, já o capitalista A, podendo contar com equipamentos e métodos de produção mais sofisticados, consegue baixar seu custo de produção em relação a B. Com custos menores do que a média, o capital A venderá sua mercadoria ao preço estabelecido pelas condições normais de produção, ao preço de mercado, logo seu lucro será maior que o de B. Como a massa de lucros produzida em uma economia corresponde ao conjunto dos capitalistas que nela opera e é apropriada através do mecanismo da competição, de acordo com a magnitude do capital investido por cada um, da sua composição orgânica e do número de rotações em dado período, o lucro de A acaba sendo maior – consequência da transferência de valor no interior do ramo de produção.

O fenômeno do lucro diferencial ou extraordinário é normal no funcionamento do modo de produção capitalista. No caso da economia dependente, a questão é que dificilmente esse lucro pode ser anulado por um esforço de B em elevar sua composição orgânica e a produtividade do trabalho de modo que possa igualar seus custos de produção ao do capital A. A diferença entre os custos de produção resulta da introdução de uma nova tecnologia a partir do exterior, com o qual o capital A conquista uma posição de monopólio tecnológico com relação a B, e não de um desenvolvimento técnico interno e autônomo. Ao cabo de alguns períodos de produção, o capital A concentrará parte da mais-valia do setor em suas mãos, podendo desfrutar de uma mais-valia extraordinária, até que essa vantagem venha a ser anulada pela reação de B. Mesmo supondo um declínio do preço internacional do equipamento utilizado por A que permita a B igualar seu nível tecnológico, o capital A, dotado de uma magnitude de capital superior, teria condições de responder, imediatamente, introduzindo um novo avanço técnico na produção que torne seus custos mais baixos e restabeleça um lucro extraordinário.

Dessa forma, uma parcela substancial da mais-valia produzida e do capital investido na economia dependente ficaria concentrada nas empresas que atuam em situação privilegiada e em posição dominante. Esse fenômeno ainda se agravaria se os preços de mercado fossem fixados de acordo com o nível de seus próprios custos de produção, pois, nesse caso, as empresas operando em nível médio sofreriam perdas, inclusive vendendo, eventualmente, a preços inferiores a seus custos de produção. Isso levaria a uma centralização ainda mais acentuada do capital, havendo falências e absorção de capitais menores por capitais maiores. Esses processos de concentração e centralização estão na raiz da compreensão dos fenômenos de monopolização precoce observados nas economias dependentes (MARINI, 1979b).

Do ponto de vista empírico, o mecanismo de concentração de capital via obtenção de lucros extraordinários normalmente prevalece na concorrência interna entre capitais. Mas como reagiriam os pequenos e médios capitais que operam nas condições médias de produção, ou até mesmo abaixo delas? Essa situação, conforme já discutido, implica a transferência de parte da mais-valia destes para as empresas ou setores monopólicos. Logo, os capitais “inferiores” tratarão de recompor suas taxas de lucro através do aumento da taxa de mais-valia, apelando para a superexploração de seus operários. Quando a margem para o aumento da produtividade do trabalho é limitada, esta é a única saída possível para esses capitais ao menos compensarem a sangria de valor excedente a que estão sujeitos perante seus concorrentes mais potentes.

Os capitais com menor poderio de concorrência, ao recorrerem à superexploração do trabalhador, acabam favorecendo os capitais monopólicos, pois a força de trabalho empregada nessas empresas tem o seu nível de remuneração, de modo geral, regulado e fixado pelo nível médio de remuneração das empresas que operam sob as condições médias. Assim, a massa de salários paga pelas empresas monopólicas se reduz em termos relativos, o que contribui para reduzir também seus custos de produção.

*Es más, como la superexplotación implica que se reduzcan los costos de producción, todas las materias primas y demás insumos industriales ven deprimidos sus precios de mercado, lo que beneficia también a las grandes empresas. Se establece así un círculo vicioso en el cual la estructura de precios tiende siempre a deprimirse, por el hecho de que se deprime artificialmente el precio del trabajo, el salario. Esto tendrá consecuencias (...) para las condiciones en que se realiza la segunda fase de circulación (MARINI, 1979b, p. 51).*

Além desses elementos extremos, quais sejam os lucros extraordinários e os salários abaixo do valor da força de trabalho, que se encontram na análise da fase de produção no ciclo do capital da economia dependente, há outra característica diretamente associada ao problema da superexploração do trabalho. Esta pressupõe que a classe operária, e trabalhadora de um modo geral, se posiciona em difíceis condições para reivindicar a compensação do maior desgaste de sua força de trabalho. Embora se manifestem fatores, inclusive de ordem extraeconômica – como aquelas derivadas da ação estatal –, que atuam para debilitar a capacidade de organização operária de levar adiante suas reivindicações, na verdade, o principal mecanismo restritivo, do ponto de vista do capital, é a criação do exército industrial de reserva, que mantém de forma permanente ou temporária uma massa de trabalhadores excedentes não incorporados à produção e que pressionam o mercado de trabalho.

A introdução de novas técnicas de produção, sobretudo pelo capital estrangeiro, desenhadas para economias com relativa escassez de mão de obra, assim como a pressão concorrencial por uma maior produtividade do trabalho,



tende a fazer crescer esse exército industrial de reserva na economia dependente. A introdução de tecnologia é acompanhada de um acelerado desgaste da força de trabalho empregada (formas de superexploração), o que permite ao capital extrair uma maior produção dos trabalhadores já em função. Por conseguinte, o capital mostra uma capacidade ainda menor de empregar mais mão de obra, o que faz com que o exército ativo cresça num ritmo mais lento relativamente à rápida expansão do exército de reserva sob a forma de desemprego aberto ou oculto.

Finalmente, outra característica relevante da fase de produção da economia dependente diz respeito a sua subordinação ao exterior no que tange aos setores produtivos e às técnicas empregadas, impostas muitas vezes desde fora, ainda que em função da dinâmica interna dessa economia. As inovações que estas representaram não surgiram organicamente do desdobramento do aparato produtivo existente, mas se impuseram de um só golpe à economia dependente, a partir de decisões de inversão totalmente alheias à lógica de seu desenvolvimento interno.

As mercadorias produzidas no seio da economia dependente devem ser realizadas ou trocadas por dinheiro e, assim como na fase de produção, não importa se tenham sido fabricadas por um capital interno ou estrangeiro. A origem do capital, no entanto, reaparecerá ao final da fase de realização quando, uma vez reconvertido em dinheiro, seja apropriado pela empresa A ou pela empresa B. O capital na forma mercadoria se apresenta em três categorias fundamentais: *i*) os bens de consumo necessários ou bens-salário, consumidos por trabalhadores e capitalistas – aqueles bens consumidos ordinariamente pelos trabalhadores são os chamados bens de consumo necessários que determinam o valor de sua força de trabalho; *ii*) os bens de consumo suntuários são aqueles que não se incluem no consumo ordinário dos trabalhadores e *iii*) bens de capital – matérias-primas, bens intermediários e máquinas – que servem para a produção de bens de consumo e de outros bens de capital.

Estes últimos são intercambiados entre os capitalistas sem passar pelo mercado de bens finais para o consumo individual. Constituem a base para a produção dos bens de consumo e representam a maior parte da produção industrial, sendo consumidos no próprio curso do processo de produção. Entretanto, toda a produção industrial está referida, em última instância, à produção de bens finais para o consumo individual, característica esta que é ainda mais acentuada na economia dependente, já que pode contar com uma oferta externa de bens de capital. Logo, nesta etapa da circulação, a importância dos bens de consumo é maior numa economia dependente do que numa economia central<sup>38</sup>.

38. "Se trata de una tendencia contradictoria ya que, como vimos, al nivel de la producción la tendencia es inversa por la separación de la estructura productiva respecto a las necesidades de consumo. Aquí, como em todos los demás aspectos, la economía dependente revela una vez más su esencia interna que corresponde a la agudización hasta el limite de las contradicciones inherentes al modo de producción capitalista" (MARINI, 1979b, p. 52, grifos nossos).

Tal relação mais estreita entre mercadorias produzidas e o consumo individual encontra, na fase de realização, obstáculos herdados de fases anteriores. A superexploração do trabalho, ao implicar a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, termina por reduzir a capacidade de consumo dos trabalhadores e restringir a possibilidade de realização dos bens de consumo individuais.

*La superexplotación se refleja en una escala salarial cuyo nivel médio se encuentra por debajo del valor de la fuerza de trabajo, lo que implica que aún aquellas capas de obreros que logran su remuneración por encima del valor médio de la fuerza de trabajo (los obreros calificados, los técnicos etc.) ven su salario constantemente presionado en sentido descendente, arrastrado hacia abajo, por el papel regulador que cumple el salario médio respecto a la escala de salários en su conjunto (MARINI, 1979b, p. 53).*

O que se passa, então, no pólo oposto, o dos ganhos dos capitalistas? Sabe-se que parte desses não se acumula nem é gasto como renda na economia dependente, já que flui para o exterior através dos distintos mecanismos de transferência de mais-valia. Logo, essa parcela não conta para a realização das mercadorias e, por isso, restringe o âmbito em que opera a segunda fase da circulação, reduzindo o mercado interno. Por sua vez, a mais-valia que fica no país divide-se em duas partes: aquela que, sob a forma de lucros, juros etc., orienta-se para a acumulação e aquela que, sob a forma de renda, dá lugar a gastos improdutivos, ou seja, à aquisição de bens para o consumo individual dos capitalistas e das classes ou setores de classes (entre as quais se incluem as chamadas classes médias) a eles vinculados no que se refere à sua renda.

A estrutura do consumo individual reflete a estrutura de distribuição da renda que, por sua vez, corresponde ao papel da mais-valia não acumulada e do capital variável. Como a superexploração do trabalho implica a elevação da taxa de mais valia, a tendência é que a mais-valia não acumulada aumente em detrimento do capital variável. Por isso, a concentração da renda tende a se tornar ainda mais alta nas economias dependentes, onde a maior parte da população vive em condições de baixo consumo.

Como o setor dinâmico do mercado é constituído pelos ingressos que correspondem à mais-valia, a estrutura de produção tende a orientar-se para esses ramos, deixando cada vez mais de lado a grande massa de consumidores que deve comparecer ao mercado apoiada sobre a base de baixos salários. A segunda fase da circulação contribui para orientar a produção no sentido de que se separa cada vez mais das necessidades de consumo das massas. Por essa razão, a maior parte dos ramos que produzem para o consumo popular apresenta pouco dinamismo, em contraposição às indústrias denominadas dinâmicas, que crescem rapidamente e que produzem bens de consumo suntuários e bens de capital para a produção desses.

Marini (1979b) argumenta que a limitação de mercado, além de influir sobre o aparato produtivo, tende também a deslocar parte da circulação de mercadorias para o exterior através da exportação. Para isso, concorre de modo determinante o fato de que a massa de mais-valia gerada não fica na íntegra no país, mas parte para o exterior e, assim, comprime ainda mais o mercado interno. Da mesma forma que D-M influi sobre a produção, M-D' também reverte sobre essa, ao mesmo tempo em que as duas fases da circulação dependem da forma de desenvolvimento do aparato de produção. O conjunto das fases consideradas é o que permite entender o ciclo do capital com as características particulares que assume na economia dependente.

Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase de circulação [D], tanto sob a forma dinheiro como a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação [D']); fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho; ambos os fatos levam à concentração do capital e à monopolização precoce, ao tempo que divorciam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição de renda que tem origem ali dinamiza, na segunda fase de circulação, o setor de mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção na medida em que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que choca essa segunda fase de circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura interna de renda, a empurram para o exterior levando-a a buscar a realização de parte das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o circuito da dependência do ciclo do capital em relação ao exterior (MARINI, 1979b, p. 55, tradução nossa).

Até agora apresentou-se a evolução do pensamento de Ruy Mauro Marini no tocante à centralidade que a categoria da superexploração do trabalho ocupa em suas obras. Nas seções seguintes, serão trazidas à tona algumas das principais formulações críticas ao pensamento de Marini.

#### 2.4.6 A respeito das críticas ao esquema teórico de Marini

O enfoque teórico de Ruy Mauro Marini, em particular, terminou sendo alvo de críticas em várias direções, inclusive dentro do próprio campo do marxismo.<sup>39</sup> As formulações do ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso alcançaram certa hegemonia entre círculos intelectuais brasileiros no que tange à

39. Um balanço equilibrado dessas críticas exigiria um trabalho de pesquisa específico e a sistematização dos escritos já realizados sobre o tema, tarefa à qual outros autores têm se dedicando com resultados bastante interessantes, como Martins; Valência (1996; 1998), Osorio (2004), Wagner (2005) e Correa Prado (2011).

interpretação da TMD e, sobretudo, aos trabalhos de Marini. Tendo desenvolvido grande parte de sua obra no exílio, principalmente no Chile e no México, Marini teve sua obra pouco difundida em território nacional. A recepção dela no Brasil é um curioso e estranho capítulo da história intelectual do país, uma vez que, mesmo após a “abertura democrática”, o silêncio e o ocultamento de suas ideias perpetuaram certo obscurantismo em torno de sua obra, inclusive dentre os próprios círculos socialistas.

É forçoso observar que, nem de longe, dentro de seu país natal, Marini encontrou a receptividade, o reconhecimento e o prestígio intelectual que alcançara em outras partes da América Latina. Seus trabalhos ficaram obscurecidos no Brasil por conta de interpretações muitas vezes equivocadas e distorcidas de suas principais teses, especialmente em função da polêmica com Fernando Henrique Cardoso, que culminou no famigerado artigo *Desventuras da dialética da dependência* (1978), escrito em parceria com José Serra, cuja publicação no Brasil foi realizada sem a réplica de Marini. Esta só foi por aqui publicada mais de duas décadas depois. Certamente, nenhum autor de uma obra intelectual “ambiciosa” deve estar isento de formulações e posições equivocadas; porém, é dever da crítica pressupor a honestidade intelectual, o cuidado e o rigor nas interpretações para não cair em falsos dilemas ou distorcer os argumentos do objeto criticado. No entanto, esse parece ter sido o destino dos trabalhos de Marini no Brasil, objetos de uma crítica, em muitos sentidos, infundada e, aparentemente, mesclada com desavenças pessoais.

Conforme já havia sido antecipado, a leitura atenta da *Dialética da Dependência*, juntamente com outros artigos, como *O ciclo do capital nas economias dependentes* e *Acumulação de capital e mais-valia extraordinária*, além do texto de resposta à crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, intitulado *Razões do neodesenvolvimentismo*, ajudam a analisar com maior precisão a evolução de seu pensamento no que se refere ao objeto de estudo deste livro. Nesses três últimos trabalhos, posteriores à publicação da *Dialética da Dependência*, a teoria ou o conceito da superexploração do trabalho, como elemento chave para entender o padrão de acumulação e de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema mundial, ganha contornos de maior densidade, dirimindo equívocos que possam persistir a partir da leitura isolada daquele texto.

Além do longo período de exílio, levantou-se a hipótese de que um dos principais fatores que concorreram para a reduzida difusão das obras de Marini no Brasil estaria na interpretação hegemônica de seu pensamento pelo grupo de intelectuais em torno do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP),

notadamente Fernando Henrique Cardoso,<sup>40</sup> José Serra e, mais tardiamente, Guido Mantega. Contrapondo o rico debate que existiu sobre a dependência em outras partes da América Latina e do mundo, Correa Prado (2010, p. 71) conclui que:

Aqui, na verdade, houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central (...). No Brasil, foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam inscritas as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini.

Fernando Henrique Cardoso desempenha um papel fundamental no debate brasileiro sobre a dependência, pautando, através de seus escritos, o possível diálogo que poderia se estabelecer com a versão marxista da teoria da dependência. Seus estudos influenciaram diversos intelectuais e a forma como apreenderam os estudantes marxistas, supostamente defensores de teses equivocadas, cujas consequências práticas seriam muito graves. Em *Las Contradicciones del Desarrollo Asociado* (1974), escrevia Cardoso:

*Me temo que muchos de los estudios catalogados como partes intergrantes de una ‘teoría de la dependencia’ hayan dejado de lado, progresivamente, la preocupación por la caracterización tanto de las formas de reproducción social como de los modos de transformación que existen en cada uno de las modalidades básicas de dependencia. En una especie de retorno a la ideología, parte de la literatura socioeconómica sobre el tema terminó por restablecer el imperio de la repetición. (...) Los esfuerzos teóricos y analíticos hechos para demostrar lo que hay de específico y nuevo en las formas actuales de dependencia se diluyeron en beneficio de imágenes llenas de fáciles atractivos, pero, engañosas: ‘desarrollo del sudesarrollo’, ‘subimperialismo’, ‘lumpenburocracias’, ‘revolución de los marginales’ etc. Estas ideas, aunque a veces señalen aspectos importantes de la especificidad del proceso de industrialización de la periferia y de las formas de dominación que lo acompañan, lleva también a análisis distorsionados* (CARDOSO; MAGNANI, 1974, p. 3).

40. Em suas memórias, Marini recorda a reação de Cardoso ao ensaio em que apresenta o esboço (primeira versão, intitulada *Dialética da Dependência: a economia exportadora*) de sua *Dialética da Dependência*: “Lançado à circulação, meu ensaio provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia (onde eu recém apresentava o meu texto completo), que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na *Revista Latino-americana de Ciencias Sociales*. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso [o autor refere-se ao artigo *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência* (1972)] inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno do meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade” (MARINI, 2007, p. 91-92).

Correa Prado (2011) assinala que as teses que Fernando Henrique Cardoso chama de equivocadas não encontram sustentação na obra dos próprios autores a quem dirige suas críticas:

Segundo Cardoso (1975[1974]), autores como Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini defenderiam que ‘o desenvolvimento capitalista na periferia era inviável’; ‘o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão de obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho’; ‘as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa’; ‘a penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista’; e ‘o caminho político do Continente está de frente a uma encruzilhada – socialismo ou fascismo’. Tais seriam as ‘teses equivocadas’, supostamente defendidas por aqueles autores. Na crítica de Cardoso, porém, é patente a falta de rigorosidade (*sic*) ou mesmo de honestidade intelectual, pois o artigo transforma citações, não faz referências a textos, utiliza expressões inventadas como se fossem dos autores em questão, entre outras artimanhas de uma crítica injusta. Qualquer leitura minimamente atenta desse artigo [*As Contradições do Desenvolvimento Dependente e Associado* (1974)] poderia notar a superficialidade das críticas nele tecidas. No entanto, e apesar de tudo, foi precisamente neste artigo onde se estabeleceram as noções mais recorrentes relacionadas àqueles autores criticados (*op. cit.*, p. 78).

A “crítica” de Cardoso parte da suposta tese sustentada pelos autores da TMD acerca da inviabilidade/impossibilidade do desenvolvimento do capitalismo na periferia. Segundo Cardoso, a polêmica fórmula do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, expressa por Andre Gunder Frank, teria o sentido de negação da expansão do capitalismo em regiões economicamente atrasadas, sendo-lhe atribuída “*una especie de reminiscência de la ideologia narodnik (los populistas rusos)*” (CARDOSO, 1974). Sabe-se que os populistas russos não acreditavam na possibilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, dada a insuficiência do mercado interno e o bloqueio aos mercados externos dominados pelas potências ocidentais (MIGLIOLI, 1993; LUXEMBURGO, 1988; ROSDOSLKY, 2001). Dessa maneira, por derivação, a estreiteza do mercado interno devido à estrutura concentrada da propriedade agrária, bem como a industrialização intensiva em capital poupadora de mão de obra, além da baixa taxa de acumulação em função da poupança interna reduzida, por vezes atribuída ao comportamento consumista da burguesia, contribuiriam para tornar inviável a expansão do capitalismo na periferia.

Assim, Cardoso (1974) parece tratar indistintamente as teses da CEPAL e aquelas propugnadas pela TMD, inferindo destas uma justificativa ideológica.

*Como en toda justificación ideológica, también en este caso hay elementos de verdad en los motivos invocados por la visión narodniki contemporánea. De hecho, la forma que adopta el capitalismo periférico expresa la existencia de contradicciones sociales importantes que se agudizan con el desarrollo capitalista. Pero de allí a elevar a la categoría*

*de ley inevitable, el que sólo puede haber desarrollo cuando hay armonía y solución de conflictos, hay una distancia no legítima que lleva al pensamiento científico atroppezar y caer en la ideología* (CARDOSO; MAGNANI, 1974, p. 6).

Portanto, Cardoso (1974) vê os autores a quem direciona sua crítica como ideólogos do próprio sistema a que se propõem superar ou reformar, pois não conseguiriam enxergar as contradições em meio ao processo de desenvolvimento capitalista. E segue:

*(...) Ya los clásicos que analizaron el capitalismo, y los comentaristas de inicios del siglo que se opusieron a las interpretaciones narodnik, mostraron que la existencia de contradicciones no indica um obstáculo para el capitalismo, sino una condición de su desarrollo. (...) no solamente el capitalismo, aun periférico, crece de manera contradictoria, creando problemas sociales, políticos y económicos nuevos (...), sino que las bases sobre las cuales asienta este de tipo de vision catastrófica no pueden ser generalizadas para todos los países, ni para todas las etapas de los ciclos de expansión capitalista* (CARDOSO; MAGNANI, 1974, p. 6).

Cardoso enxerga a economia dependente como um “fato acidental” no desenvolvimento do capitalismo mundial. Essa visão divisa o processo simultâneo de desenvolvimento e dependência como uma etapa contemporânea da economia periférica baseada também na mais-valia relativa e no aumento da produtividade, atribuindo pequena importância teórica às formas de produção baseadas na mais-valia absoluta. A penetração do capital industrial-financeiro, pelo menos em alguns países periféricos, tenderia a acelerar a produção de mais-valia relativa, intensificando o grau de desenvolvimento das forças produtivas. O desemprego gerado nas fases de contração do ciclo econômico seria revertido aos ciclos expansivos, como ocorre nos países avançados. A superação da dependência, para Cardoso, e nisso consiste o cerne de suas proposições, é um ato de vontade política capaz de superar “as políticas cartoriais de proteção às frações velhas e retrógradas das burguesias latino-americanas” (PAIVA, 2008), sustentadas por Estados nacionais autocráticos. Portanto, esta superação deve ser realizada

*(...) no interior de uma democracia formal, única forma jurídico-institucional capaz de garantir a efetiva imposição daquelas regras competitivas que (pretensamente) fazem do progresso técnico e da acumulação compulsiva a condição necessária, suficiente e rigorosamente exclusiva da apropriação do excedente* (*op. cit.*, p. 174).

Cardoso caminha, nesse sentido, para uma teoria da interdependência, que viria a substituir a velha oposição entre o desenvolvimento capitalista e a dependência, uma vez que a economia periférica tenha alcançado certo patamar de acumulação interna de capital através da formação de uma economia com uma base industrial mais ou menos diversificada.

*Sin embargo, dado el carácter progresivo y cumulativo del sistema capitalista – pagando sé el precio del sometimiento de generaciones y de segmentos importantes de las clases explotadas –, lo que es propio de este sistema es su capacidad de crecer em espiral,*

*revolucionando las relaciones sociales de producción como consecuencia del aumento del aumento de la tasa de acumulación y del desarrollo de las fuerzas productivas. Este proceso no ocurre de manera homogénea en toda la periferia. Comienza a realizarse (de forma incompleta, como más adelante mostraré) en los países donde la internalización del mercado interno há avanzado más (CARDOSO; MAGNANI, 1974, p. 7).*

O otimismo de Cardoso quanto à superação da condição de dependência o faz rechaçar outro tema caro aos teóricos marxistas da dependência: a noção central da superexploração do trabalho como fundamento do capitalismo periférico. Em sua opinião, nessa proposição estariam indevidamente articuladas etapas distintas e processos sociais por uma relação de necessidade que não guardam mais entre si ligação alguma. A superexploração do trabalho em Marini seria um resquício da “doutrina” do “acúmulo do atraso” de Andre G. Frank, ou melhor, nas palavras de Cardoso, nesse autor ela encontraria sua versão mais elaborada, qual seja, a ideia de que o controle salarial e a distribuição regressiva da renda são condições essenciais para a acumulação capitalista nesse tipo de desenvolvimento acumulador de pobreza e miséria crescentes.

*(...) Quienes llevan esta tesis a sus extremos consideran que las consecuencias limitantes de este estilo de desarrollo residen en el hecho de ser restringido el consumo individual de los trabajadores, puesto que la contradicción esencial de la dependencia latino-americana es la acumulación basada en la superexplotación del trabajador. De este modo, la circulación del capital y la realización de la plusvalía serían frenadas por la forma que adopta la superexplotación (CARDOSO; MAGNANI, 1974, p. 7).*

Portanto, tais teses, falsas e indeterminadas em sua formulação, complementaríamos aquelas anteriormente destacadas no sentido da tendência ao estancamento por falta de mercado consumidor, cuja saída capitalista seria a expansão das exportações e o subimperialismo. Marx havia demonstrado na sua crítica a Ricardo que o essencial para a ampliação da escala de acumulação capitalista é a introdução crescente de tecnologias que tendem a aumentar a parte constante do capital em proporção à parte variável. São a competição entre os capitalistas, a introdução de novas tecnologias e a ampliação crescente da escala de acumulação que dinamizam o sistema, e não a concorrência entre os trabalhadores que leva a “*un descenso relativo creciente del coste de la fuerza de trabajo*” (CARDOSO; MAGNANI, 1974).

*Es cierto que em determinadas etapas (em los períodos de acumulação inicial), la extensión de la jornada de trabajo juega un papel importante en la acumulación. (...) Pero generalizar este razonamiento, para otras etapas, cuando la dinámica de la acumulación está basada ya en la explotación clara de la plusvalía relativa y en el incremento de la tasa de composición orgánica del capital, constituye un anacronismo (op. cit., p. 8).<sup>41</sup>*

41. Pois, segue o autor: “(...) Una vez establecido um sector capitalista avanzado, su dinámica (que pudo haberse beneficiado en la etapa inicial de las reservas de mano de obra y de los “bolsones” de pobreza) ya no depende del desarrollo del subdesarrollo, sino, al contrario, de la creación real de un mercado de consumo de corte capitalista” (op. cit., p. 8).



Dessa forma, segundo Cardoso, a pretensa dialética da dependência se transforma numa teoria das leis (necessidade) de sucessão de etapas ou ciclos de acumulação, na qual se deixa de captar a emergência de novos processos sociais. Destarte, a teoria marxista da dependência configuraria um método congelado em um arsenal de categorias que dificultam a correta caracterização da realidade e, consequentemente, a incapacidade de propor uma política adequada de transformação social.

*As Desventuras da dialética da dependência* (1978) foi um artigo escrito a quatro mãos, por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, publicado na *Revista Estudos* do CEBRAP e tinha como objetivo “fechar as falsas saídas” que supostamente a obra de Marini apresentava para as forças políticas socialistas no Brasil e na América Latina. Os autores se referiam à opção política pela luta armada. Salta aos olhos nesse texto a postura agressiva e deselegante dos autores, distorcendo argumentos de Marini e ao mesmo tempo incorrendo em erros teóricos do ponto de vista da análise marxista do capitalismo. A “crítica” de Cardoso e Serra, no entanto, exerceu enorme influência sobre os meios intelectuais e seus ecos parecem perdurar até os dias atuais (CORREA PRADO, 2010; WAGNER, 2005).

A resposta de Marini aos seus “desventurados críticos”, intitulada *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)*, não fora sequer publicada na mesma revista, o que só veio a ser realizado, naquele mesmo ano, numa edição extraordinária da *Revista Mexicana de Sociologia*, contendo os dois artigos. Esse fato colaborou para o que chamamos de uma duradoura “conspiração de silêncio” em torno de sua obra no país, além da grave incompreensão da produção intelectual desse importante cientista social brasileiro do século XX, cuja obra permanece relativamente pouco difundida. Não se pretende aqui esgotar esse debate, haja vista as múltiplas dimensões e variáveis nele envolvidas. Porém, entende-se sua enorme relevância, pois ali se revelam traços distintivos de princípios metodológicos e de análise da realidade brasileira e latino-americana entre os referidos autores, que muito podem nos ajudar a compreender os caminhos e as opções teóricas e políticas divergentes assumidas por eles no curso da história recente. O debate não somente é revelador de um momento histórico particular, como pode lançar valiosas pistas para refletir o presente e o futuro do capitalismo no continente e, em particular, no Brasil.

Cardoso; Serra (1978, p. 35), na sua crítica teórico-metodológica e política à vertente marxista da teoria da dependência, tratam a obra de Marini como um subproduto de menor expressão do dogmatismo de certa esquerda marxista. Assim afirmam:

(...) interessam-nos criticar as explicações econômicas propostas porque elas, fundamentadas pobremente na teoria marxista, sugerem práticas políticas equivocadas. (...) parece que a rigidez mental de alguns intelectuais leva-os a continuar ostentando, como os mandarins, os lauréis acadêmicos obtidos com um saber que já está morto (...).

Rejeitando as possibilidades de uma “teoria geral do sistema capitalista periférico” com base no conceito de superexploração do trabalho e preocupados em estabelecer bases mais sólidas para os caminhos do socialismo, algo que soaria até mesmo irônico para as posturas atuais dos dois autores, Cardoso; Serra (1978, p. 37) encaminham sua proposta de crítica aos supostos da produção teórica de Marini.

Sem negar no plano valorativo a validade da alternativa socialista, vejamos em que se fundamenta a opção de Marini no plano analítico. Ou seja, examinemos a força teórica da dialética da dependência como método explicativo para discernir ‘as leis de movimento’ que relacionam e explicam os processos e fenômenos acima mencionados. Esclareça-se, desde logo, que a destruição eventual de alguns ou mesmo de todos os principais supostos das teorias de Marini não implica na inviabilidade do socialismo. Por sorte para este (e para as classes dominadas da América Latina) existem outros, e mais sólidos, argumentos para sustentar, por caminhos diferentes, o mesmo resultado.

Essas e outras teses são compartilhadas por outros tantos críticos, como Mantega (1984; 1997),<sup>42</sup> que, se auto incluindo em um grupo que denomina de nova esquerda, manifesta suas profundas divergências com os “neomarxistas”, leia-se Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank. A alegada “rigidez mental” do pensamento de Marini e dos marxistas dependentistas o teriam conduzido por interpretações tortuosas da realidade social, política e econômica da América Latina e do Brasil, que culminariam na “visão catastrofista” do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Marcada pelo excessivo reducionismo econômico, a leitura que esses autores fazem das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na região é identificada com as teses estagnacionistas e subconsumistas, notadamente defendidas pelo estruturalismo cepalino.

Marini (2000b) responde a Cardoso; Serra (1978) demonstrando que a contradição entre produção e consumo individual “surge da própria natureza do capitalismo” (MARINI, 2000b), e que seu impulso à acumulação ilimitada se choca frequentemente com a desproporcionalidade entre os ramos da produção e com as condições antagônicas da distribuição. Essas condições determinam os estreitos limites em que o consumo das massas pode variar.

---

42. O reducionismo com que o atual Ministro da Fazenda trata o pensamento de Marini salta aos olhos na seguinte afirmação, em que identifica a TMD como uma “corrente marxista dogmática ou neomarxista (...) que negava a possibilidade de uma real industrialização ou de qualquer tipo de desenvolvimento capitalista num país retardatário como o Brasil, submetido à ‘exploração imperialista’, e pregava a sua transformação pela revolução socialista como única saída (...)” (MANTEGA, 1997, p. 11). Nessa caracterização, percebe-se claramente os traços da crítica de Serra e Cardoso à referida teoria. Não obstante sua grande contribuição à compreensão e visão de conjunto da chamada Economia Política Brasileira, Mantega (1984) incorre no erro de classificar a TMD no que ele chama de Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista, tributário das teses subconsumistas e estagnacionistas da CEPAL. Ao contrário, como bem reconhecem Valencia; Martins (1998, p. 429), “autores dependentistas, como Marini, Theotônio e Frank, cada um com sua especificidade, postulam o caráter capitalista desse desenvolvimento, mas ressaltam uma marcada insuficiência de suas forças produtivas, o que conduz ao ‘subdesenvolvimento’ devido à dependência estrutural manifesta, por exemplo, em matéria de tecnologia da produção de capital constante ou de produção de ciência e conhecimento”.

O que Marini procurar demonstrar é como a lei geral da acumulação, que provoca a polarização entre riqueza e miséria na sociedade capitalista, se efetiva de modo mais radical nas condições estruturais das economias periféricas.

É assim que se apresenta o problema da contradição entre a produção e o consumo individual, na teoria marxista do capitalismo, que se presta a tudo, menos à apologia do sistema. Minha análise da economia latino-americana e brasileira só faz aplicar essa teoria a uma realidade concreta, que se caracteriza pelo fato de que, na raiz das próprias condições de sua formação e desenvolvimento histórico, agrava até o limite as contradições inerentes à produção capitalista. É esta característica geral da economia dependente que a induz a extremar a desproporcionalidade entre os setores, tanto de produção de bens de capital em relação ao de bens de consumo, como de bens de consumo suntuário em relação ao de bens de consumo necessário, assim como a agudizar as condições antagônicas de distribuição, levando a que a contradição entre produção e consumo individual, própria da economia capitalista em geral, assuma o caráter de um divórcio progressivamente acentuado entre o aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas (MARINI, 2000b, p. 236).

Não é apenas com a demanda interna que Marini está preocupado, mas com a demanda global que a produção capitalista dependente exige (MARINI, 2000b).

O que eu sustento é, simplesmente, que a superexploração, ao restringir o consumo popular, não o converte em fator dinâmico de realização e leva a que os ramos orientados para o consumo popular 'tendam à estagnação e inclusive à regressão' (DD, p. 73) ou se expandam com base no mercado mundial: 'A exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, se converte, então, na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores disruptivos que a afligem' (DD, p. 75) (*op. cit.*, p. 192).

Cardoso não enxerga que, tal como Marx, Marini postulava que o problema da realização da mais-valia, em última instância, seria função das decisões de gastos dos capitalistas entre a acumulação e o próprio consumo individual, não interferindo, para essa finalidade, nos gastos dos trabalhadores. Então, a superexploração implica, paradoxalmente, a tendência para a não desvalorização da força de trabalho, já que o desenvolvimento limitado das forças produtivas naqueles ramos que reproduzem o valor da força de trabalho ocorre concomitante a um grau relativamente atrasado de produtividade do trabalho, em comparação aos demais ramos (suntuários e bens de capital).

Como já destacado anteriormente, a introdução do progresso tecnológico se traduz em maior exploração do trabalhador nas condições de reprodução do capital nas economias dependentes.<sup>43</sup> O progresso técnico, fundamentalmente

43. "(...) o que se pretende mostrar no meu ensaio é, primeiro, que a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações distintas, segundo o predomínio de uma forma determinada" (MARINI, 2000a, p. 160).

aplicado aos ramos industriais orientados para o consumo da alta esfera de circulação, não se traduz em lucros maiores através da ampliação da taxa de mais-valia, mas, sobretudo, mediante o aumento da massa de valor, ou seja, da quantidade de produtos fabricados, o que leva a um grande problema de realização nas economias latino-americanas.

O estímulo à demanda de consumo dos capitalistas e das camadas de renda média alta que vivem da mais-valia encontra limites na compressão do nível de vida das massas, reproduzindo, assim, na economia industrial, o modo de circulação que corresponde à produção fundada na superexploração do trabalho, como já dito no divórcio do aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas. Ocorre, portanto, uma tendência à “reaproximação do modelo industrial dependente ao da economia exportadora” (MARINI, 2000a, p. 149).

A restrição do mercado interno se contrapõe à necessidade de realizar massas crescentes de valor, contradição esta que não pode ser resolvida por meio da ampliação da esfera alta de consumo no interior da economia dependente. A superexploração do trabalho, possibilitada pelo imenso exército industrial de reserva e ao representar uma compressão dos salários, bloqueia a criação de demanda dos bens suntuários pelos trabalhadores, restringindo aos capitalistas e às camadas médias altas a realização dos bens de luxo e então a necessidade de expandir para o exterior o ciclo do capital, agora sobre uma base industrial. A realização de parte dessas mercadorias no mercado mundial por meio da exportação, tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, seria a saída para as dificuldades internas de realização da produção dependente com base na superexploração do trabalho.

#### 2.4.7 À guisa de conclusão

Não seria possível tratar em tão breves páginas todos os aspectos envolvidos na formulação do conceito de superexploração do trabalho no interior da Teoria Marxista da Dependência. Porém, neste capítulo, procurou-se expor seu núcleo essencial, observando que muitas críticas formuladas contra a TMD e, em particular, aos trabalhos de Ruy Mauro Marini partem de confusões teórico-metodológicas que levaram muitos de seus formuladores a inverter e distorcer argumentos. Como reconhece o próprio Marini, sua teoria dialética da dependência não procurava senão esboçar as linhas mestras de um modo de interpretação das leis específicas que regem o desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema. O conceito de superexploração atua, nessa construção teórico-interpretativa, como conceito-chave, ainda que não exclusivo, para compreender a dinâmica das formações sociais dependentes, sendo que a tarefas de atualização e aprofundamento das investigações caberiam às gerações futuras de pesquisadores.

Os teóricos dependentistas marxistas não postulavam a impossibilidade de desenvolvimento do capitalismo nos países do subcontinente.<sup>44</sup> Não é correta a proposição de Cardoso em sentido contrário; uma análise mais cuidadosa não admite essa conclusão. A questão é que as contradições desse processo são ainda mais agudas na periferia, algo totalmente distinto de afirmar sua impossibilidade. Daí o tom metafórico da réplica de Marini, comparando Serra e Cardoso aos personagens de Miguel de Cervantes, que constroem seus moinhos de vento para, em seguida, derrubá-los. O correto é que os teóricos da TMD afirmavam a possibilidade de crescimento econômico e industrial da América Latina, projetando inclusive a internalização dos ciclos industriais nessas economias, ainda que permanecessem acorrentados ao jugo do imperialismo.

### 3 CRISES, GLOBALIZAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

O modo de produção capitalista suplantou as formas tradicionais de intercâmbio do homem com a natureza (as chamadas formações sociais pré-capitalistas) e, mesmo aquelas que resistiram à passagem do tempo, tiveram sua dinâmica alterada pelo confronto com as relações sociais modernas de caráter burguês-capitalista. De modo algum, deve-se entender esse processo no sentido de uma sucessão mecânica de modos de produção ao longo do percurso histórico da humanidade. Trata-se, isto sim, da síntese de múltiplas contradições e dos caminhos possíveis então abertos à passagem da práxis histórica do homem, não havendo, por isso, uma lei férrea da história que dita sua marcha inexorável, mas trajetórias permeadas por necessidades e contingências que moldarão seu curso, bem como sua forma de compreensão.

Tendo chegado a um novo estágio em sua trajetória, não há como negar as dificuldades que se interpõem no transcurso do presente para apreender as novas dimensões do capitalismo: suas crises, suas novas dinâmicas de reprodução e de luta de classes, novos processos de trabalho, mudanças na divisão internacional do trabalho, o extraordinário e, até certo ponto, surpreendente desenvolvimento econômico da China, entre outros tantos fenômenos. Há que se concordar que o capitalismo atual encontra-se atravessado por grandes novidades, cujos contornos ainda são pouco previsíveis no longo prazo.

Ao mesmo tempo, podemos afirmar que as ciências sociais não saem incólumes desse processo e correm o risco de se tornarem um saber cada vez mais esclerosado e uma abordagem fetichista da realidade. A ciência econômica,

---

44. "(...) Ruy Mauro Marini também não pode incluir-se nesta concepção estancacionista, pois suas teses de 1967 sobre o sub imperialismo brasileiro arrancavam da ideia do surgimento do capital financeiro (união do capital bancário e industrial) no Brasil e no seu fortalecimento pelo golpe militar. Elas mostravam exatamente o papel do Estado brasileiro como o criador de mercado interno em substituição às reformas estruturais que o golpe inviabilizou. Nem André G. Frank, apesar de que seu método estrutural-funcionalista, que fui um dos primeiros a criticar, possa conduzir à ideia de uma certa continuidade das formas de dependência, independentemente das mudanças nas forças produtivas, pode ser acusado de estancacionista" (DOS SANTOS, 1994, p. 6).

por exemplo, não é mais a mesma desde o *crash* de 2008; suas previsões fiadas na exatidão matemática se mostraram exatamente incorretas. A elegância presente nas supostas demonstrações das forças automáticas de correção dos desequilíbrios operadas pelo livre jogo de mercado de nada adianta se os agentes insistem em agir “deselegantemente” na busca desenfreada de seus *benefícios* individuais, ações essas que de maneira alguma convergem para um resultado coletivo harmonioso e “ótimo”. Não obstante, para aqueles que ainda creem com fé cega nas forças do mercado, sobretudo entre os economistas em geral, o tom é de perplexidade.<sup>45</sup>

O resultado geral dos ajustes macroeconômicos e das reformas liberalizantes foi o grande aumento das desigualdades socioeconômicas entre nações e no interior destas. A financeirização das economias estadunidense e europeia não resolveu os problemas estruturais que o capitalismo vivencia desde os anos 1970; antes, agravou as consequências da sobreacumulação de capital que está na origem dos desequilíbrios que se apresentam hoje. Mirando nas realidades, considera-se que não é menor o desafio de entender as formações latino-americanas nesse novo contexto histórico. Ajustando as lentes de percepção, pode-se enxergar na realidade latino-americana e brasileira, *por supuesto*, as mazelas de um desenvolvimento capitalista periférico sob novas e velhas roupagens.

O suposto de que as leis econômicas são universais e válidas a todo tempo, eternizando o capitalismo e as relações sociais que nele predominam, impregna o pensamento neoliberal. Sabe-se, no entanto, desde os economistas clássicos, passando por Marx, que a economia capitalista tem suas leis próprias, definidas por relações sociais específicas, onde a política e a estrutura de classes também desempenham papel fundamental.

Os apologistas do capitalismo nesse século XXI frequentemente tentam demonstrar a inexorabilidade da globalização capitalista ao mesmo tempo em que ocultam aquilo que Milton Santos (2005) definiu como a perversidade desse processo resultante da forma como a globalização realmente é.<sup>46</sup> Um dos efeitos desse esforço é enterrar na mesma vala comum da história os destroços do “socialismo” soviético junto com todo o marxismo. Ao igualar a vulgata stalinista do pensamento de Marx com a tradição crítica do marxismo, operou-se uma formidável

45. Em março de 2011, o FMI promoveu seminário em que reuniu economistas renomados para avaliar os efeitos da crise sobre o pensamento econômico dominante. Olivier Blanchard, então economista-chefe do FMI, entre outras coisas, falou da necessidade de um novo pensamento econômico depois da crise. Em entrevista ao Valor Econômico de 20/04/2011 afirmou: “*Aprendemos que existem coisas em que acreditávamos que provavelmente não são corretas. Temos que repensar como executamos políticas macroeconômicas, mas ainda não chegamos lá. Ainda falta muito*”. Já Dominique Staruss-Kahn, à época diretor-gerente do FMI, ponderou: “*Precisamos de uma nova forma de globalização, uma globalização mais justa, com face mais humana*” (...) “*Embora o mercado deva permanecer no centro do palco, a mão invisível não deve se tornar o punho cerrado invisível*” (RIBEIRO, 2011).

46. Numa interessante síntese que realiza o eminente geógrafo baiano Milton Santos, ele distingue a globalização sob três processos: 1) a globalização enquanto fábula, tal como fazem crer, 2) a globalização como perversidade, ou como ela realmente é, e 3) a globalização como ela pode ser, ou por uma outra globalização.

deformação da práxis inscrita no materialismo histórico, enquanto pensamento crítico e guia de ação política.<sup>47</sup> Na contramão dessa perspectiva, pretende-se aqui tentar esboçar alguma contribuição para uma atualização e renovação da crítica teórica e prática ao sistema de metabolismo do capital.

Nesse capítulo, serão apresentados alguns argumentos sobre as possíveis relações entre crise estrutural e as transformações que o capitalismo vem atravessando nas últimas quatro décadas, confrontadas com a hipótese da tendência de generalização da superexploração da força de trabalho no modo de funcionamento global do sistema capitalista, o que emprestaria atualidade à perspectiva que está presente numa fase mais tardia da obra de Ruy Mauro Marini. O entendimento dessa problemática implica enquadrá-la numa perspectiva histórica. Desse modo, pretende-se discutir a validade dessa hipótese, que aponta para a tendência de generalização do regime de superexploração da força de trabalho como um dos mecanismos acionados pelo modo de produção capitalista, no sentido de se contrapor à crise de lucratividade e às dificuldades em obter taxas de acumulação adequadas à manutenção da reprodução ampliada do capital.

Ruy Mauro Marini foi um dos primeiros autores a se debruçar sobre essa questão em meados dos anos 1990, quando a globalização, o neoliberalismo e o desenvolvimento das forças produtivas do capital provocavam uma redefinição da divisão internacional do trabalho e, com ela, do padrão de reprodução das relações entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas.

### **3.1 A hipótese da generalização da superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**

Conforme procurou-se demonstrar no capítulo anterior, Marini chamou a atenção dos estudiosos das formações sociais latino-americanas para o caráter singular do desenvolvimento do capitalismo nessa região, cujo motor, a superexploração do trabalho, define um padrão específico de reprodução das relações capitalistas. Sua dinâmica estaria baseada em condições tais que a força de trabalho seria remunerada, em média, por baixo de seu valor, expressando dessa forma uma atuação mais aguda das leis de movimento do capital.

---

47. Tropeçando nas próprias “cadeias de ouro” que forjara para si no pós-guerra, o movimento operário mesmo contribuiu para liquidar com a mais avançada de suas invenções, relegando a dialética materialista a uma mera curiosidade histórica. O compromisso social democrático do Estado de bem-estar social implicava a renúncia da luta sindical pela superação do modo de produção capitalista em favor dos ganhos salariais. Esse padrão de regulação da relação capital-trabalho foi minado com a recomposição do capital a partir dos anos 70 do século XX, através da reorganização dos processos de produção e, sobretudo, com a expansão do exército de reserva, permitindo restaurar a hegemonia do capital no plano da produção material e simbólica e no da política. Sob outras circunstâncias históricas, nos parece que as velhas e novas lideranças do movimento operário, de forma quase generalizada, aderiram à nova ordem instalada pelo capital, aceitando seus pressupostos sem maiores questionamentos.

A hipótese da generalização da superexploração do trabalho no modo de funcionamento global do sistema capitalista está sintetizada num texto tardio escrito por Marini e intitulado *Processos e tendências da globalização capitalista* (1995), no qual o autor procura delinear algumas características essenciais da fase mais avançada de integração do mercado mundial. Esse teria chegado a um grau de amadurecimento que determinaria o pleno restabelecimento da lei do valor, através da progressiva superação das barreiras nacionais à sua atuação (MARINI, 2000c). Nesse novo contexto, a ascensão do neoliberalismo serviria como uma mola propulsora para os propósitos da livre circulação de mercadorias e capitais.

O processo de internacionalização da indústria, que a partir de então se verifica, e sua difusão sobre as economias dependentes apresentam uma diferença essencial daquela observada imediatamente no pós-guerra, quando multinacionais se trasladavam para obter ganhos a partir de vantagens criadas pelo protecionismo comercial. De modo oposto, a nova base de expansão geográfica dos processos produtivos ocorreria sob uma aguda competição intercapitalista em escala mundial. A superexploração da força de trabalho irá adquirir um papel de destaque nesse processo, na medida em que se “aumenta a importância do trabalhador enquanto fonte de lucros extraordinários” (MARINI, 2000c).

Mesmo se naturalmente, sua qualificação e destreza variam de nação para nação, sua intensidade média se eleva à medida que se vale de tecnologia superior, sem que necessariamente isto se traduza em redução significativa das diferenças salariais nacionais. Entende-se assim que se venha acentuando a internacionalização dos processos produtivos e a difusão constante da indústria para outras nações, não já simplesmente para explorar vantagens criadas pelo protecionismo comercial, como no passado, mas, sobretudo, para fazer frente à agudização da competição a nível mundial. Neste movimento, desempenha papel destacado, ainda que não exclusivo, a *superexploração do trabalho* (*op. cit.*, p. 290).

O sentido da concorrência numa economia nacional é o de nivelar o tempo médio de produção a partir do qual se fixará o preço relativo da mercadoria, levando-se em conta parâmetros como o grau médio de qualificação do trabalho, o acesso dos capitalistas a inovações tecnológicas, bem como a duração da jornada de trabalho e seu nível médio de intensidade. A obtenção de lucros extraordinários, nesse caso, torna-se um processo menos duradouro. Por outro lado, no plano do mercado mundial, as condições para o processo de nivelamento das condições sociais médias de produção encontram algumas barreiras em variáveis como transferência de tecnologias, diversidade do grau de qualificação dos operários, dificuldades de informação relativa aos processos produtivos etc., de modo que a preservação de lucros extraordinários torna-se mais eficiente.

O ingresso do mercado mundial numa nova fase de expansão das trocas e de incremento da produção, destinada a cobrir um raio geográfico mais amplo



na virada dos anos 1980 para os anos 1990, conduz a uma intensificação da concorrência global entre as grandes empresas, acentuando a utilização de meios para obtenção de lucros extraordinários. De acordo com Marini (2000c), a manutenção de monopólios tecnológicos por longos períodos tornou-se cada vez mais difícil para as grandes empresas. Novas formas de redução de gastos com a circulação de mercadorias e de descentralização da produção resultam não apenas em níveis superiores de centralização do capital, como facilitam a difusão tecnológica, que tende a padronizar as mercadorias, bem como tornar mais homogêneos os processos produtivos (tendendo a equalizar os níveis de produtividade e de intensidade médias do trabalho). Os avanços tecnológicos na área da informação e da comunicação permitem reduzir as assimetrias no que tange ao conhecimento das condições de produção e à definição dos preços relativos, sobretudo para os setores produtivos mais integrados ao mercado mundial (MARINI, 2000c).

A introdução das novas tecnologias provocaria de um só golpe o crescimento da produtividade do trabalho, que se faz acompanhar do aumento de sua intensidade média e da recomposição do exército industrial de reserva.

Deste modo se generaliza a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho. Sua consequência (que era sua causa) é a de fazer crescer a massa de trabalhadores excedentes e agudizar sua pauperização, no momento mesmo em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos (MARINI, 2000c, p. 291).

É importante desatacar essa observação de Marini na citação anterior. Se o autor estiver correto, ela indica que a superexploração do trabalho nos centros avançados assume um caráter diferenciado daquele presente nas economias dependentes. Sendo, nestas últimas, um traço estrutural e irrevogável do seu desenvolvimento (ao menos nos marcos do capitalismo) e que pode se manifestar em todas as fases de sua evolução, nas economias centrais ela tende a aparecer com mais nitidez em fases descendentes dos ciclos econômicos.

Dessa forma, aquilo que seria pressuposto de sua existência no mundo subdesenvolvido (a massa de trabalhadores excedentes e sua pauperização) é o que é posto por ela nas economias avançadas. Portanto, acredita-se que não se pode deduzir da hipótese da generalização da superexploração da força de trabalho para as economias centrais no atual ciclo mundial de acumulação, rigorosamente, os mesmos efeitos que teriam nas economias periféricas ou semiperiféricas no que tange, por exemplo, à natureza específica (extrovertida) do seu ciclo de reprodução do capital ou aos problemas derivados da estreiteza do mercado de consumo doméstico. Essas e outras questões serão desenvolvidas adiante.

### 3.2 Uma breve economia política do pós-guerra

A hegemonia norte-americana se consolida após a Segunda Guerra Mundial, quando sua economia, impulsionada pelo conflito bélico, atrelado a um febril desenvolvimento econômico, tecnológico e militar, passou a centralizar o capital dinheiro internacional, posição corroborada pela constituição da maior reserva mundial de ouro (72% em 1948) (MARINI, 1977). Coube a essa nação a tarefa de reorganizar a economia capitalista mundial após o fim da Segunda Grande Guerra, o que obrigou o imperialismo norte-americano a atuar, principalmente, em duas direções: *i*) no restabelecimento das condições de funcionamento normal do mercado mundial, assegurando, com isso, a colocação dos enormes excedentes comerciais que sua capacidade produtiva era capaz de gerar e *ii*) na ampliação do raio para a acumulação de capital, com o objetivo de promover a absorção produtiva da imensa massa de dinheiro engendrada pela sua prosperidade (MARINI, 1977).

A criação dos organismos mundiais multilaterais na conferência de Bretton Woods (1944) – FMI, BIRD, BID e o GATT<sup>48</sup> – forjou os instrumentos básicos para a reestruturação capitalista então em curso e a consolidação do poder hegemônico do imperialismo norte-americano. A recomposição da economia capitalista mundial em benefício de seu capital privado se fez perceber, também, através de acordos bilaterais firmados pelos Estados Unidos, como os programas de ajuda exterior (econômica e militar) e a política financeira, que resultaram no crescimento substancial de seus investimentos e na concessão de créditos no exterior, ao que se seguiu o endividamento governamental dos países estrangeiros.

A partir da década de 1950, as bases da expansão se modificam. A Guerra da Coreia (1953) trouxera consequências inflacionárias, enquanto uma saída massiva de capitais privados para o exterior originou uma série de déficits na balança de pagamentos, situação que, na década posterior, levaria à crise monetária que redundou na inconversibilidade e desvalorização do dólar frente ao ouro. Paralelamente à expansão veloz da circulação internacional do dólar em papel moeda, as reservas norte-americanas em ouro progressivamente baixavam. Com a emergência do mercado de eurodólar, ampliava-se consideravelmente a circulação monetária internacional, cujo controle passava a ser exercido cada vez mais por bancos privados. Nesse contexto de expansão e transformação do mercado de capital-dinheiro, acompanhado pela expansão de filiais de bancos norte-americanos no exterior, o reordenamento da economia capitalista mundial e a expansão monetária formaram as bases para que o capital privado norte-americano ampliasse seu raio de acumulação, integrando, sob seu controle, outros aparatos produtivos nacionais (MARINI, 1977).

48. Respectivamente, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (atual Banco Mundial), Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (atual Organização Mundial do Comércio).

A raiz desse movimento se confunde com o acelerado processo de monopolização que, como sabe-se, é um fenômeno normal das condições de funcionamento das economias capitalistas e que se amplia à medida que a escala de acumulação cresce. Os monopólios norte-americanos se voltam ao exterior e, com isso, enormes massas de capital são transferidas na forma de inversões diretas no estrangeiro, operações de empréstimos e de financiamentos. As estruturas das empresas são forçosamente modificadas para atender as exigências de internacionalização do capital produtivo. Surgem as gigantescas empresas, cuja procedência nacional se perde em intrincados processos de fusões, associações e acordos. Outra razão para a expansão das exportações de capital resulta do forte crescimento das indústrias de bens de capital ou de materiais bélicos que se observou ao longo do pós-guerra nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão. O processo de internacionalização, dessa maneira, permite que a valorização e a realização do capital ocorram numa escala verdadeiramente mundial.

A redução do prazo de amortização do capital fixo, como consequência das inovações tecnológicas, acentua ainda mais essa tendência. Os grandes capitais, movidos pelo impulso da mais-valia extraordinária no âmbito do acirramento da concorrência, são forçados a substituir o capital fixo antes de sua total amortização. A exportação desses capitais para áreas de menor desenvolvimento tecnológico, onde representam inovações e há a disponibilidade de uma força de trabalho remunerada a níveis mais baixos, permite que a amortização se complete e ao mesmo tempo esteja aberto o caminho para a renovação tecnológica dos centros capitalistas avançados.

O progresso tecnológico, por sua vez, não incide somente na circulação do capital produtivo, mas também, de maneira decisiva, na circulação do capital dinheiro. As inovações encurtam a rotação do ciclo do capital circulante e incrementam a produtividade do trabalho, de sorte que parte do capital desembolsado se torne supérflua para o processo de produção e se desvincule deste, a menos e até que se amplie novamente a escala de produção. Uma vez “expulso” da órbita do capital produtivo, o capital dinheiro não deixará de perseguir sua valorização e buscará seu retorno à esfera produtiva através do mercado financeiro. É o que explica a expansão do mercado de dinheiro, que se manifestou no auge bancário já mencionado e respondeu em boa medida pelos fluxos de exportação do capital. Não é exclusivamente a mais-valia gerada que produz tais resultados, já que a desvinculação do capital dinheiro é também resultado da própria mecânica da reprodução do capital, quer dizer, da simples redução do período de rotação.

A crise de superacumulação de capital já no final dos anos 1960 espalhava sobre as economias capitalistas avançadas os sinais da chamada *estagflação*, uma combinação, inesperada pelos economistas e estadistas, de recessão, desemprego

e inflação, que perduraria por boa parte dos anos 1970. Naquela oportunidade, vários Estados ocidentais, inclusive o Reino Unido, passavam por graves crises fiscais e o sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods, lastreadas em reservas de ouro, alcançava seus limites. O fluxo de dólares escapava ao controle norte-americano e inundava o mercado europeu, o que acabou por pressionar aquele modelo cambial, levando ao abandono da paridade ouro-dólar em 1971. O arranjo político-institucional do chamado liberalismo embutido<sup>49</sup> (Estado de bem-estar social), alicerçado no compromisso entre Estado, trabalho e capital, chegava ao esgotamento e, com ele, ruíam as altas taxas de crescimento experimentadas depois de 1945 nos países capitalistas desenvolvidos.

A resposta à estagflação implicou no recurso a uma nova ortodoxia econômica<sup>50</sup> que abandonava o keynesianismo e abraçava, então, mais explícita e radicalmente, as soluções de cunho monetarista. Paul Volcker, ao assumir a presidência do *Federal Reserve Bank*, em outubro de 1979, na vigência ainda do governo de Jimmy Carter, inaugurou uma trajetória de mudanças abruptas na política monetária dos Estados Unidos com a elevação da taxa de juros, o que provocaria uma duradoura recessão na economia norte-americana. A taxa de juros reais sobre os bônus do Tesouro dos Estados Unidos passara em poucos meses de 2-3% a 10-12% no início da década de 1980. A ruptura do Sistema de Bretton Woods e a hegemonia da moeda norte-americana conferiram ao país um alto grau de liberdade na gestão das políticas cambiais, monetárias e fiscais, instituindo o câmbio flexível e a livre mobilidade de capitais.

A lógica da valorização capital dinheiro (da valorização financeira), na qual um papel central é reservado ao chamado capital fictício, aquele que Marx definiu como o capital sem substância de valor, tornado puramente formal ou ideal, ganha o mundo desenvolvido quando vai abaixo o pacto de longa duração dos Estados democrático-liberais, cujas políticas econômicas pressupunham um estrito controle sobre o movimento dos capitais financeiros. O geógrafo britânico David Harvey forjou o conceito de “acumulação flexível” para dar conta da ofensiva histórica do capital no sentido de (re)construir as condições para uma valorização mais livre de toda a sorte de constrangimentos que prevaleciam nas estruturas estatais das economias desenvolvidas. O esgotamento do fordismo e do keynesianismo como paradigmas produtivos e de políticas de estado abre caminho para a flexibilidade (acumulação flexível) como um novo paradigma dos processos tecnológicos de produção, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos novos padrões de consumo.

---

49. “Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente ‘liberalismo embutido’, para sinalizar como os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que às vezes restringiu, mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial” (HARVEY, 2008, p. 21).

50. Ao assumir a dianteira no processo político pós-crise, o neoliberalismo contava com um bem financiado “banco de ideias” formado por instituições em torno da Mont Pelerin Society (Suíça), tais como o Institute of Economic Affairs, em Londres, e a Heritage Foundation, em Washington.

Por sua vez, François Chesnais identifica nesse movimento a emergência de um “regime de acumulação com dominância financeira” como resultado do processo de desregulamentação e de liberalização ocorrido nos Estados Unidos e no Reino Unido desde 1979. Gerard Duménil e Dominique Lévy também destacam o poder da finança, em termos de hegemonia do capital financeiro, como expressão do neoliberalismo. A finança como potência autônoma, forma de manifestação do capital, que já havia sido vislumbrada por Marx, conquista, no início dos anos 1990, lugar dominante por meio dos mercados e operadores financeiros. Todavia, o capital fictício, que não tem a propriedade de criação de valor e riqueza reais por si só, pode apenas reproduzi-la como mecanismo de centralização de frações de mais-valia. Por isso, o poder das finanças repousa sobre fundamentos reais, sendo a exploração do trabalho a substância econômica dos ganhos de capital no mercado de ações (bolsas de valores) ou nos mercados de títulos de diferentes modalidades, entre eles títulos das dívidas públicas, dos sistemas de financiamento imobiliário, de empréstimos ao consumo pessoal, de derivativos etc. Adiante será visto como essa dependência do capital financeiro perante a esfera produtiva real da economia terá consequências para o regime de exploração da força de trabalho que se instaura no capitalismo financeirizado.

### 3.3 Mundialização do capital e a reconfiguração do imperialismo<sup>51</sup>

O processo de *globalização*<sup>52</sup> que marca a passagem do século XX para o século XXI encerra uma totalidade complexa e contraditória que articula fenômenos como o aprofundamento da internacionalização produtiva,<sup>53</sup> a liberalização e expansão dos fluxos de comércio internacionais e, sobretudo, o “inchaço” ou a hipertrofia do sistema financeiro internacional, a partir da desregulamentação dos mercados financeiros e da abertura das contas de capital das economias nacionais.

---

51. “(...) O imperialismo não é uma questão de escolha, para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida” (MAGDOFF, 1978, p. 22).

52. Aqui o termo *globalização* é utilizado num sentido restritivo, referindo-se a um momento específico da evolução do sistema capitalista, a partir do final do século XX. No entanto, é possível um tratamento mais complexo desse conceito, como o faz Balanco (1999; 2007), construindo uma teoria dialética da globalização, na qual equipara esse fenômeno a uma lei estrutural, que se expressa na “concretização da tendência e da necessidade do capitalismo à expansão geográfica de suas relações fundamentais”. Assim, o conceito dialético de globalização abrange um período histórico muito mais largo, que remonta à constituição e ao desenvolvimento do mercado mundial.

53. Martins (2009) destaca a emergência das chamadas empresas globais como forma mais avançada do processo de transnacionalização empresarial, responsável pelo movimento que o autor denomina de “globalização da superexploração”. Esta reorganização da divisão internacional do trabalho é comandada por novas unidades de produção que concentram a maior parte das inovações tecnológicas. A “morfologia” dessa nova estrutura é assim descrita pelo autor: “De um lado, as empresas globais monopolizam a ciência e o conhecimento simbólico – que se transformaram desde os anos 1970 na principal força produtiva – em suas unidades localizadas nos países centrais e produzem mercadorias de alto valor agregado para o mercado mundial; de outro, descentralizam a tecnologia e o conhecimento incorporado para elevar a intensidade tecnológica do trabalho superexplorado da periferia e semiperiferia, dirigindo-os à elaboração de partes e componentes de baixo e médio valor agregado, também para a economia mundial. Com isso, deslocam a concorrência de bases nacionais para globais, bem como os padrões de competição empresarial” (*op. cit.*, p. 212).

Todos esses fenômenos se apoiam nos avanços radicais que as forças produtivas capitalistas conheceram no período que compreende a passagem do pós-guerra para o século XXI, tendo como pano de fundo, contraditoriamente, a entrada do capitalismo numa profunda crise de longa duração. Essa situação tornou viável a introdução em larga escala de novas tecnologias de base microeletrônica, ensejando um salto qualitativo na mobilidade e na redução de barreiras à circulação do capital: *i*) facilidades no deslocamento de plantas de produção entre países e regiões; *ii*) reordenação espaço-temporal dos processos de acumulação de capital e dos fluxos de troca e investimentos e *iii*) ampliação sem precedentes do raio de ação do chamado capital monetário e seu derivado, o capital fictício.<sup>54</sup>

Supondo a vigência das leis básicas de movimento da acumulação de capital ainda nos dias de hoje, a sobrevivência do modo de produção capitalista depende da recriação permanente das condições para a conservação e a valorização do capital constante pelo capital variável. O capital não pode escapar desse vínculo problemático, tenso e contraditório com o trabalho vivo que regula o movimento de reprodução das condições básicas de preservação e ampliação do sistema. Assim, tão logo a ameaça de bloqueio à reprodução se espalhou pelo sistema, as classes proprietárias e seus dirigentes políticos trataram de pôr em prática estratégias de recuperação dos graus de liberdade perdidos com as conquistas democráticas das lutas sociais no mundo desenvolvido e das lutas anti-imperialistas do mundo subdesenvolvido. Nos centros de acumulação capitalista, os instrumentos mobilizados pelas forças políticas, sociais e econômicas do capital vão desde o desmonte gradativo do Estado de bem-estar social ao recurso das velhas teorias de legitimação do *status quo* empregadas sob roupagens pós-modernas.

A periferia da economia mundial, em sua estrutura heterogênea de formações econômico-sociais, acabou sofrendo os efeitos da deterioração das condições de acumulação nas economias desenvolvidas. Assim, entre outras consequências, uma severa crise de endividamento atinge os países do então chamado Terceiro Mundo, provocando uma torrente avassaladora de socialização dos prejuízos entre as populações mais vulneráveis, com a cumplicidade de suas classes dirigentes aos ditames dos poderes imperialistas. Agravaram-se os problemas da pobreza absoluta e relativa, da degradação ambiental, do desemprego e da espoliação dos recursos naturais, ampliando a condição de dependência e de superexploração do trabalho do mundo subdesenvolvido.

---

54. "As atitudes colocadas em prática desde então com a finalidade de reversão [do declínio] da taxa de lucro aconteceram com a introdução de grandes transformações na estrutura de funcionamento do capitalismo contemporâneo. Estas podem ser sintetizadas, em linhas gerais, como medidas voltadas para a *desvalorização do trabalho* mediante amplos processos de reestruturação produtiva, inovação tecnológica, desregulamentação e aprofundamento da integração econômica dos países ao núcleo orgânico do sistema" (BALANCO, 2007, p. 15, grifos nossos).

Nesse contexto, as desregulações promovidas pelo neoliberalismo produziram a liberação de uma gigantesca massa de capitais da esfera produtiva para os mercados financeiros em expansão. Através do acentuado processo de inovação de seus instrumentos financeiros, esses capitais lograram valorizar-se por meio de ganhos especulativos. Logo, a expansão do capital produtivo tende a ser limitada diante da liberalização dos fluxos financeiros, que passam a ditar os parâmetros das políticas fiscais e monetárias dos Estados nacionais. Essa nova etapa do capitalismo tende a agravar as contradições do processo de produção e circulação do capital e se manifestam no continuado excesso de capacidade produtiva em diversos setores, nas baixas taxas de acumulação de capital, nos elevados níveis de desemprego e na transferência de renda das classes mais pobres para as elites econômicas.

O processo de mundialização financeira que se verificou nas últimas décadas, baseado na interligação entre subsistemas nacionais fortemente hierarquizados (CHESNAIS, 1998), provocou o crescimento desmesurado das transações de natureza especulativa, também conhecido como processo de financialização<sup>55</sup> da economia capitalista e que se tornou a principal fonte de instabilidades macroeconômicas no capitalismo contemporâneo. O alargamento daquilo que Marx chamou de capital portador de juros e de capital fictício, centralizando parte dos lucros não investidos das empresas e da poupança das famílias, representados pelos chamados investidores institucionais, intensifica a busca de controle da produção pelo capital dinheiro. Portanto, a lógica da valorização financeira se impõe à esfera produtiva, mudando o comportamento do próprio capital produtivo, que também busca incorporar a lógica financeira em sua atuação, fazendo com que parte expressiva de seus ganhos provenha de investimentos de natureza especulativa, o que traz consequências para a relação salarial.

O controle que as instituições financeiras pretendem exercer sobre o valor e mais-valia, assim como sua entrada no capital dos grupos industriais estão na origem das transformações gerais das relações salariais (flexibilização, precarização, redução do nível médio dos salários reais); freqüentemente, as inovações tecnológicas não passam de instrumento adicional para impor essas transformações (inclusive sob a forma de discursos teóricos que contribuíram para ganhar a adesão de certos setores ou para neutralizar certas oposições). Os preceitos da reengenharia industrial, servindo-se da *corporate governance*, desempenham papel central nessa transformação qualitativa da relação salarial (CHESNAIS, 1998, p. 260).

---

55. "Financialisation should be understood against the background of hesitant productivity growth, altered work practices, and global shifts in productive capacity. Since the late 1970s, real accumulation has witnessed mediocre and precarious growth, but finance has grown extraordinarily in terms of employment, profits, size of institutions and markets. There has been deregulation, technological and institutional change, innovation, and global expansion. Finance now penetrates every aspects of society in developing countries while its presence has grown strongly in developing world. Perhaps the most significant development, however, has been the rise of direct exploitation of workers and others. While real accumulation has been performing indifferently, the capitalist class has found new sources of profits through the revamped mechanisms of finance" (LAPAVITSAS, 2008, p. 12-13).

O sistema financeiro global, *grosso modo*, é composto pelos mercados de ações, moedas, derivativos, empréstimos e bônus, em geral, bastante desregulados e dinamicamente instáveis, fragilmente sustentado por um sistema monetário hierarquizado e assimétrico, cuja liderança cabe às divisas dos países economicamente mais poderosos, especialmente os Estados Unidos, detentor da moeda-chave de reserva internacional. O dólar exerce, então, as funções típicas de uma moeda numa escala internacional como meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor. Os países periféricos ou semiperiféricos, não obstante, se mantêm numa posição subordinada no interior desse sistema, onde os fluxos de capitais para esses países dependem fortemente de fatores exógenos, tornando-os mais vulneráveis às turbulências financeiras globais, sejam elas motivadas por reversões nos ciclos de acumulação das economias mais dinâmicas, pelas mudanças na condução de suas políticas monetárias e/ou pelo aumento da preferência pela liquidez dos investidores globais.

A contradição, nesse caso, é que a moeda-chave é, ao mesmo tempo, um ativo em concorrência com outras divisas, enquanto as moedas dos países “emergentes” não são, em geral, capazes de desempenhar aquelas funções e, por isso, tornam-se divisas inconversíveis. A ruptura do Sistema de Bretton Woods (1944-1971), como já indicou-se, garantiu aos Estados Unidos um alto grau de liberdade na gestão das políticas cambiais, monetárias e fiscais, que tenderam a tensionar as relações com as economias subdesenvolvidas e dependentes.

As assimetrias monetária e financeira, que se autorreforçam, têm dois importantes desdobramentos para a dinâmica dos mercados cambiais e financeiros dos países emergentes. Em primeiro lugar, esses mercados são especialmente vulneráveis à volatilidade intrínseca dos fluxos de capitais. Nos momentos de reversão do ciclo e do aumento da preferência pela liquidez, os ativos financeiros “emergentes”, por não desempenharem a função de reserva de valor e, assim, não cumprirem o papel de ‘receptáculo’ da incerteza em âmbito mundial, são alvos dos movimentos de fuga para a qualidade dos investidores globais. Em segundo lugar, o fato de uma proporção marginal dos fluxos ser alocada nesses mercados contribui, igualmente, para sua maior volatilidade. Adicionalmente, como esses mercados, em sua maioria, são pouco líquidos e profundos, vendas por parte desses investidores resultam em depreciações cambiais e quedas significativas dos preços dos ativos, com potenciais repercussões deletérias sobre outros segmentos do mercado financeiro, bem como sobre a dinâmica macroeconômica e o nível de atividade (CINTRA; PRATES, 2011, p. 21).

O capital dinheiro concentrado nas mãos dos fundos financeiros e valorizado na forma D-D’ não significa, porém, que o capital fictício possa prescindir da valorização do capital produtivo, tampouco separar-se completamente deste. Embora haja independência entre eles, permanece sua unidade originária e constitutiva que subordina, em última instância, a valorização do capital sob qualquer forma às operações do capital produtivo (MAZUCHELLI, 1985). O que ocorre



é um duplo condicionamento em que o capital produtivo passa a depender de modo crescente da capacidade que o capital a juros possui em redistribuir massas centralizadas de capital monetário. Ao mesmo tempo, a valorização do capital a juros na forma de crédito ou de capital fictício não pode abrir mão da valorização do capital produtivo, decorrendo que, portanto, sua autonomia perante este é apenas relativa e encontra seu limite absoluto na necessidade de se apropriar da mais-valia gerada nos processos de produção.

O padrão de reprodução do capital sob a dominação do capital fictício termina por pressionar a esfera produtiva do capital com o objetivo de apropriar-se da mais-valia ali produzida e só ela pode servir como algum lastro para as operações eminentemente especulativas. Portanto, o capitalismo no seu atual estágio avançado de financeirização exerce uma forte pressão sobre as massas trabalhadoras, no sentido de extorquir-lhes o máximo de trabalho excedente. Além dos avanços tecnológicos e da produtividade do trabalho, os quais, como já observado, *de per se* não são suficientes para a ampliação da massa de mais-valia, o capital não pode abrir mão dos seus métodos tradicionais de extração de mais-valia absoluta pela via da elevação das jornadas de trabalho e da intensificação desta.

Já houve a oportunidade de discutir que a concorrência faz com que uma maior intensidade média do trabalho tende a se generalizar na medida em que as inovações tecnológicas são mais rapidamente difundidas entre os processos produtivos e tornam os lucros extraordinários fenômenos mais transitórios. Isso faz com que a redução de custos associados ao padrão de uso e reprodução da força de trabalho assumam uma importância ainda mais crucial na obtenção de vantagens competitivas (fonte de ganhos extraordinários).

Há também uma correlação entre a hipertrofia da esfera financeira e sua hierarquização no sistema mundial, com o aumento das taxas de exploração das classes trabalhadoras. Historicamente, o impacto das reformas macroeconômicas que vieram a estabelecer uma ordem financeira mais aberta, integrada e desregulamentada se fez acompanhar de políticas econômicas recessivas, que ampliaram fortemente os exércitos industriais de reserva. Percebe-se o quão contraditório foi esse movimento, pois ao mesmo tempo em que a financeirização da economia responde pelas dificuldades encontradas pelo capital (produtivo) social em elevar seus níveis de rentabilidade, toda a autonomização das formas monetárias do capital não tem razão de ser sem os pressupostos fundantes da produção capitalista, qual seja, a extração de mais-valia que lhe serve como base de seus rendimentos. Sendo assim, mesmo nas economias capitalistas avançadas, recai sobre o conjunto da força de trabalho o papel de, em última instância, valorizar o capital produtivo, bem como o capital portador de juros, o que redobra a necessidade de aumentar o grau de exploração sobre a força de trabalho. Combinado com o rebaixamento dos salários, essa situação vem a caracterizar um processo de superexploração do trabalho.

A sobreacumulação, condição na qual existem excedentes de capitais ociosos que não encontram escoadouros lucrativos, torna os fluxos financeiros meios primários de articulação da lógica capitalista do poder, fazendo ressurgir os mecanismos daquilo que Harvey (2004) chama de *acumulação por espoliação*. Segundo o autor, esse tipo de acumulação passou de uma posição secundária antes da década de 1970 para ser aspecto central da lógica de reprodução do capitalismo imperialista. Ela se apresenta de um lado como liberação de ativos (incluindo força de trabalho) a um custo baixo, oferecendo vastos campos para a absorção de capitais excedentes de modo mais lucrativo; por outro, como forma de proporcionar os meios adequados ao objetivo de impor às populações e territórios mais fracos e vulneráveis os custos da desvalorização dos capitais excedentes (HARVEY, 2004).

Na visão de Harvey (2004), a *acumulação por espoliação* significa um aprimoramento dos mecanismos da acumulação primitiva de capital. Porém, argumenta o autor, diferentemente dessa última, que abre caminho para a reprodução expandida, a primeira “faz ruir e destrói um caminho já aberto”. Ela não ocorre exclusivamente nas regiões periféricas do sistema capitalista mundial, em seu desenvolvimento geográfico desigual, porém, nessas regiões mais vulneráveis, é que esses processos apresentam sua face mais degradante (*op. cit.*). O conceito de *acumulação por espoliação*, desenvolvido pelo marxista britânico, aproxima-se da problemática de que trata-se neste trabalho, na medida em que a superexploração da força de trabalho abre um leque de possibilidades para o escoamento do capital sobreacumulado ao reduzir os custos associados ao trabalho, inclusive por meios predatórios.

As práticas imperialistas continuam a acentuar as transferências de valor da periferia para o centro, reforçando a dependência e a superexploração do trabalho também por meio de processos de acumulação espoliativa, que ampliam as transferências internas de renda do trabalho para o capital. Tais mecanismos podem se travestir de diferentes formas, tais como a privatização de serviços antes prestados gratuitamente ou a custos mais baixos, mas, em última instância, possibilitam a conversão do fundo de consumo da força de trabalho em favor da acumulação de capital.

Os problemas crônicos de sobreacumulação de capital por meio da reprodução expandida, associada à recusa de buscar soluções para esses problemas por meio de reformas internas, deram origem ao que Harvey (2004) chama de um “novo imperialismo”.

O aumento da importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização, acha-se vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea (*op. cit.*, p. 148).

Seguindo a distinção utilizada por Giovanni Arrighi entre a lógica ‘territorial’ do poder e a lógica ‘capitalista’ do poder, Harvey (2004) revela a dificuldade de definir o conceito de imperialismo no contexto do capitalismo contemporâneo:

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade dele chamada ‘imperialismo capitalista’ como uma fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (*op. cit.*, p. 31).

O “imperialismo capitalista” corresponde às estratégias políticas, diplomáticas e militares utilizadas por um Estado ou um punhado destes com o objetivo de realizar suas metas e afirmar seus interesses perante o restante das nações. Já os “processos moleculares de acumulação” dizem respeito às formas percorridas pelo fluxo do poder econômico através de um espaço contínuo em direção a entidades territoriais, como Estados ou blocos regionais, ou afastando-se delas conforme práticas cotidianas de produção, troca, fluxos de capitais, transferências monetárias e de tecnologia, migrações, especulação com moedas, fluxos de informação, impulsos culturais etc. O autor atenta ainda para o fato de que essas duas lógicas diferem entre si e se relacionam de forma “problemática e muitas vezes contraditória”, pois a lógica territorial do poder do “imperialismo capitalista” fica condicionada pelo funcionamento dos “processos moleculares de acumulação do capital”. Assim:

As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as ‘assimetrias’ inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não-leais e desiguais, em forças monopolistas especialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas (*op. cit.*, p. 35).

### 3.3.1 Século XXI, a crise que não terminou?

As possibilidades de crise no capitalismo já estão inscritas na contradição que anima a própria forma (mercadoria) que assume a produção social, na duplicação do valor em valor de uso e valor de troca. A compreensão desse duplo caráter da mercadoria remonta ao filósofo grego Aristóteles e foi observado na era moderna pelos autores da chamada Economia Política Clássica, que, no entanto, não tiraram todas as consequências dessa contradição inerente à

forma mercadoria. Importante realçar que essa problemática, senão completamente anulada, foi deveras esvaziada durante a evolução das ciências econômicas na pena da economia neoclássica.

Foi Marx, no entanto, quem levou a teoria do valor-trabalho, insuficientemente desenvolvida pela Economia Política Clássica, até as últimas consequências, derivando dela as leis básicas de movimento de valorização, reprodução ampliada e crises do capital. O filósofo prussiano chegara à conclusão de que a realidade do modo de produção capitalista tinha sua gênese e fundamento na generalização da produção mercantil, que traz em si mesma o caráter fetichista e reificado das relações sociais. Mais do que uma coleção de objetos (coisas) que satisfazem a necessidades específicas, o mundo das mercadorias é assimilado como a expressão de relações sociais entre produtores privados encobertas por relações entre coisas. O produto do trabalho desses agentes assume um poder autônomo relativamente a seus produtores diretos, que veio a se constituir no poder do capital. A transformação da mercadoria em capital e seu domínio sobre a produção, distribuição, circulação e consumo da mesma remonta a um longo e tortuoso processo histórico que só ganha realidade com a emergência da primazia econômica e, posteriormente, política da burguesia industrial, que paulatinamente se torna proprietária da terra e dos principais meios de produção.

A existência desse “consórcio” de proprietários tem como contrapartida a subordinação dos não proprietários, dos que realizam efetivamente o trabalho. O resultado do trabalho surge, assim, com a dupla e ambígua finalidade de atender a uma necessidade social e, ao mesmo tempo, de oferecer algum lucro ao seu proprietário. Rosa Luxemburgo (1988) não vacila em fazer essa arguta observação a respeito do critério social que, em última instância, rege a produção capitalista:

Na sociedade capitalista (...) verificamos que, apesar de se apresentarem os meios de produção materiais, bem como a mão de obra necessária para o início da produção, e, não obstante, existirem exigências sociais insatisfeitas de consumo, mesmo assim parte da reprodução se interrompe totalmente e parte só se efetua de forma atrofiada. Contudo, nenhuma intervenção despótica é responsável, nesse caso, pelas dificuldades do processo de reprodução. O início da reprodução, nesse caso, não depende somente das condições técnicas, nem simplesmente de condições sociais. Depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão-somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocados por dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que o sejam com lucro de magnitude habitual no país. O lucro, como meta e fator determinante, não domina nesse caso, tão-só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente do produto), como também estabelece a proporção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente retomado, após a conclusão de um período de trabalho anterior (LUXEMBURGO, 1988, p. 9).

Assim, da mercadoria ao capital, passando pela força de trabalho, a realidade capitalista é atravessada pela oposição, quase nunca harmoniosa e equilibrada, entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias, que culmina na separação, no tempo e no espaço dos atos de compra e venda. Nessa oposição entre valor de uso e valor de troca, entre a “natureza particular da mercadoria” e sua “natureza universal”, o dinheiro aparece como existência autônoma do valor de troca. A forma dinheiro do valor, por isso, surge na superfície, como potência capaz de crescer e multiplicar-se sem passar pelo processo de produção, mas apenas pelo circuito de crédito. Essa é a forma básica da contradição entre o próprio processo de produção do capital, sua valorização, e o processo de circulação (realização do valor), que resulta periodicamente em superprodução, destruição e desvalorização do capital. As crises se manifestam sempre como excesso de capitais<sup>56</sup> em relação à taxa média de lucro vigente.

Percebe-se que as condições para a burguesia ampliar sua confiança no investimento a longo prazo dependem da estabilização de sua dominação. Essa confiança é determinada pelo aumento da taxa de mais-valia, cuja recomposição quase sempre se vale de ataques regressivos, como flexibilizações das relações de trabalho, desemprego, redução dos salários etc. (KATZ, 1996). De acordo com Katz (1996), os requisitos principais para as fases longas de expansão da economia capitalista são determinados *i*) pelo amadurecimento de uma revolução tecnológica; *ii*) pela desvalorização geral prévia de capitais superacumulados e *iii*) pelo nível da composição orgânica do capital favorável ao aumento da taxa de lucro.

(...) na segunda metade do século XX, no contexto de diferentes tipos de relações políticas entre o capital e o trabalho, as burguesias dedicaram-se a buscar diferentes maneiras de estabilizar o movimento de reprodução e de valorização do capital, portanto, de assentar sua dominação. Assim, de 1950 a 1975, elas conseguiram assimilar as importantes concessões feitas aos assalariados e a suas organizações para fazer delas um dos elementos constitutivos da reprodução ampliada do capital (CHESNAIS, 2003, p. 47).

As regularidades dos ciclos de expansão capitalista sofrem grandes mutações ao longo do desenvolvimento do capitalismo e passam a depender cada vez mais de estímulos extraeconômicos, conferindo maior importância às relações de força

---

56. “Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e de subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises, destruição de capital. *Não há nenhuma contradição em ser essa superprodução de capital acompanhada por uma superpopulação relativa mais ou menos grande (sic).* As mesmas circunstâncias que elevaram a força produtiva do trabalho aumentaram a massa dos produtos-mercadorias, ampliaram os mercados, aceleraram a acumulação de capital, tanto em massa quanto em valor, e reduziram a taxa de lucro, essas mesmas circunstâncias geraram uma superpopulação relativa e a geram continuamente, uma *superpopulação de trabalhadores que não é empregada pelo capital excedente por causa do baixo grau de exploração do trabalho, único grau em que ela poderia ser empregada, ao menos por causa da baixa taxa de lucro que ela, com o grau dado de exploração, proporcionaria*” (MARX, 1984, p. 194, grifos nossos).

entre as classes. Atualmente, mesmo tendo havido curtos períodos de crescimento econômico e uma revolução tecnológica em curso, as possibilidades de emergência de uma nova fase prolongada de expansão do capitalismo parecem bastante remotas (KATZ, 1996).

A taxa média de lucro expressa na fórmula  $(m/(c + v))$  é a “força impulsionadora da produção capitalista” (MARX, 1985), mas ela não é idêntica à taxa de mais-valia  $(m/v)$ . A primeira fornece a relação entre a expressão do valor do sobretrabalho  $(m)$  e o do custo de produção  $(c + v)$ , enquanto a outra mostra a relação entre o sobretrabalho  $(m)$  e o trabalho necessário  $(v)$ . A taxa média de lucro do capital, no longo prazo, se relaciona com taxa de mais-valia como uma variável dependente. A tendência à queda da taxa de lucro é provocada pela diminuição do capital variável em relação ao capital constante, como resultado do permanente revolucionamento das condições técnicas de produção. A parte do capital trocada por trabalho vivo diminui a quantidade global de trabalho vivo agregado aos meios de produção e em relação ao valor destes. Com isso, a parcela de valor na qual o trabalho não pago se expressa reduz-se com relação ao valor do capital global adiantado.

A tendência declinante da taxa média de lucro é refreada por fatores que atuam na sua contraposição, tais como a contínua desvalorização de parte do capital existente, a redução do tempo de rotação do capital, a queda dos salários reais abaixo de seu valor, o comércio exterior, a criação de novos setores produtivos etc. O aumento da taxa de mais-valia, portanto, é a principal força contrária à lei tendencial de queda da taxa média de lucro. Tal movimento depende de um crescimento da massa de mais-valia proporcionalmente maior ao do valor do capital variável aplicado ao processo de produção. Isto pode ser obtido através dos mecanismos de extração de mais-valia absoluta (elevação da jornada de trabalho e/ou da intensidade do trabalho), mas, sobretudo, se apoia na mais-valia relativa (mediante a desvalorização do valor da força de trabalho).

Duménil; Lévy (2003) calculam que as taxas de lucros caíram de mais de 20%, no início dos anos 60, para algo próximo dos 12%, no começo dos anos 80 do século XX, nas principais economias desenvolvidas. Esse movimento descendente da taxa geral de lucro provocara uma sensível redução das taxas de acumulação do capital (investimento produtivo) e, conseqüentemente, do ritmo de crescimento da produção e do emprego. Esses autores argumentam que a degradação das taxas de lucro decorreu de uma “deterioração regular das performances das mudanças técnicas”. Os fatores determinantes para a redução nas taxas de rentabilidade do capital privado nos EUA e nas principais economias europeias foram a queda da produtividade do capital, a relação entre a produção e o estoque de capital fixo e o baixo crescimento da produtividade do trabalho no mesmo período. Essa queda de rentabilidade, por sua vez, provocou uma diminuição importante nas rendas do capital.

Na marcha progressiva da técnica no seio do capitalismo, toda dificuldade é esta: aumentar a produtividade do capital sem travancar o aumento do capital. Esta era a intuição fundamental de Marx em sua análise, no livro III de *O Capital*, das tendências do capitalismo, dentre as quais a queda das taxas de lucro ocupa a posição principal. Marx não se referia à produtividade do capital, que relaciona a produção ao capital, mas à composição do capital (a relação entre o capital fixo e trabalho ou o salário); entretanto, a ideia é a mesma. Superar essa deficiência requer uma economia do capital investido, utilizando esse capital da melhor forma (capitalista), de modo mais contínuo e mais intenso possível (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 28-29).

Duménil; Lévy (2003) veem os movimentos históricos de crise e recuperação do sistema capitalista, nos finais dos séculos XIX e XX, como processos de uma mesma natureza, como uma cadeia de acontecimentos similares, na qual a oposição entre propriedade e gestão ocupa um papel central. Os autores admitem que a resposta do capital a uma crise estrutural é acompanhada, de forma recorrente, por uma transformação radical da técnica e da organização das empresas, assim como pela hegemonia da finança,<sup>57</sup> marcada pela “explosão dos mecanismos monetários e financeiros” e de suas políticas correspondentes.

Por outro lado, a “acumulação flexível”, como estratégia de superação da crise de rentabilidade, e o aumento da taxa de lucro foram apontados por Chesnais (2003), que questiona as razões pelas quais um determinado regime de acumulação, no qual os juros e os dividendos pesam excessivamente sobre a parte da mais-valia acumulada na forma de lucros, não levaria a um bloqueio da própria acumulação:

(...) é a alta da produtividade que permite explicar como um regime de acumulação, no qual os dividendos e os juros têm um peso bastante excessivo sobre a parte dos lucros que permanecem nas mãos das empresas, não conduziu a um impasse. O aumento da taxa de exploração contrabalançou, ao menos em parte, o incremento da parte dos lucros distribuídos aos acionistas (CHESNAIS, 2003, p. 56).

Chesnais (2003) identifica a emergência de um regime de acumulação<sup>58</sup> com dominância financeira ou patrimonial como resultado do processo de desregulamentação e de liberalização inaugurado a partir de 1979 nos Estados Unidos e no Reino Unido. Desde então, as grandes corporações passam a ter uma orientação

---

57. “Por ‘finança’ entendemos aqui um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições – indivíduos por trás das instituições – que detêm importantes capitais monetários e financeiros. Ao recorrer ao termo ‘hegemonia’, enfatizamos que, para além do crescimento das instituições monetárias e do desenvolvimento dos mecanismos financeiros, a finança fixa as regras do jogo econômico, em matéria de renda, emprego e macroeconomia, e exerce o controle sobre seu próprio funcionamento” (*op. cit.*, 2003, p. 31).

58. A noção de regime de acumulação é tomada de empréstimo da escola francesa da regulação e descreve um conjunto de relações sistêmicas que tenta impor mundialmente “as novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar, os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira), os mecanismos de captação e de centralização de frações do valor e de mais-valia à sua disposição e (...) as instituições que garantem segurança política, mas também financeira, das operações de investimento financeiro” (*op. cit.*, p. 48).

financeira cada vez maior, ainda que mantenham o foco na produção. A revolução da gestão introduziu nos EUA o chamado capitalismo de gestores. Na estrutura administrativa dessas empresas, ganham papel cada vez mais destacado os novos gerentes ou *chief executive offices* (CEOs), cuja remuneração é recebida, em parte, com opções de ações, fundindo a propriedade e a gerência (antes separadas) das empresas capitalistas.

Em decorrência, a distribuição da renda sofre mudanças profundas: numa economia capitalista avançada, como na dos EUA, a parcela da produção apropriada na forma de lucros alcançou o nível mais alto em seis décadas, enquanto os salários reais estão estagnados e a taxa de desemprego oficial atinge, atualmente, em média, 10% da força de trabalho. A desigualdade de renda chegou ao nível mais alto desde a década de 1920 (HARVEY, 2008; DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

As crises financeiras recorrentes do capitalismo nas últimas décadas provocam a sensação de que esse modo de produção tenha entrado num estado permanente de crise estrutural/orgânica entre meados e o fim dos anos 1960 do século XX. Não obstante os curtos intervalos de crescimento econômico mais acelerado, os dados apontam para um estado de letargia ou de semiestagnação mais ou menos duradoura,<sup>59</sup> sobretudo nos países capitalistas avançados. Ao que parece, está cada vez mais distante um desfecho favorável ao crescimento das taxas de acumulação de capital.

(...) O capital sofre de uma falta aguda de mais-valia, que a superexploração dos trabalhadores empregados (graças ao exército industrial de reserva) e a pilhagem dos recursos do planeta compensam cada vez menos. Se a massa de capital empregada na extração de mais-valia fica estagnada ou se contrai, chega um momento onde nenhum aumento da taxa de exploração pode contrarrestar os efeitos (CHESNAIS, 2012, p. 11).

Um movimento no sentido de recuperação do crescimento econômico mais vigoroso pressupõe uma desvalorização da massa de capitais superacumulados de tamanhas proporções que as forças contrárias à queda dos níveis de lucratividade não têm sido capazes de realizar. O pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho que, como afirma Marx, é só um dos mecanismos, e dos mais importantes, para aumentar o grau de exploração da força de trabalho e contrapor-se

---

59. Essa afirmação deve ser relativizada, levando-se em conta a expansão acelerada da economia chinesa por mais de duas décadas, bem como de outras economias do sudeste asiático e mais recentemente de alguns países da América Latina. No entanto, o conjunto dessas economias não é capaz, até o momento, de impulsionar a acumulação de capital em escala mundial a um estágio mais dinâmico. É possível que desse cenário surjam reordenações profundas na divisão internacional do trabalho, reconfigurando a geografia da acumulação capitalista. Dado o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, observa-se que, historicamente, as crises mais profundas de hegemonia abrem perspectivas de desenvolvimento e expansão do capital em nações ou regiões economicamente mais atrasadas. Entretanto, a força econômica, política e cultural das "potências" dominantes (Europa "Ocidental", Japão e EUA), com a liderança dos Estados Unidos, ainda prevalecem na fase histórica atual do modo de produção capitalista e de seu sistema mundial de poder.



aos efeitos depressivos das taxas de lucro. Reduções reais em ganhos salariais têm sido bastante recorrentes nas economias avançadas, penalizando, sobretudo, os segmentos menos qualificados dos trabalhadores, mas não têm apresentado efeitos de longo prazo no tocante à ampliação da escala de acumulação, dado o caráter crônico do excesso de capitais em circulação.

### 3.3.2 *Todo poder ao mercado!* Neoliberalismo e restauração do poder de classe

Os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo dependeram não só da força das próprias ideias neoliberais ou da reação às crises financeiras e à competição no mercado global, mas, como ressalta David Harvey, dependeram ainda mais da diversificação, inovação e competição entre modelos de governança nacionais, regionais e metropolitanos, assim como da imposição de algum poder econômico externo, a exemplo dos Estados Unidos.

A restauração do poder de uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural (HARVEY, 2008, p. 38).

Uma de suas características mais universais, no entanto, foi seus persistentes efeitos redistributivos da renda doméstica, marcadamente regressivos, que acentuaram as desigualdades sociais e a polarização da riqueza nas sociedades capitalistas.<sup>60</sup> Dessa forma, o padrão de reprodução neoliberal está essencialmente voltado para a restauração do poder econômico e político das classes dominantes, às custas, evidentemente, das classes trabalhadoras. Segundo Harvey (2008, p. 27):

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. (...) o segundo desses objetivos na prática predominou.

Embora sua reação mais vigorosa tenha ocorrido a partir do mundo desenvolvido, através da ascensão de partidos políticos e lideranças conservadoras ao poder, o laboratório de ensaio das políticas neoliberais foi a ditadura chilena de Pinochet, que contou com a participação efetiva dos chamados *Chicago boys*,<sup>61</sup> e a reestruturação financeira pela qual atravessou o município de Nova Iorque em

60. De acordo com Duménil; Lévy (2007, p. 2): "Pode-se definir o neoliberalismo como uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA".

61. Os EUA, como parte do programa da Guerra Fria, financiavam, desde os anos 1950, o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago. Quando do golpe militar de 1973 e da ascensão de Pinochet em 1975, esses economistas foram convidados a participar do governo e a colocar em prática o que aprenderam com *gurus*, tais como o economista norte-americano Milton Friedman.

meados da década de 1970 (HARVEY, 2008). A crença na eficiência de mercados livres minimamente regulados, na abertura comercial e financeira das economias e no “Estado mínimo” conquistou importante adesão política nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha antes de espalhar-se pelos Estados periféricos.<sup>62</sup> Sob a égide de um programa radical de “ajuste estrutural” das economias dependentes, como requisito para o acesso ao crédito internacional, foi que se desencadeou um movimento global, mediado pelas instituições multilaterais (OMC, FMI e Banco Mundial) e pelo “complexo FED-Wall Street”, de adoção de estratégias de enfrentamento da crise inspiradas no programa neoliberal.<sup>63</sup> A debilitação do poder sindical e do movimento operário organizado veio a se tornar uma condição e ao mesmo tempo um resultado do sucesso desse empreendimento.

A ascensão do neoliberalismo contou também com o esgotamento do conjunto das políticas desenvolvimentistas em grande parte da periferia do sistema mundial. O imaginário político e intelectual vinculado aos programas de substituição de importações, de planejamento estatal e de intervenções diretas do Estado na produção perdeu espaço diante das condições macroeconômicas mundiais que levaram os países da América Latina, do Norte da África e do Leste Europeu a acumularem excessivos passivos externos.

Uma nova definição do caminho para a terra prometida – o chamado Consenso de Washington – inverteu a maioria dos dogmas do desenvolvimentismo. A industrialização por substituição de importações era agora definida como um processo de favorecimento de corruptos; a construção estatal, como alimentando uma burocracia inchada; a ajuda financeira dos países ricos, como dinheiro derramado na sarjeta; e as estruturas paraestatais, como barreiras mortais para uma atividade empresarial lucrativa. Os Estados foram impelidos a adiar gastos com a educação e com a saúde. E foi realçado que as empresas públicas, consideradas, por definição, ineficientes, deveriam ser privatizadas o quanto antes. O ‘mercado’, mais do que o bem-estar da população, agora se tornava a medida de toda atividade adequada do Estado (WALLERSTEIN, 2009, p. 62).

Do ponto de vista teórico, o ideário neoliberal começou a ser sistematizado em torno da criação da *Mont Pèlerin Society* (1944), em Davos, na Suíça, por economistas e cientistas sociais como Milton Friedman, Friedrich Von Hayek e

---

62. A força desse processo é tamanha que “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 13).

63. “Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas de Estado a ‘expropriação de terras comuns’. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema de sobreacumulação, ao menos por algum tempo. Mas esse movimento, uma vez desencadeado, criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de áreas, domésticas ou externas, em que se pudessem executar privatizações” (*op. cit.*, p. 131).

Karl Popper, entre outros. Como ponto comum, eles perfilhavam a crença de que a intervenção estatal sobre a economia produzia graves restrições às liberdades individuais com a provável distorção na alocação dos recursos disponíveis na sociedade. O poder econômico do Estado só poderia levar a um sistema ineficiente e perdulário, à formação de monopólios (restrição da concorrência) e à restrição das liberdades dos indivíduos. Na prática, a concepção neoliberal sobre o funcionamento do sistema socioeconômico visa normatizar e objetivar a supremacia do mercado, o que em outras palavras, num contexto histórico de crise do capitalismo avançado, significa a imposição da lógica do capital sobre todas as formas alternativas de civilização. Ao Estado, estaria reservada a tarefa de criar instituições e a infraestrutura garantidoras dos direitos de propriedade e da capacidade empreendedora dos indivíduos.

A ética do mercado, portanto, deve guiar toda ação moral como substrato da máxima liberdade e dignidade humanas (HARVEY, 2008). Por suposto, o Estado neoliberal deve se posicionar de maneira “hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital” (*op. cit.*). Assim, o processo de neoliberalização tem provocado o esvaziamento das instituições de proteção ao trabalho, deixando largas camadas de trabalhadores vulneráveis às forças concorrenciais do mercado de trabalho, desequilibrando ainda mais a balança do poder em favor das classes mais favorecidas. A força de trabalho é vista, nesse contexto, como uma mercadoria descartável, o que torna o seu possuidor um ser socialmente vulnerável.<sup>64</sup>

Como ideologia da livre circulação de capitais, a neoliberalização tende a reduzir os recursos dedicados ao Estado, como provedor de serviços públicos de educação, saúde e previdência social, que significam redução dos custos sociais com salários indiretos, levando segmentos crescentes da população, inclusive dos países desenvolvidos, à pauperização relativa (quando não absoluta), como mostram estudos da própria OCDE (2011): desde meados da década de 1980, o nível de desigualdade cresceu em 17 dos 22 países-membros da instituição. Nestes, a renda dos 10% mais ricos, em média, cresceu cerca de nove vezes mais do que a

---

64. As atuais formas de exploração da força de trabalho guardam semelhanças com aquelas formas vigentes no nascimento do capital industrial, descritas e denunciadas por Marx em boa parte do Livro I de *O Capital* (jornada excessiva de trabalho, ambientes de trabalho insalubres e perigosos, tempo de descanso e alimentação limitados etc.). As práticas do neoliberalismo desempenham um peso importantíssimo na proliferação das vicissitudes que afetam a vida operária nos tempos atuais. A síntese de Harvey (2008, p. 184) parece bastante precisa nesse sentido: “A neoliberalização transformou a posição do trabalho, das mulheres e dos povos indígenas na ordem social ao enfatizar a ideia do trabalho como uma mercadoria qualquer. Privada da capa protetora de instituições democráticas vivas e ameaçadas por todo tipo de desarticulação social, uma força de trabalho descartável se volta inevitavelmente para outras formas institucionais, por meio das quais, construir solidariedades sociais e exprimir a vontade coletiva. Tudo prolifera — de gangues e cartéis criminosos a redes de narcotráfico, mini máfias, chefes de favelas, cultos seculares e seitas religiosas, passando por organizações comunitárias, organizações de defesas das tradições e organização não governamentais. Essas são as formas sociais alternativas que preenchem o vazio deixado pelos poderes do Estado, por partidos políticos e outras formas institucionais, que ou se desmantelaram ativamente ou simplesmente se deixaram esgotar como centros de empreendimento coletivo e de relacionamento social”.

dos 10% mais pobres. As grandes diferenças na qualidade dos empregos gerados, na quantidade de horas trabalhadas e nos rendimentos salariais auferidos por hora trabalhada explicam em grande parte as desigualdades de renda nesses países.

*On average across the OECD, the share of part-time employment in total employment increased from 11% in the mid-1990s to about 16% by the late 2000s, with the strongest increases observed in some European countries – Germany, Ireland, the Netherlands, and Spain (OECD, 2010). While offering suitable employment opportunities for traditionally under-represented groups, part-time work also contributed to widening gaps in the distribution of wages. Indeed, adding part-time workers to the full-time gross earnings distribution increases the Gini coefficient of inequality by more than five percentage points on average and by another two points when self-employed workers are also included (OCDE, 2011, p. 32).*

A flexibilização na contratação da força de trabalho (crescimento dos contratos de trabalho temporários) e o prolongamento da jornada de trabalho, especificamente, são fatores que contribuem para o agravamento dessa situação.

*However, changes in working-time arrangements affected high- and low-wage workers differently. Average annual hours worked per person in dependent employment fell slightly in most OECD countries between the late 1990s and 2008. However, more working hours were lost among low-wage than among high-wage earners, again contributing to increasing earnings inequality. In many countries, there was a trend towards an increasing divide in hours worked between higher- and lower-wage earners. Variations in hourly wage rates still explain the largest part of the level of gross earnings inequality among all workers in most countries (55-63% on average). However, changes in earnings inequality over time seem to be driven as much by the trends in hours worked (...) (op. cit., p. 33).*

*Todo poder aos mercados!* Esta expressão de ordem sintetiza o conjunto de práticas e ideias que fundamentam e materializam o poder do capitalismo neoliberal em sua virada histórica, após os anos 1970, na busca pela recuperação das condições de acumulação do capital e pela restauração do poder político e econômico das classes proprietárias dominantes, tendo como um de seus resultados mais fundamentais o agravamento das desigualdades de renda, inclusive nos países desenvolvidos. Os EUA e a Grã-Bretanha assistiram ao aumento das desigualdades sociais e das disparidades na remuneração nos últimos quarenta anos, que, não por acaso, coincidem com as reformas neoliberais, cuja matriz foram os governos de Reagan e de Thatcher. Nos EUA, desde 1973, os rendimentos anuais dos 90% mais pobres do país têm sido estáveis, ao passo que os 1% mais ricos viram suas rendas anuais se multiplicarem por três. Entre 1976 e 2007, de cada dólar de crescimento real da renda nacional, 58 centavos foram apropriados pelos 1% mais ricos da população (LEHMAN, 2010).

Ainda como corolário da crise em curso, os trabalhadores mais jovens compõem a maior proporção nas fileiras do exército industrial de reserva. Essa força de trabalho, sobretudo sua parcela menos qualificada e escolarizada, é também a mais vulnerável às formas de superexploração do trabalho (baixos salários, precarização, terceirização, subemprego/informalidade etc.) e à pauperização; e não apenas nas economias subdesenvolvidas. De acordo com relatório da OIT intitulado *Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude* (2010), em 2010 cerca de 1,5 bilhão de trabalhadores ocupavam empregos vulneráveis (mal pagos e/ou com pouca ou nenhuma proteção). Em 2009, 20,7% da mão de obra global viviam com US\$ 1,25 por dia (no limite da extrema pobreza). O relatório ainda estimava que, em 2008, cerca de 28% de todos os trabalhadores jovens no mundo (152 milhões de pessoas) tinham trabalho, mas estavam em situação de extrema pobreza, em famílias que sobreviviam com menos de US\$ 1,25 por pessoa ao dia (MARINHEIRO, 2011).

A mesma OIT relatava que, da população economicamente ativa entre 15 e 24 anos, estimada em cerca de 620 milhões, 81 milhões estavam desempregados no fim de 2009, sendo este o maior número já registrado. A variação da taxa de desemprego juvenil, entre 2008 e 2009, de 12,1% para 13%, foi o registro da maior variação anual em 20 anos, revertendo sua tendência declinante desde 2002. Somente entre 2007 e 2009, 7,8 milhões de jovens engrossavam a fila de desempregados. A taxa geral de desemprego, no mesmo período, subiu de 5,8% para 6,4%. No Norte da África e Oriente Médio, a pirâmide etária é mais larga na faixa dos 15 a 29 anos e concentra a maior parte da população e da força de trabalho: 34% no Irã, 30% na Jordânia, 29% no Egito e no Marrocos. Já nos Estados Unidos, essa faixa etária chega a representar 21% da população. Entre aqueles com 16 a 24 anos, 18% estavam desempregados em 2010, sendo que, para os negros da mesma faixa etária, a taxa subia para 27%. Somente nas 34 nações industrializadas da OCDE, em torno de 16,7 milhões de jovens estavam desempregados até fevereiro de 2011 (COY, 2011).

Na Espanha e na Grécia, a taxa geral de desemprego atual já alcança os 25% e chega a superar os 50% entre os que têm entre 16 e 25 anos. Muitos dos recém-saídos das universidades europeias não encontram emprego nem no setor privado, em função das baixas taxas de acumulação, nem no setor público, mais preocupado com os cortes de gastos a fazer, frente ao endividamento excessivo e à pressão dos credores. Este é o cenário nebuloso do mercado de trabalho no capitalismo hodierno, onde o elevado desemprego da força de trabalho juvenil é um traço senão universal, ao menos bastante generalizado nas sociedades capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas, a ponto de ser considerado uma “epidemia mundial”. Isso se reflete na divisão do mercado de trabalho entre empregos de altos salários, para os quais muitos jovens não estão capacitados, e os empregos de

baixos salários. Há também clivagens no próprio segmento entre aqueles jovens, cuja força de trabalho é mais “qualificada” e treinada para mercados específicos, que ganham salários mais altos, e aqueles que, mesmo “qualificados”, somam-se aos de baixos níveis de escolaridade na obtenção de uma renda salarial menor.

#### 4 O CAPITALISMO E A SUA NEGAÇÃO: NOVOS PARADIGMAS TECNOLÓGICOS E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

As transformações na divisão do trabalho do capitalismo contemporâneo são marcantes. As forças produtivas têm avançado de forma bastante acelerada e modificado as feições das sociedades como um todo, especialmente o mundo do trabalho. Sobre a base técnica da microeletrônica, o regime de acumulação “flexível” que se estrutura como resposta à crise do padrão fordista/taylorista conta com um crescente processo de destruição, fragmentação e heterogeneização da força de trabalho.

O surgimento de novas funções e habilidades requeridas para a capacidade de trabalho ocorre simultaneamente a um processo de desqualificação e precarização do proletariado industrial e de serviços. A reprodução do capitalismo contemporâneo exige tanto o trabalhador multifuncional e polivalente, capaz de operar um maquinário complexo e com relativa estabilidade no emprego, quanto o trabalhador por tempo determinado, terceirizado, autônomo etc., privado de proteção legal, de representação política organizada e sujeito a extenuantes jornadas de trabalho.

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente” e “multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural. (...) Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 184).

Alguns autores chamam de Terceira Revolução Industrial ou de Revolução Microeletrônica ao processo de “digitalização geral do mundo”, que possibilitou numa escala nunca antes vista a subsunção do trabalho intelectual ao capital. Esta subsunção do trabalho intelectual e os seus limites tornaram-se elementos-chave para a compreensão da lógica dos novos processos produtivos, quando, por exemplo, questões relativas à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico,

direitos de propriedade intelectual, patentes etc., estão no centro da disputa distributiva em nível nacional e internacional. A criatividade e as inovações passam então a fazer parte dos sistemas de planejamento e controle dos processos de trabalho nos diferentes setores da economia (BOLAÑO, 2011). Do ponto de vista das relações internacionais, isso aprofundou a dependência cultural dos países periféricos, onde a criatividade é limitada e controlada por modelos de produção bem definidos.

As grandes inovações que nos permitem definir o momento presente como uma terceira revolução industrial (...) definem as condições objetivas delimitadoras da inovação e da criatividade obrigada que o novo sistema impõe, restringindo a autonomia cultural dos países, setores e empresas não hegemônicos e dos atores que não dispõem do poder para promover rupturas no plano da racionalidade e permanecem atados a estratégias necessariamente adaptativas (*op. cit.*, p. 378).

A tendência à intelectualização geral dos processos de produção e de consumo material e simbólico, que se observam na atualidade, confere aos sistemas de produção e difusão da informação e do conhecimento papéis centrais nas estruturas globais de acumulação e reprodução do capital. Não somente as mudanças organizacionais, como também as modificações na natureza da maquinaria e dos meios de trabalho, tornam cada vez mais supérflua a intervenção humana direta no chão de fábrica e intensificam as exigências de requalificação dos trabalhadores que atuam nas atividades diretas ou auxiliares à produção imediata. Costuma-se dizer que o novo trabalhador coletivo demanda *o investimento de si mesmo*<sup>65</sup> na compreensão da natureza e na busca de soluções para problemas do processo de trabalho, além da capacidade de pensar e garantir a qualidade de bens e serviços produzidos.

No entanto, a autonomia do trabalhador é somente relativa, pois o engajamento e a participação são estimulados em torno dos interesses das firmas, a exemplo dos conhecidos círculos de controle de qualidade (CCQs), que incorporam apenas as sugestões que interessam à empresa. O trabalho polivalente e multifuncional, cuja atividade pode se tornar mais complexa e menos especializada,

---

65. Para alguns autores, essas transformações nos processos de trabalho fazem com que, do ponto de vista do processo imediato da produção, o trabalho vivo apareça, então, como um capital fixo das empresas, em outros termos, como seu capital humano. Não somente o conhecimento se cristaliza ou se objetiva nas máquinas, nas instalações etc., como, junto com as habilidades subjetivas inseparáveis do próprio indivíduo que trabalha, torna-se um ativo rentável para as empresas. O caráter do que Marx chamou de trabalho concreto (útil), aquele orientado para a produção de um valor de uso em particular, transforma-se radicalmente à medida que o capital avança na tentativa de subordinar a esfera da produção simbólica e dos signos culturais ao seu movimento de reprodução sistêmica. Dessa forma é que o ato de produzir se aproxima mais intimamente do ato de consumir, quando o que está em jogo é a mobilização dos afetos, da comunicação, da inteligência, da imaginação e da autonomia, habilidades adquiridas na vivência e na experiência do cotidiano: "Se no período fordista o capital conseguiu disciplinar a força de trabalho, subordinando-a ao sistema maquínico, agora, ao ancorar-se no conhecimento científico e tecnológico e nas experiências de vida de trabalhadores e consumidores, o capital passa a depender das capacidades cognitivas, signícas e afetivas pertencentes, ainda, aos corpos e mentes dos trabalhadores" (LOPES, 2007, p. 170).

demandando um maior engajamento do trabalhador, não tem outro sentido senão a maximização da intensidade e a eliminação da porosidade (tempos mortos) da jornada de trabalho.

Embora as tecnologias da informação tenham aumentado a produtividade geral do trabalho, este incremento não tem resultado em melhoramentos mais duradouros dos salários, como ocorria no período fordista. A intensificação atual da mudança tecnológica<sup>66</sup> é acompanhada do baixo ritmo de crescimento das ocupações, por conseguinte, do desemprego e da pobreza. Suas formas “mutáveis e agudas de pauperização” (KATZ, 1996), como a extensão da pobreza às nações mais ricas, vão gerando uma polarização social que se manifesta entre norteamericanos, europeus e japoneses, crescentemente privados de serviços sociais, educação e habitação. O resultado disso tudo se traduz, em geral, em baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e de proteções ao trabalho (HARVEY, 2008).

Sabe-se que a dinâmica do modo de produção capitalista é impulsionada pelo incremento da produtividade do trabalho, em função da perseguição da mais-valia extraordinária e dos superlucros que esta permite obter. Quanto mais acirrada a competição entres os capitais individuais, mais desenfreada é a corrida das empresas pela racionalização de seus custos de produção e de circulação das mercadorias. Isso nos leva a admitir que o capital é movido, na sua estrutura interna, de maneira autocontraditória, pois a sua tendência ao desenvolvimento das forças produtivas, da qual a automação do processo de produção de mercadorias é uma expressão, é responsável pela redução da base subjetiva (trabalho vivo) de seu processo de valorização.

A economia de tempo de trabalho, porém, não se reverte em benefício dos produtores em razão das relações de propriedade que prevalecem. Essa é uma das mais graves contradições que atravessam o capitalismo contemporâneo e que determinará em boa medida o regime de exploração do trabalho das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Mesmo com todo o avanço científico e tecnológico potencialmente a serviço da produção, nunca se trabalhou tão intensamente. Nesta perspectiva é que se procurará discutir no presente capítulo as relações entre a reestruturação produtiva e tecnológica do capital e o incremento do grau de exploração do trabalho pela via dos mecanismos da superexploração do trabalho.

---

66. “A mudança tecnológica veicula a ação da lei do valor-trabalho, a qual rege o funcionamento do capitalismo. Através da inovação, alteram-se as proporções de trabalho contidas nas mercadorias. Esta mudança é o transformador essencial de toda a trama de preços que orienta a produção e a circulação de mercadorias. (...) Por meio da mudança tecnológica, as empresas que reduzem com maior rapidez o tempo socialmente necessário para a fabricação de produtos, barateiam a produção e obtêm um lucro excedente sobre seus concorrentes enquanto não se generaliza a acumulação. Esta dinâmica coloca a mudança tecnológica como instrumento da lei do valor-trabalho, ao induzir a maneira pela qual será distribuído o trabalho social nas diferentes empresas, ramos e negócios de acordo com os parâmetros de custo e benefício” (KATZ, 1996, p. 11).



#### 4.1 A reestruturação das forças produtivas em questão

A introdução da maquinaria como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho não tem outros objetivos senão baratear os custos de produção das mercadorias e comprimir a parte da jornada de trabalho que o operário dedica a si mesmo para alargar o tempo de sua jornada, que é cedido gratuitamente ao capitalista (MARX, 1985).

Com a maquinaria moderna, o meio de trabalho assume a forma material que pressupõe a substituição da força humana de trabalho por forças específicas da natureza, assim como a rotina empírica é substituída pela aplicação dos conhecimentos acumulados sobre a natureza. Se na manufatura a articulação do processo social de trabalho é subjetiva, pois recai sobre a combinação de trabalhadores parciais, no sistema de maquinaria próprio da grande indústria o operário se defronta com um organismo de produção autônomo e objetivado como condição prévia da produção material. Esse modo de produção suprime por completo o trabalhador individual pelo trabalhador coletivo imediatamente socializado. A natureza desse meio de trabalho é que passa então a determinar o caráter cooperativo do processo de trabalho (MARX, 1985).

Marx afirma que a divisão da jornada de trabalho entre trabalho necessário e trabalho excedente se diferencia entre países e no interior deste o salário do trabalhador ora cai abaixo de valor de sua força de trabalho, ora se situa acima deste. Por isso, a diferença entre o preço da maquinaria e o preço da força de trabalho pode variar muito, mesmo que a diferença entre a magnitude de valor (*quantum* de trabalho necessário à produção) da maquinaria e o valor global do trabalho substituído por ela continue a mesma. A primeira diferença é determinante para os custos de produção da mercadoria e, portanto, para a decisão sobre a substituição da força de trabalho pela maquinaria.

Na passagem que se segue, Marx explicita a contradição inerente à forma social da produção capitalista, involucrada pelas relações sociais burguesas de produção. Ao mesmo tempo em que uma produção social crescentemente cientificizada (sua “base técnica revolucionária”), pautada no conhecimento e cada vez mais objetivada, demanda do trabalhador coletivo seu desenvolvimento total, este se vê enredado pela divisão capitalista do trabalho que o torna supérfluo e desperdiça sua potência produtiva.

(...) A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo

igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador. Por outro lado, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. *Viu-se como essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo; como essa contradição desencadeia um ritual ininterrupto de sacrifício da classe trabalhadora, o mais desmesurado desperdício de forças de trabalho e as devastações da anarquia social.* Esse é o lado negativo (MARX, 1985, p. 89-90, grifos nossos).

É essa “contradição absoluta”, o “lado negativo” ao qual Marx (1985) se refere como modo de existir da indústria moderna, que possibilita a ampla mobilidade do trabalhador e ao mesmo tempo reproduz uma divisão do trabalho ossificada. No entanto, é nessa mesma contradição que está amparada a possibilidade de superação da forma capitalista de produção por uma nova forma que atenda às necessidades humanas, o que inclui, obviamente, o respeito aos limites impostos pela natureza.

Mas, se a variação do trabalho agora se impõe apenas como lei natural preponderante e com o cego efeito destrutivo de uma lei natural, que se defronta com obstáculos por toda parte, a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos e, portanto, a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho; o indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções são modos de atividade que se alternam. (...) O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova (*op. cit.*, p. 89-90).

Nos *Grundrisse*, Marx afirma que o trabalho só pode adquirir um caráter livre e emancipado quando seu conteúdo se torna diretamente social, revestindo-se de caráter científico, como atividade do sujeito que regula todas as forças da natureza no processo de produção, ao invés de ser apenas força de trabalho natural, em estado bruto, treinada para determinado fim. A cientificização dos processos de trabalho, ao tornar supérfluo o trabalho vivo, também nega o tempo de trabalho como medida da riqueza, logo, torna possível a existência de uma forma histórica de produção social que não esteja assentada na apropriação do tempo de trabalho alheio de uma classe por outra. Como corolário, a forma burguesa de produção não é mais necessária para o desenvolvimento das forças produtivas (MORAES NETO, 1991).

No final do século XX, com o progresso da automação de base microeletrônica, ter-se-ia chegado a um mundo inteiramente “grundrissizado”, abrindo caminho para que os processos produtivos de forma genérica e homogênea alcancem um grau bastante elevado de cientificização. Todas as esferas da indústria, a partir de então, teriam sua produção caracterizada pelo que Marx chamou de “aplicação tecnológica da ciência”. Essa possibilidade, ao mesmo tempo, é negada enquanto o potencial emancipador das forças produtivas permanece involucrado pelas relações de produção capitalistas.

De acordo com Moraes Neto (1991; 2003), a revolução microeletrônica representa uma recuperação do “brilhantismo” do capital no tocante ao desenvolvimento das forças produtivas, o que, ao invés de enterrar a análise marxista da grande indústria, como supõem alguns autores, significaria na verdade seu renascimento. Para o autor, os métodos de gestão da força de trabalho conhecidos como taylorista-fordista e toyotista (ohnoísta) representam, não obstante diferenças qualitativas entre estes,<sup>67</sup> “desvios mediocrizantes” do movimento autocontraditório do capital. Ambos, ao reinventar a forma manufatureira de produção, lastreada no trabalho vivo, negariam a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, “eternizando a forma social capitalista” (MORAES NETO, 2003).

Em síntese, o taylorismo pretendeu “moldar a presença humana na produção à imagem do maquinismo” (MORAES NETO, 1991). Esse processo de transfiguração do homem em máquina (robô humano) se aprofunda no fordismo, que, limitando seus movimentos e regulando seu tempo, produz uma espécie de maquiagem do passado manufatureiro dos processos de trabalho capitalistas, o que não há de se tratar como uma aplicação tecnológica da ciência à produção. Possivelmente, esta seja a razão pela qual a indústria automobilística tenha penetrado com tanta facilidade em economias do mundo subdesenvolvido, aproveitando-se da existência de reserva de mão de obra com baixos níveis de qualificação profissional e, conseqüentemente, de remuneração.

Assistiu-se, então, à reedição do que ficou conhecido na literatura como dilema ou *trade off* implícito da chamada *angústia smithiana*, em que a busca de eficiência produtiva contrasta com a desumanização da atividade de trabalho. No universo de Adam Smith, teórico por excelência do período manufatureiro, este representaria a forma mais avançada possível das forças produtivas

---

67. “Podemos, portanto, caracterizar o fordismo como produção em massa rígida alicerçada no trabalho vivo, e o ohnoísmo como produção em massa flexível igualmente alicerçada no trabalho vivo. Este fato crucial fornece ao fordismo/ohnoísmo sua diferença específica relativamente à produção em massa lastreada na maquinaria, caso típico das indústrias têxtil e de processo contínuo. Ora, a automação de base microeletrônica terá como conseqüências permitir às indústrias de cunho fordista ou ohnoísta passar a alicerçar sua produção em massa (necessariamente flexível) na maquinaria, e não mais no trabalho vivo. Isto significará simplesmente o fim histórico do fordismo, e de sua “reinvenção”, ohnoísmo e a emergência de um conceito unificado de produção industrial, que se constituirá, em todos os seus segmentos, numa aplicação tecnológica da ciência” (MORAES NETO, 2003, p. 109).

com sua correspondente divisão do trabalho em tarefas parciais, repetitivas e sem conteúdo, eternizando o homem como instrumento fundamental de produção. O taylorismo-fordismo reinventou, sobre uma base técnica avançada, esse *trade off* implícito entre eficiência produtiva e desumanização das atividades de trabalho. Em oposição, Marx entendia ser o homem um instrumento imperfeito de produção e que a forma manufatureira não seria a base técnica adequada ao capital. Contraditoriamente, ao longo do século XX, o próprio capital teve que recorrer a essas formas retrógradas.

Não foram todos os setores da produção que realizaram esse movimento. As práticas gerenciais do taylorismos-fordismo ficaram basicamente circunscritas a importantes segmentos da indústria metal-mecânica.<sup>68</sup> Seu papel foi praticamente nulo nos ramos industriais têxteis e naqueles que se caracterizam por processos de fluxo contínuo, como o da siderurgia, química, petroquímica etc., que “caminharam no leito da automação” e eliminaram em grande medida a dependência do processo produtivo perante o trabalho manual direto. O mesmo teria ocorrido para outras indústrias caso sua produção também houvesse enveredado pela eliminação do trabalho vivo e não estivessem obcecadas por obter ganhos de produtividade através da racionalização de tarefas manuais. A explicação para o atraso tecnológico da indústria automobilística, por exemplo, relativamente àqueles setores que iniciaram efetivamente a aplicação tecnológica da ciência, pode ser encontrada nas dificuldades técnicas do processo de montagem a partir de uma estrutura produtiva rígida, com tecnologia de base eletromecânica e que só poderiam ser superadas com o avanço da microeletrônica e da robotização (MORAES NETO, 2003).

Logo, o taylorismo-fordismo não seria rigorosamente a concretização do desenvolvimento da maquinaria no sentido explicitado por Marx, de aplicação tecnológica da ciência à produção e de apendicização do trabalhador à máquina. Representou, na verdade, uma forma avançada de controle do capital sobre processos de trabalho dependentes das habilidades do trabalhador, buscando elevar a produtividade técnica através do controle dos tempos e movimentos do trabalhador.

---

68. Moraes Neto (1991; 2003) faz uma revisão crítica da literatura sobre a evolução dos processos de trabalho no século XX, pondo em destaque o que considera uma representação equivocada do fordismo/taylorismo como forma generalizada de organização da produção industrial no século XX, em sua totalidade, bem como expressão empírica do que Marx havia exposto acerca da evolução dos processos de trabalho. Argumenta o autor que essa linha de interpretação foge à análise marxiana dos capítulos que se referem aos processos de trabalho. Portanto, não enxerga contradição entre *O Capital* e os *Grundrisse* no que tange à análise feita por Marx dos processos de trabalho na produção capitalista. A descrição do trabalho no século XX e a discussão crítica sobre as forças produtivas revelariam o processo de readequação da base técnica do capital ao trabalho manual (trabalho vivo) e não seu avanço rumo à grande indústria (forma própria do capital), onde a maquinaria torna o trabalho humano descartável. Ao contrário, autores como M. Aglietta, R. Boyer, B. Coriat, A. Gorz e T. Negri veem o taylorismo e o fordismo como uma espécie de “manifestação histórica da antevisão” de Marx, contida nos capítulos que formam a conhecida tríade acerca de sua análise dos processos de trabalho. Os três capítulos clássicos (“Cooperação”, “Manufatura e Divisão do trabalho” e “Maquinaria e Grande Indústria”) do estudo da evolução dos processos de trabalho sob o capitalismo, em *O Capital*, mostram como o capital vai ajustando suas bases materiais às determinações da valorização do valor até chegar a sua forma mais desenvolvida e acabada – a máquina.

Dessa forma, tal como na manufatura, o capital procura dominar o elemento subjetivo, transformando o homem em máquina e administrando a forma de execução de cada trabalho individual. O fordismo realiza essa façanha de forma coletiva, através da esteira ou linha de montagem.

A usinagem e a linha de montagem como métodos de produção representaram o “desenvolvimento brutal das características próprias do trabalho sob a manufatura” (MORAES NETO, 2003), que implicou numa imensa desqualificação da força de trabalho e grande utilização de mão de obra não qualificada. A desqualificação do trabalho na linha de montagem tem uma natureza diferente daquela do trabalho apendicizado à maquinaria, pois, no primeiro, o conjunto do processo produtivo está subordinado à habilidade do trabalho vivo, enquanto, no segundo, ele está subordinado ao trabalho materializado na forma de aplicação tecnológica da ciência aos problemas da produção. Apesar do trabalho parcial na linha de montagem estar destituído de qualquer conteúdo, ele ainda depende da ação manual sobre o objeto de trabalho através de ferramentas. Ou seja, mesmo que o capital não dependa da virtuosidade dos trabalhadores, essa forma de produção não os torna supérfluos e exige, isto sim, sua utilização em larga escala.

Isso se explica pelo fato de que as tarefas de montagem são simples do ponto de vista da ação humana, de seu sistema sensorial desenvolvido, no entanto, são complexas para as máquinas, na sua acepção “clássica”, ou seja, do “grande autômato” capaz de modelar o objeto de trabalho até transformá-lo em um produto final. ‘(...) para conformar a linha de montagem à característica genérica da produção à base de maquinaria (transformar a linha de montagem em um sistema de máquinas) é necessário um novo tipo de máquina, filho do desenvolvimento a microeletrônica – o robô (...). Então, se a montagem, pela sua natureza, só pode ser automatizada pela via da robotização, e se o robô é, também por sua natureza, flexível, a linha de montagem automática é, portanto, necessariamente flexível’ (MORAES NETO, 2003, p. 33).

A proposta toyotista/ohnoísta padece da mesma natureza “empobrecedora e imaneamente medíocre” do taylorismo-fordismo por manter as atividades de trabalho desprovidas de conteúdo e ao mesmo tempo exigir dos trabalhadores um grau elevado de envolvimento com seu trabalho. Ela assim revela-se prisioneira do processo de desumanização das atividades de trabalho que Ford inaugurara para a produção em larga escala como o alto preço a ser pago pela obtenção de uma maior eficiência produtiva. A forma toyotista/ohnoísta de organização do processo de trabalho, não obstante os significativos avanços no processo de automação da produção capitalista, de um modo geral, não conseguiu superar o caráter de reinvenção manufatureira que caracterizou a indústria de montagem do século XX.

O modelo toyotista de organização da produção, que se constituiu num dos pilares da expansão da economia japonesa no pós-guerra, foi difundido pelo ocidente entre as décadas de 1980 e 1990, em que se tornou “o momento predominante do

novo complexo de reestruturação produtiva” (ALVES, 2000). Os princípios toyotistas de organização do trabalho, como *just in time*, *CCQs*, *kaizen*, *kanban* etc., seguem a lógica da descentralização produtiva e da flexibilização dos processos de trabalho, que se valem muito da precarização das condições de trabalho e de remuneração de um grande contingente de trabalhadores. Além disso, a implementação dos mecanismos desse padrão produtivo pressupõe a “captura da subjetividade operária” (ALVES, 2000), bem como a deterioração do poder sindical nos locais de trabalho.

Além de levar ao extremo as possibilidades de racionalização do trabalho, o ohnoísmo se caracteriza pela produção em série (diferenciada) em massa ajustada à demanda (ajuste da estrutura de oferta às vicissitudes da estrutura da demanda) e pela tentativa de superar a rigidez característica da produção em massa, atacando o saber complexo do exercício dos operários mais qualificados, a fim de diminuir seus poderes e aumentar a intensidade do trabalho. Ocorre, nesse sentido, um movimento de desespecialização dos operários profissionais e qualificados, dos operadores de máquinas-ferramenta, transformando-os em trabalhadores multifuncionais. É notório, portanto, que os novos imperativos da acumulação de capital intensificam o grau de exploração da força de trabalho. É importante a observação de Antunes (2000, p. 36) sobre essa questão:

outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado.

As novas tecnologias incorporadas à produção, assim como as novas práticas de gestão da força de trabalho, têm como finalidade a extração de cotas maiores de mais-valia. A processualidade em curso do capital impõe maiores sacrifícios às classes trabalhadoras, sob a lógica da produção flexível, na qual direitos e as conquistas históricas dos trabalhadores são reduzidos ou eliminados e o desemprego estrutural atinge grandes contingentes da população trabalhadora. Esse terreno torna-se, então, bastante fértil para que o capital aumente o grau de exploração sobre o exército ativo de trabalhadores e ao mesmo tempo exerça seu domínio subjetivo (ideológico) sobre o conjunto da população trabalhadora.

#### 4.2 Reestruturação e superexploração do trabalho

Observam-se, hoje, tendências antagônicas quanto aos processos de trabalho, que resultam das inovações técnicas e organizacionais da produção capitalista. Verifica-se, de um lado, a deterioração das relações do emprego assalariado e a desqualificação da força de trabalho, *pari passu* à criação de novas ocupações com

perfis técnicos e de qualificação superiores. Esse padrão aponta para diferenças salariais acentuadas, como já foi destacado, entre a mão de obra mais qualificada e a de menor qualificação.

O padrão formal de relações de trabalho assalariado que se estruturou no pós-guerra, inclusive em países com nível de industrialização intermediária e dependente, vem sendo substituído por um mercado de trabalho marcado pela desregulamentação e pela flexibilidade no padrão de uso e de remuneração da força de trabalho. Este resultado é facilitado pelo crescimento espantoso das taxas de desemprego e pela recomposição mundial do exército industrial de reserva ao longo das últimas décadas.

A configuração do sujeito coletivo de trabalho alterou-se substancialmente com a entrada em cena de novas exigências e desafios para a sobrevivência dos trabalhadores: o aprendizado de novas tecnologias, a precarização das relações de trabalho, assim como a extensão das jornadas de trabalho e a intensificação das mesmas impelidas, contraditoriamente, pelo avanço da própria maquinaria. Para a grande maioria daqueles que vivem do trabalho, o avanço das forças produtivas representa um aumento do grau de exploração de sua força de trabalho, não exclusivamente pela via da mais-valia relativa, mas, sobretudo, da combinação desta com a mais-valia absoluta.

Nesse sentido, de acordo com Valencia (2009), seguindo a hipótese de Marini, a maturidade alcançada pelo mercado mundial e a extensão da lei do valor ao conjunto do sistema capitalista mundial que isto implica tendem a unificar os regimes de reprodução da força de trabalho.

(...) a superexploração, entendida como um regime de exploração do capital nas sociedades dependentes e subdesenvolvidas está se convertendo num regime de exploração da força de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos, com a finalidade de contrapor-se aos efeitos perniciosos da longa depressão da economia mundial em suas declinantes taxas de crescimento, de rentabilidade e de produção de valor e mais-valia (VALENCIA, 2009, p. 17).

O Estado burguês, sobretudo em sua extração neoliberal, desempenhou um papel fundamental na tarefa de favorecer as forças de mercado na gestão da força de trabalho, produzindo, como efeito, a queda dos salários combinada com o aumento da exploração da força de trabalho em todas as suas dimensões (intensiva e extensiva), valendo-se principalmente da extensão da precarização das relações de trabalho e emprego a uma ampla gama de trabalhadores. O trabalhador médio precisa trabalhar cada vez mais para auferir ganhos cada vez menores, além de precisar estar habilitado para atuar em mercados de trabalho acirradamente competitivos. Desse modo, os novos paradigmas produtivos vêm reforçar o regime de superexploração do trabalho, acentuando a propensão do capital, com o apoio das reformas de Estado, em remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor.

Os círculos de controle de qualidade confirmam que o operário, qualquer que seja seu grau de qualificação, é somente um apêndice da empresa toyotizada e que seus conhecimentos são expropriados na medida em que servem à valorização do capital, mas não para enriquecer a subjetividade dos próprios trabalhadores (VALENCIA, 2009, p. 196).

Os novos paradigmas do mundo do trabalho (neofordismo, toyotismo etc.) que articulam a flexibilização dos processos de trabalho com as reformas dos vínculos trabalhistas terminam por reforçar o velho regime de superexploração do trabalho na periferia e estender seus mecanismos para as regiões mais desenvolvidas do planeta. Ressalta-se mais uma vez que a atuação desses mecanismos pode ocorrer concomitantemente ao aumento da produtividade do trabalho, sobretudo naquelas atividades intensivas em mão de obra e, ainda, amplamente lastreadas no trabalho vivo.

Historicamente, a ciência e a técnica são forças produtivas materiais que participam da formação do valor e da mais-valia através da ação da força de trabalho em seu uso capitalista. A produção de riqueza e o próprio capitalismo se extinguiriam sem esta ação materializada em desgaste físico e intelectual do trabalhador coletivo. A socialização do trabalho intelectual no capitalismo contemporâneo atingiu uma proporção tamanha que a informação e o conhecimento passaram a ser vistos como materialização daquilo que Marx chamou de *general intellect* ou “inteligência coletiva”, o fundo de conhecimento da sociedade, convertendo-se crescentemente em principal eixo do processo de produção e da vida social.<sup>69</sup>

Na grande indústria “pós-fordista”, o capital acentua o desenvolvimento da maquinaria como sistema automático de produção, a partir da conversão desse *conhecimento social geral em força produtiva imediata*, abrindo possibilidades objetivas de realização de uma produção voltada às necessidades de um *indivíduo social* emancipado, livre da usurpação do seu trabalho por outra classe social, bem como da alienação que isso implica. Entretanto, no capitalismo, a aplicação tecnológica da ciência tende a exacerbar a contradição básica desse modo de produção entre a crescente socialização do trabalho e o caráter privado da apropriação dos resultados, processo este que está na base das lutas sociais do presente, do passado e do futuro da modernidade capitalista.

A constatação dessa injunção verifica-se, entre outras coisas, no processo de expropriação do acervo cultural comum da humanidade por parte do capital, de acordo com uma lógica de apropriação garantida pela intervenção estatal,

---

69. “Hoje em dia, a substituição da força de trabalho pela tecnologia e pela maquinaria (automatização) e aplicação do conhecimento ao processo de geração de mais-valia estão no seu apogeu (...). Do ponto de vista da gestão empresarial do trabalho, isso representa uma articulação “virtuosa” do trabalho com o capital, que conecta o processo de automatização flexível com o uso do conhecimento para elevar a produtividade do trabalho e sustentar a rentabilidade do capital” (VALENCIA, 2009, p. 177).



através da regulação de direitos de propriedade intelectual, patentes etc. (MORAES NETO, 2009). Ao passo que o conhecimento, enquanto valor de uso, é um recurso construído socialmente e produzido pela inteligência coletiva em um dado período histórico e mobilizado como substrato da atividade requerida para o desenvolvimento técnico-científico. Por isso, o processo de socialização do trabalho intelectual está em permanente conflito com a apropriação privada de seus resultados.<sup>70</sup>

Esse fenômeno está na origem das teses pós-modernas que conduzem ao descarte da teoria do valor trabalho. Para autores dessa vertente, a força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa, estaria substituindo o trabalho fabril, sendo necessário desenvolver uma “nova teoria política do valor” para abordar esta nova acumulação capitalista em que a máquina informática tende a anular a separação do trabalhador dos meios de produção.<sup>71</sup> O nosso entendimento é de que essa perspectiva superestima o papel das novas tecnologias, caindo num certo fetiche do papel do conhecimento e da técnica no mundo capitalista contemporâneo. É certo que as transformações do capitalismo avançaram muito na direção da intelectualização do trabalho vivo como fonte de produção de valor e da automação dos processos produtivos. Todavia, este processo ainda é relativo e limitado a alguns ramos e segmentos mais dinâmicos da produção social. O “setor do conhecimento” (aquele do “analista simbólico”), relativo a uma gama variada de atividades, que vão desde os programas de P&D das empresas, passando pelas ferramentas de *marketing*, pelo *design*, o desenvolvimento de programas de computadores etc., tem se revelado, muito embora, bastante restrito e dificilmente seria capaz de absorver os trabalhadores que estão sendo expulsos da agricultura, da indústria e dos serviços, já que esse setor possui uma dinâmica de baixa absorção de empregos (VALENCIA, 2009).

(...), o desenvolvimento da sociedade informática não permite justificar a tese na qual o trabalho assalariado já não é o eixo do conflito social e da reprodução do sistema devido à diminuição do volume de emprego no setor industrial e crescimento do mesmo nos setores como serviços. Pelo contrário, é uma realidade palpável que o sistema capitalista – e, portanto, o trabalho assalariado – tem ampliado sua esfera de ação, e que as “novas formas” de trabalho, geralmente apresentadas como exemplo para ‘comprovar’ a suposta perda de centralidade do trabalho (como o trabalho a

---

70. Dadas suas próprias características, o conhecimento tem natureza de um bem público (uso comum, custo marginal zero, consumo não rival etc.). Sob o argumento da proteção aos custos dos investimentos iniciais na produção de um novo conhecimento (uma descoberta científica na pesquisa de um novo medicamento, por exemplo), mascara-se o objetivo de garantir temporariamente a obtenção de superlucros advindos da posição privilegiada de monopolista temporário que o aparato jurídico estatal garante (no caso uma patente).

71. O filósofo alemão da segunda geração da Escola de Frankfurt, Jürgen Habermas, na sua teoria da ação comunicativa, decretou o fim da teoria do valor, elevando a técnica e a ciência ao papel de força produtiva principal do capitalismo tardio. Dessa forma, acentua a centralidade da esfera da ação comunicativa, deslocando o trabalho do primado das transformações e utopias da sociedade atual. A ciência e a tecnologia no lugar do trabalho assalariado passariam a funcionar como os verdadeiros criadores de mais-valia.

domicílio, o trabalho por meta, os serviços, o trabalho por conta própria, o trabalho intelectual nas indústrias de computação e de microchips etc.), correspondem, na verdade, à lógica do capital global (*op. cit.*, p. 164).

Ademais, as transformações históricas, tecnológicas e culturais do capitalismo alteram os parâmetros civilizatórios e, assim, afetam as variáveis de determinação do valor da força de trabalho. Com o avanço das forças produtivas e o incremento da produtividade do trabalho, há uma tendência de longo prazo para a modificação do conjunto de mercadorias que compõem os custos da reprodução da força de trabalho. A extração da mais-valia relativa consagra esse movimento quando os salários efetivamente pagos permitem ao trabalhador restituí-la plenamente. A elevação dos padrões socioculturais de consumo aumenta, portanto, a quantidade de bens e serviços de que o trabalhador e sua família necessitam para a sobrevivência. Se a remuneração que recebe não acompanha os novos parâmetros históricos e morais, o trabalhador termina por ter sua força de trabalho remunerada por baixo do seu valor. Esse é um resultado de uma defasagem moral e histórica dos salários perante os custos de reprodução da força de trabalho que ocorre quando o progresso tecnológico e o aumento da produtividade social do trabalho estabelecem um novo conjunto de bens e serviços na composição da cesta de consumo média de que o trabalhador com nível de qualificação média necessita para restituir sua capacidade de trabalho.

O acelerado progresso tecnológico no qual as sociedades se encontram torna cada vez mais tênues as fronteiras entre o consumo material e imaterial, como é o caso dos bens eletrônicos e o acesso aos bens culturais, cujo valor de troca frequentemente está descolado do tempo de trabalho enquanto sua medida primaz. Também se tornam escorregadias as fronteiras entre o tempo no trabalho e tempo fora do espaço de trabalho. A acumulação flexível articulada às tecnologias da informação exige do trabalhador contemporâneo a mobilização de capacidades afetivas e cognitivas adquiridas, acima de tudo, no convívio externo ao ambiente de trabalho, como requisito para o desempenho de determinadas funções. O tempo de trabalho e o tempo de consumo estão cada vez mais ontologicamente imbricados, de modo que o capital se vale de um tempo de trabalho não pago, que é exterior aos processos produtivos.

Ao trabalhador médio contemporâneo é exigida uma qualificação média que inclui intensamente o consumo de bens materiais, culturais e simbólicos, cujos preços contêm componentes especulativos fortemente ditados por direitos de propriedade, marcas, patentes etc. Dado o baixo crescimento real dos salários nas últimas décadas, é forçoso afirmar que muitos trabalhadores não consigam ter pleno acesso a essa cesta de consumo correspondente a um novo patamar civilizatório. A extração da mais-valia relativa, nessas condições, ficaria limitada, restando ao capital buscar a elevação da taxa de mais-valia através da compressão do consumo dos trabalhadores pela via de uma redução ainda mais acentuada de seus ganhos reais.

A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção assume contornos específicos na determinação do valor da força de trabalho. Sua determinação se desloca de forma crescente de sua medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário, sua cesta de consumo passa a ser composta por elementos que dificilmente se reduzem ao tempo de trabalho enquanto medida, ao passo que esta é a única medida compatível com o modo capitalista de produzir. Dessa forma, a força de trabalho tende a ser cada vez mais sub-remunerada na medida em que se amplie a defasagem entre o custo de reposição da força de trabalho, crescentemente determinado por mercadorias cujo preço de mercado está sujeito às mais diversas formas de fixação, e o salário efetivo recebido pelo trabalhador que depende de conjunturas sócio-políticas para ser fixado. Dessa forma, o salário pode não suprir as novas carências que o tempo histórico lhe impõe.

#### 4.2.1 Os “nem tão novos” métodos de extração de mais-valia: uma breve consideração sobre o trabalho informal

Apesar do crescente domínio da ciência sobre os processos produtivos, constata-se que a acumulação de capital não pode prescindir do trabalho vivo como fonte de valor e de mais-valia, porquanto esteja baseada em relações capitalistas de produção.<sup>72</sup> Na forma atual de articulação em rede (descentralizada) das unidades produtivas, a divisão entre trabalho intelectual e manual adquire novos contornos. A subcontratação de micro, pequenas e médias empresas alimenta o movimento das grandes unidades de produção e assume importante estratégia de redução de seus custos trabalhistas (encargos sociais e salários) e de produção.

A reestruturação capitalista da produção acentuou, tanto nas economias desenvolvidas como nas economias subdesenvolvidas, as relações precárias de trabalho, redefinindo o papel do chamado trabalho informal. Seu significado torna-se mais amplo e complexo do que a costumeira forma como é tratado pelos organismos internacionais e pelo *mainstream* econômico, no sentido de uma produção não capitalista como estratégia de sobrevivência dos produtores devido à existência de um elevado excedente estrutural de força de trabalho. Numa outra perspectiva teórica, entende-se que o trabalho informal não deve ser tratado como uma anomalia de funcionamento dos mercados de trabalho, mas sim como um produto do próprio desenvolvimento do capitalismo.

---

72. Compreendida dialeticamente, a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas capitalistas não pode ser reduzida a uma mera oposição formal, pois ambos os pólos da relação se condicionam mutuamente. Assim, embora as relações burguesas de produção sejam um entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas, elas, em seu atual estágio, refletem aquelas relações na sua estrutura técnica. Para não cair no fetichismo tecnológico já anteriormente criticado, é preciso entender que o surgimento de relações sociais de produção novas (socialistas) pressupõe uma base tecnológica avançada, porém, não com as mesmas características técnicas e sociais (divisão do trabalho) correspondentes às relações capitalistas.

As relações informais de trabalho, antes associadas ao trabalho improdutivo, caminham cada vez mais para o núcleo dos processos de produção, sob a aparência de relação de compra e venda de mercadorias (troca entre iguais/equivalentes) entre unidades de produção descentralizadas. A extração de mais-valia ocorre de forma velada através da exploração do trabalho alheio, sob condições mais vantajosas para o capital que, de maneira geral, implica redução de custos com a mão de obra.

O sentido da proliferação das relações informais nos mercados de trabalho desregulamentados está na formação de uma imensa rede de produtores de mais-valia absoluta: indivíduos submetidos a longas jornadas de trabalho, à insegurança e ao retorno de formas arcaicas de remuneração, como o salário por peça. Dessa forma, o capital segue sua lógica de intensificação da exploração da força de trabalho e de precarização do estatuto reprodutivo do trabalho, que é possível graças à expansão do exército industrial de reserva, com as características de longa duração que a crise contemporânea do capitalismo vem produzindo. Essa massa de desempregados, além de colocar à disposição do capital sua força de trabalho, funciona como fator depreciador dos salários. A crítica de Robert Kurz (1999) parece bastante lúcida:

Flexibilização, em obediência ao mandamento de transferir o risco aos empregados autônomos e delegar a responsabilidade aos mais fracos, significa: mais produção e mais estresse por menos dinheiro. O liame empresarial se esgarça e os chamados colegas de emprego cindem-se em dois, de um lado os de carteira assinada, espécie em extinção cujos direitos trabalhistas são paulatinamente reduzidos ou cortados de todo, e de outro os colaboradores que convivem na precariedade, chamados, por exemplo, de “*free-lancers*” ou “*portfolio-workers*”.

O trabalho informal é uma das formas precárias de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, marcado pelo “aviltamento ainda maior do trabalho assalariado” (TAVARES, 2004). Seu crescimento em importância nas formas atuais da produção capitalista se deve, em grande medida, aos processos de terceirização que acompanham as metamorfoses nas relações de trabalho e emprego. Nesse caso, terceirização se articula com o núcleo formal da economia através de processos que Tavares (2004) desvela, parafraseando Marx, como “os fios invisíveis da produção capitalista”, tomando como base as categorias de trabalho produtivo e improdutivo e demonstrando a funcionalidade do trabalho informal ao modelo flexível de acumulação. Essa exploração mais intensa do trabalho se faz pelo retorno de formas de extração de mais-valia encobertas por formas de remuneração empregadas nos primórdios do capitalismo, tais como o trabalho domiciliar, o salário por peça etc., ainda que sob nova roupagem que venha a iludir a relação de intercâmbio entre trabalho e capital.

A dominação do capital nesses casos ocorre disfarçadamente, através da qual o capital mobiliza um exército ativo de trabalhadores com ocupação irregular, o que nos faz remeter à categoria da superpopulação relativa estagnada definida por Marx.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida *cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora*, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo de tempo de serviço e mínimo de salário. Sob a rubrica de trabalho domiciliar, já tomamos conhecimento de sua principal configuração. Ela absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também de ramos industriais decadentes, em que o artesanato é vencido pela manufatura e esta última pela produção mecanizada. Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a “produção de redundância”. Mas ela constitui ao mesmo tempo um elemento auto-reprodutor e auto-perpetuador da classe operária, que tem participação proporcionalmente maior em seu crescimento global do que os demais elementos (MARX, 1985, p. 208, grifos nossos).

A subcontratação tem sido uma das formas utilizadas no âmbito da concorrência intercapitalista, cujo objetivo, além da redução de custos, é garantir a flexibilidade da produção perante as oscilações da demanda. Ela é efetivada por contratantes que externalizam parte do processo produtivo da sua mercadoria. O recurso à terceirização é um de seus mecanismos visando à obtenção de ganhos de especialização do trabalho (ganhos de eficiência na linguagem empresarial). Em outros casos, no entanto, o recurso à terceirização se destina à eliminação de gastos por meio da exploração de relações precárias com a intenção de burlar as regulamentações do mercado de trabalho.

A assim denominada “nova informalidade” se reproduz, então, pela expansão de categorias do chamado trabalho informal em função dos processos de terceirização (“empregos” informais, cooperativas, pequenas empresas, trabalho a domicílio etc.), cujo uso em larga escala contribui para manter os níveis de acumulação e aumentar o grau de exploração do conjunto do sistema. Nesse sentido, o trabalho informal deixa de ter um caráter complementar (suplementar e intersticial) e passa a se situar como parte do núcleo da exploração capitalista (TAVARES, 2004). O crescimento da informalidade também está condicionado por certas políticas adotadas pelas empresas, que convertem funcionários e trabalhadores formais em trabalhadores precários com direitos reduzidos ou inexistentes (VALENCIA, 2009). Trata-se da passagem da funcionalidade à subsunção formal do trabalho informal às necessidades da acumulação de capital não somente da circulação, mas também da produção, no que tange, sobretudo, à produção de mais-valia absoluta.

(...) o que as estatísticas mostram é que esses milhares de desempregados seguem ligados ao mesmo “paradigma do trabalho”, mas agora como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e, cada vez mais alheios do mundo das organizações sindicais. Uma transformação social gigantesca, que *não foi resultado natural nem benefício das novas tecnologias de informação; foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970* (FIORI, 2001; *apud* VALENCIA, 2009, p. 153).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste trabalho investigar a categoria da superexploração do trabalho desde as formulações na pena de Ruy Mauro Marini como categoria fundamental de interpretação do desenvolvimento capitalista dependente até chegar ao exame de sua possível generalização às formações sociais avançadas, resultado das transformações estruturais que atravessaram o modo de produção capitalista nas últimas décadas. Alerta-se, ainda que sumariamente, para os problemas teóricos envolvidos na questão de estender às economias imperialistas um conceito forjado, sobretudo, para a compreensão da dependência das economias subdesenvolvidas. Discutiu-se, então, a hipótese exposta por Marini (2000c) da tendência à generalização da superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo para concluir que a grande massa de capitais sobreacumulados exige cada vez mais uma desvalorização em proporções tamanhas que a força de trabalho não pode escapar enquanto variável de ajuste do sistema.

A recuperação da categoria da superexploração do trabalho tem um sentido fundamental para o debate contemporâneo sobre as transformações do capitalismo: a combinação dos métodos de extração de mais-valia absoluta e relativa, como meio de busca desenfreada pelo aumento da taxa de mais-valia num contexto de crise geral de rentabilidade do capital produtivo e de longa duração. O crescimento das desigualdades entre os estratos e o topo e da base da pirâmide de renda que tem se observado nas economias centrais do sistema imperialista mundial é um forte indicativo do caráter regressivo do capitalismo em sua etapa de globalização neoliberal.

Discutiu-se também os pressupostos metodológicos para uma investigação da dinâmica de evolução do sistema capitalista mundial, do ponto de vista das economias dependentes periféricas. Acentuou-se o caráter equivocado de críticas promovidas às formulações de Marini, sobretudo aquelas endereçadas a uma suposta visão estagnacionista do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente.

Também foi proposta uma abordagem que se pretendeu fiel à tentativa do próprio Marini e de outros autores contemporâneos no sentido de discutir os fundamentos empíricos e abstratos do movimento de generalização da

superexploração do trabalho para o conjunto do capitalismo global. Entende-se que esse processo, ainda que se mantenha em parâmetros restritos nos países desenvolvidos, esteja em expansão nessas últimas décadas que coincidem com a grave crise estrutural do capital, que perdura há mais de um quarto de século. Além do aumento do abismo econômico e tecnológico entre regiões do planeta, universalizaram-se situações que, ao longo do século XX, especialmente no imediato pós-guerra, pareciam abolidas dos centros mais dinâmicos e desenvolvidos do capitalismo.

São espectros que rondam cada vez mais essas nações. Ao contrário do que os autores que se filiam ao pós-modernismo (relativismo) epistemológico tentam sustentar teoricamente, como o fim do trabalho ou a libertação do trabalhador do jugo da alienação do capital em face das novas tecnologias da informação e automação, não se pode deixar de reconhecer que nunca se trabalhou tão intensamente. O progresso da produtividade nos marcos da dinâmica capitalista da acumulação não elimina a necessidade do trabalho de ser compatível com um processo de intensificação e desvalorização dele mesmo. A automação de base microeletrônica alterou as feições do mundo do trabalho nas últimas décadas, no entanto, seus potenciais efeitos emancipatórios e libertadores parecem restritos a frações muito reduzidas das sociedades.

Aspectos importantes com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo foram deixados de lado, não sem deixar algum prejuízo para a exposição aqui pretendida. Dentre os mais importantes, cita-se a relação conflituosa presente no metabolismo social entre o homem e a natureza, sem dúvida um dos aspectos centrais para a crítica do capitalismo contemporâneo. Estudos vêm sendo divulgados e debatidos em torno da problemática ecológica no âmbito do marxismo. Essa é uma temática relevante para se considerar nos processos reais de desenvolvimento capitalista, não obstante o pensamento marxista e o de Marx, em particular, ser acusado com frequência de aderir acriticamente ao mito iluminista do progresso. A tensão que existe no processo de extensão do domínio do homem sobre a natureza não foi uma problemática ignorada por Marx, tampouco deve ser ignorada pelos intérpretes do atual modo de produção.

Por fim, cumpre destacar que nada tira a importância de ler e estudar as obras originais de Ruy Mauro Marini para compreender que o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais são produtos do próprio desenvolvimento do capitalismo, através da expansão do capital sobre a superfície do planeta, (re)construindo novos e velhos espaços, reproduzindo uma distribuição desigual e destrutiva dos recursos materiais e “imateriais” da produção social e da natureza.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BALANCO, P. A. F. A dialética da globalização e a supressão do pré-capitalismo. *In:* ENCONTOR NACIONAL DE ECONOMIASTAS MARXISTAS, 1, 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2007.
- \_\_\_\_\_. As transformações do capitalismo: elementos teóricos para a composição de uma dialética da globalização. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1999.
- BOLAÑO, Cesar. Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana. **Cadernos do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 367-380, jul-dez. 2011.
- BRAGA, Ruy. **A Restauração do capital:** um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997.
- CAMPOS, Lauro. **A crise completa:** a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CARCANHOLO, Marcelo D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Rev. Econ. Contemp.,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.
- CARDOSO, F. Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP.** São Paulo, v. 23, p. 33-80, 1978.
- \_\_\_\_\_; MAGNANI, José Guilherme C. Las Contradicciones del Desarrollo Asociado. **Desarrollo Económico** v. 14, n. 53 p. 3-32, apr.-jun., 1974. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/72305050/Cardoso-Las-Contradicciones-Del-Desarrollo-Asociado>. Acessado em 20/10/2011.
- CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. *In:* CHESNAIS, F. *et.al.* **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70.
- \_\_\_\_\_. As raízes da crise econômica mundial. **O Olho da História,** Salvador (BA), 2012. 11p. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/n16/artigos/chesnais1.pdf>. Acesso em 10/09/2012.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **A mundialização financeira:** gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.



COGGIOLA, O.; KATZ, C. (Orgs.). **Neoliberalismo ou crise do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORREA PRADO, Fernando. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 22, p. 68-94, 2011.

COY, Peter. Desemprego de jovens se torna epidemia mundial. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 de fev. 2011.

DESEMPREGO global deve bater novo recorde, diz OIT. **Valor Econômico**. São Paulo, 24 de jan. 2011.

DIEESE. **Nota Técnica nº 106**. São Paulo, 2012.

DOS SANTOS, Theotonio. **Evolução histórica do Brasil**. Da colônia à crise da 'nova república'. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso**, 1994. Disponível em <[www.reggen.org.br/midia/documentos/osfundamentos-teoricosgogovfhc.pdf](http://www.reggen.org.br/midia/documentos/osfundamentos-teoricosgogovfhc.pdf)>. Acessado em 15/10/2011.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. *In*: CHESNAIS, F. *et.al.* **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 15-41.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

KATZ, C. O enfoque marxista da mudança tecnológica. *In*: COGGIOLA, O.; KATZ, C. (Orgs.). **Neoliberalismo ou crise do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 9-17.

KURZ, R. Descartável e degradado. **Folha de São Paulo**, Caderno MAIS! p. 7-11, São Paulo, 1999.

LAPAVTSAS, Costas. **Financialised Capitalism: direct exploitation and periodic bubbles**. Department of Economics. School of Oriental and African Studies, University of London, Disponível em <<http://www.leftlibrary.com/lapavitsas1.pdf>>. Acessado em 25/08/2011.

LEHMAN, Jean-Pierre. A grande praga da economia mundial. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 de set. 2010.

LOPES, Ruy S. **Informação, Conhecimento e Valor**. São Paulo: Radical Livros, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MACEDO CINTRA, Marco A.; PRATES, Daniela M. Os países em desenvolvimento diante da crise financeira global. SILVA, L. A. da; LEÃO, R. (Orgs.). **Crise Financeira Global: mudanças estruturais e impactos sobre emergentes e o Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. v.2, p. 11-46.

MAGDOFF, H. **A era do imperialismo: A economia política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoria da dependência revisitada** – um balanço crítico. São Paulo: FGV, 1997. Relatório de Pesquisa. Nº 27.

MARINHEIRO, Vaguinaldo. Jovem europeu sofre verão do desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de jul. 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: SADER, Emir S. (Org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000a. p. 105-165.

\_\_\_\_\_. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra). *In*: SADER, Emir S. (Org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000b. p. 167-243.

\_\_\_\_\_. Processo e tendências da globalização capitalista. *In*: SADER, Emir S. (Org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000c. p. 269-295.

\_\_\_\_\_. **Plusvalía extraordinária y acumulación de capital**. México: Ediciones Era, abril-junio de 1979a. p. 18-39. Cuadernos políticos, n.20

\_\_\_\_\_. El ciclo del capital en la economía dependiente. *In*: OSWALD, Ursula (Coord.). **Mercado y dependência**. México: Nueva Imagen, 1979b. p. 37-55, Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/008\\_%20ciclo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm). Acessado em 25/07/2011.

\_\_\_\_\_. **La acmulación capitalista mundial e el subimperialismo**. México: Ediciones Era, abril-junio de 1977. Cuadernos Políticos, n. 12, Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/006\\_acumulacion\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm). Acessado em 25/07/2011.

\_\_\_\_\_. Memória. In: TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 57-134.

MARTINS, Carlos Eduardo *et al.* (Orgs.). **A América Latina e os Desafios da Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. A Superexploração do Trabalho e a Economia Política da Dependência. In: MARTINS, Carlos Eduardo *et al.* (Orgs.) **A América Latina e os Desafios da Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 189-216.

\_\_\_\_\_; VALENCIA, A. S. A teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro – crítica Bresser e Mantega. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3, 1998, Niterói. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 1998. p. 416-431.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. O processo de produção do capital - v. 1, t.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1. t.1. (Col. Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v.1. t.2, (Col. Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1984.-v. 3, t. 1, (Col. Os Economistas).

MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo: capitalismo e suas crises**. Brasiliense, 1985.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

MORAES NETO, B. R. O conhecimento como propriedade capitalista: observações sobre o “*second enclosure movement*”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. **Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. **Marx, Taylor e Ford**. As forças produtivas em discussão. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NA AL, cresce a vulnerabilidade do trabalho. **Valor Econômico** São Paulo, 24 de jan. de 2011.

OCDE. **An Overview of Growing Income Inequalities in OECD Countries: main findings. Divided we stand: why inequalities keep rising**. 2011. p. 21-45. Disponível em: <<http://www.oecd.org/els/socialpoliciesanddata/49499779.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

OSORIO, Jaime. **Crítica de la Economía Vulgar**: reproducción del capital y dependencia. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

\_\_\_\_\_. Dependência e superexploração. MARTINS, Carlos Eduardo *et al.* (Orgs.). **A América Latina e os Desafios da Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PAIVA, Carlos Águedo. Fernando Henrique Cardoso: o antidependentista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 157-178, jun. 2008.

QUARTIM DE MORAES, J. ; DEL ROIO, M. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. v. 4.

RIBEIRO, Alex. Procura-se o meio termo. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 de abr. 2011.

ROSDOLSKY, Roman. **Estrutura e Gênese de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SADER, Emir S. (Org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Ligia Osorio. Feudalismo, capital mercantil, colonização. *In*: MORAES, J. Q. de ; DEL ROYO, M.. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, v. 4, p. 11-67, 2000.

SILVA, L. A. da ; LEÃO, R. (Org.). **Crise Financeira Global**: mudanças estruturais e impactos sobre emergentes e o Brasil. Brasília: IPEA, v.2, 2011.

VALENCIA, A. S. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. *In*: MARTINS, Carlos Eduardo *et al.* (Orgs.). **A América Latina e os Desafios da Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009a.

\_\_\_\_\_. **A reestruturação do mundo do trabalho**: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2009b.

TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

WAGNER, Adolfo, **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro**: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. 165 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRJ, 2005.

WALLERSTEIN, I. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. *In*: MARTINS, Carlos Eduardo *et al.* (Orgs.). **A América Latina e os Desafios da Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 53-79.







## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Cláudio Passos de Oliveira

#### **Supervisão**

Everson da Silva Moura

#### **Revisão técnica**

Luan Galani

#### **Editoração**

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Cristiano Ferreira de Araújo (estagiário)

Luana Signorelli Faria da Costa (estagiária)

Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

#### **Capa**

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

#### **Livraria**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)





---

Composto em adobe garamond pro 11/13,2 (texto)  
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)  
Impresso em offset 90g/m<sup>2</sup>  
Cartão supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)  
Brasília-DF

---

## PEDRO MARQUES

Possui graduação em ciências econômicas pela Universidade Federal da Bahia (2005) e mestrado em economia pela mesma instituição (2012). Tem experiência nas áreas de mercado de trabalho, economia política e economia do desenvolvimento, exercendo o cargo de analista legislativo na Câmara Municipal de Salvador.

## Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

